



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**A CONSTRUÇÃO DA PÁTRIA AMADA:
Educação, Patriotismo e Nacionalismo na Paraíba durante a Segunda
Guerra Mundial (1939-1945)**

DAVIANA GRANJEIRO DA SILVA

ORIENTADOR: João Batista Gonçalves Bueno

Linha de pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa - PB

2016

DAVIANA GRANJEIRO DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA PÁTRIA AMADA:
Educação, Patriotismo e Nacionalismo na Paraíba durante a Segunda
Guerra Mundial (1939-1945)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: João Gonçalves Bueno

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA - PB

2016

S586c Silva, Daviana Granjeio da.
A construção da pátria amada: educação, patriotismo e
nacionalismo na Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial
(1939-1945) / Daviana Granjeiro da Silva.- João Pessoa, 2016.
129f. : il.
Orientador: João Gonçalves Bueno
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
1. Historiografia. 2. História cultural. 3. Segunda Guerra
Mundial - 1939-1945. 4. Educação patriótica. 5. Nacionalismo -
Paraíba.

UFPB/BC

CDU: 930.2(043)

**A CONSTRUÇÃO DA PÁTRIA AMADA:
Educação, Patriotismo e Nacionalismo na Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial
(1939-1945)**

DAVIANA GRANJEIRO DA SILVA

Dissertação de Mestrado avaliada em 16/06/2016 com conceito Aprovada

BANCA EXAMINADORA



Professor Dr. João Gonçalves Bueno (orientador) – UFPB



Professor Dr. Arnaldo Pinto Jr. (examinador externo) - UFES



Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (examinador interno) - UFPB

ProfªDrª Maria de Fátima Guimarães (suplente externa) – PPGHE - USF

Profº Dr. Élio Chaves Flores (suplente interno) – PPGH - UFPB

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Gercino (in memoriam). Suas memórias de infância de um menino que mesmo tão distante do front sentiu na pele os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial me inquietaram e inspiraram para esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

De todos os momentos singulares da escrita desta narrativa historiográfica, certamente um dos mais especiais e marcantes é este: rememorar todo o caminho percorrido até aqui. E dessa forma, perceber que embora possam chamá-lo de “monográfico”, um trabalho como este jamais se constrói sozinho. Muitos foram os sujeitos envolvidos neste processo, desde aqueles/las que indicaram leituras, criticaram e revisaram a escrita ou me acalentaram nos momentos de cansaço durante a caminhada. A todos e todas a minha sincera gratidão!

Agradeço a uma força maior que guia, que por anos acreditei ser o deus cristão. Hoje, vejo a dimensão do mundo transcendental e minhas crenças se alargaram à medida que eram postas em xeque. Fui compreendendo que a fé encoraja e dá esperanças e que isso pode ser mais importante que elencar apenas um deus.

Sou grata a minha família, por tudo o que representa para mim. Em especial a minha mãe, que me encorajou e me deixou ser quem eu sou. A ela, que em forma de lições diárias e aparentemente simples, me ensinou tantas coisas! Quando queria me tranquilizar e me sugerir aquietar-me com as aflições e angústias do mundo do trabalho (que não me levariam a lugar algum), me dizia “*minha filha, para morrer de pobre o que tem já deu.*” A ela, que teve uma vida moldada nos padrões paternalistas de sua época, eu devo a oportunidade de ter ultrapassado essas barreiras morais e ter me permitido seguir meu caminho e minhas próprias escolhas. Talvez eu tivesse conseguido mesmo sem seu consentimento, mas certamente eu não estaria hoje tão orgulhosa de poder tê-la sempre ao meu lado, e a seu modo, sempre me apoiando e acalmando. Obrigada também por me mostrar que os laços biológicos não são maiores que o amor construído dia a dia!

Agradeço também aos amigos que fiz ao longo da vida, com os quais sempre pude contar e que me foram essenciais nessa trajetória acadêmica, quando o cansaço e o desespero me acometiam:

Belinha, minha grande amiga, também historiadora, com a qual tenho a oportunidade de dividir os (des)prazeres da vida e da profissão. Obrigada pela lealdade que sempre me demonstrou e por entender minha ausência nesta fase tão delicada de final de mais um ciclo!

Landa, amiga de infância, que mesmo estando mais afastada devido às circunstâncias diárias, é alguém que estimo muito e que me remete a uma das melhores fases de minha vida. Juntas, vivemos grandes experiências e percorremos muitos caminhos.

Arnaldo, amigo dos tempos em que brincávamos de “bola de gude”, passando pela fase tensa de preparação para o vestibular, até as inquietações do mundo adulto. Obrigada pelas vezes que sonhamos juntos e vibramos com o mundo que nos espera!

Jeane, amiga querida, que me acompanhou nesta trajetória e que sei que sempre torceu por mim. E mesmo com a distância em virtude das obrigações de nossas vidas acadêmicas, sei que sempre estivemos juntas em pensamento, em vibração. Agradeço pela referência que somos uma para a outra, desde a época em que estudávamos para o vestibular. Lembrar disso me faz mais forte! E mesmo tendo seguido caminhos diferentes, sei que nossa comunhão está nos ideais que preservamos e nos sonhos que desenhamos juntas!

Sou grata também às duas amigas especiais, que foram uma dádiva nos tempos vindouros da graduação: Fabiana e Polyana. Opto por falar de vocês assim, juntinhas, porque dessa forma me transporto em pensamento para nossos dias intensos nos corredores da UEPB, onde por vezes, gastávamos horas e horas com conversas paralelas, as quais foram tão importantes para nossa formação enquanto historiadoras, e mais ainda, enquanto agentes ativas nos causos diários que compõem a tessitura da vida. Obrigada por se revezarem em ser por vezes minha ouvinte, leitora dos textos e até mesmo *psicólogas clandestinas*! Estou certa de que essa irmandade que construímos haveremos de carregar por longos anos!

Agradeço também aos amigos que fiz ao longo desses dois anos de mestrado. Das boas coisas que carrego comigo desta experiência acadêmica, sem dúvida, a mais especial delas foi a oportunidade de fazer amigos:

Delano, uma das primeiras pessoas que me afeiçoei durante o curso e com a qual dividi grandes momentos. Seu jeito de menino mimado esconde um sujeitinho cheio de bondade e grandeza. Nossa relação de *cravo e rosa*, onde por vezes eu era o cravo, só nos deu mais originalidade e fez crescer nosso afeto um pelo outro.

Lucian, esse doce de pessoa com o qual tenho o prazer de partilhar experiências diversas, sejam as inquietações desse mundo acadêmico ou questões tão profundas de nossas identidades nordestina e interiorana. Desde a primeira vez que conversamos, senti uma energia boa, daquelas que indicam que será uma amizade vindoura. E eu não estava errada: nossas raízes identitárias e nossa sede de *mundo* são sentimentos que nos unem cada vez mais.

Isaac, baiano arretado, que se fez presente em minha vida em um momento de transição muito importante e me mostrou, que para além da academia, existem questões maiores e mais relevantes a serem preservadas. Agradeço pelos meses em que dividimos o teto e a vida! Nossas *arengas* diárias só demonstravam nosso grau de companheirismo e amizade. Aprendi muito com você e com seu modo de ler o mundo. Obrigada por tudo! Ah!

Temo que não tenha sido uma boa ideia me incitar à bebedeira. Como desconfiava, minha identificação foi promissora.

Fernando, que sempre disposto a abrir sua casa e sua vida, foi se tornando uma pessoa muito especial e importante para mim. Nossos encontros, regados a papos bobos e profundos, sempre me fizeram um bem enorme. Obrigada também pelas figurinhas trocadas acerca de nossas pesquisas, pois elas me ajudaram na autoanálise de minha escrita.

Márcia Justino, essa cearense calorosa que eu nutri um carinho e respeito logo nos nossos primeiros encontros. Foi muito bom trocar experiências ao longo dessa jornada contigo!

Lis, menina que irradia simpatia e em seu conjunto, representa a identidade do empoderamento feminino. Vejo em você muito brilho e boas energias. Carrego em mim grandes lembranças de nossa viagem ao Rio, traduzidas naquela quarta intensa em que após a participação no evento de História Política na UERJ, nos remetemos ao Maracanã para ver o Flamengo ganhar do Colorado e findarmos a noite nas ruas da Lapa, com uma explosão de músicas, bebidas e muitos sorrisos.

Agradeço ainda à Áurea, companheira de trabalho e de vida, pela importância que teve desde o momento em que nos conhecemos. Nossas ideologias congruentes possibilitaram um mundo de afinidades. Sou grata por ter se tornado um pedaço de minha família nesta capital, e por tantas vezes ter me tranquilizado sobre a importância do ócio para a produção acadêmica. Obrigada por se fazer presente nos meus momentos de crise e de glória! Sua amizade sincera é um alento para os dias difíceis nesse processo de adaptação ao ritmo de vida pessoense.

Coimbra, menino traquino, obrigada pelos nossos papos pós-modernos, que agitavam ainda mais nossas noites de bebedeira. Obrigada também por se fazer presente durante essa fase tensa e sempre me oferecer um ombro amigo, seja em forma de carinho, músicas ou piadas.

Diogo, sou grata pelas trocas múltiplas que partilhamos desde o primeiro dia que nos conhecemos. A forma como nos deixamos permitir um ao outro foi singular e digna de uma bela história! Espero que você nunca perca a leveza com que reflete a vida, pois é sua característica mais apaixonante. E desejo ainda que nunca esqueçamos de que- como nos ensinou o sábio Drummond – *o real cotidiano também é matéria de poesia*. Obrigada por sempre me fazer lembrar quem eu sou e por ter somado tanto a minha vida!

Da fase romântica da graduação na UEPB, carrego comigo grandes aprendizados e referências de professores singulares. E mesmo que esse sistema produtivista cruel a que somos submetidos na academia tenha conseguido afetar muito da minha leveza para minha

carreira acadêmica, hoje tenho certeza da importância que tiveram aqueles cinco anos vivendo rodeada de grandes mestres. De maneira especial, quero agradecer a dois deles, por terem me acompanhado durante o processo de minha pesquisa: Fabrício Moraes, meu professor e orientador durante a graduação, agradeço por sempre me encorajar e inspirar! Mesmo após o término do curso, continuou me incentivando na confecção do projeto de mestrado. Obrigada por tudo! Ao professor Tiago Bernardon, que me acompanha desde a minha atuação como sua monitora, em uma experiência válida e única para a minha formação. A sua leitura cuidadosa na minha banca de TCC foi de suma importância para o andamento desta pesquisa. E mesmo durante o processo de seleção para o mestrado, sempre esteve presente, torcendo e me motivando. Suas sábias palavras *“Hoje é só um dia ruim, nunca uma vida ruim”* (quando eu lamentava um insucesso de uma seleção) carrego comigo até hoje em forma de lição de vida. Obrigada ainda pela oportunidade do Estágio Docente em sua disciplina na UFPB. É muito bom aprender mais e mais contigo!

Agradeço também aos professores Arnaldo Pinto Júnior e Paulo Giovanni, por terem me acompanhando durante esse tempo de produção historiográfica e pelo cuidado com que leram e propuseram sugestões para o desenvolvimento de minha pesquisa. Ao professor Arnaldo, agradeço especialmente pelas críticas aos entraves de minha escrita, pois elas me fizeram desconstruir muitos ranços positivistas e me possibilitaram novos horizontes de interpretação histórica. Paulo Giovanni, por sua vez, suas considerações me foram essenciais para a compreensão da complexidade que permeia as práticas políticas que compuseram o cenário brasileiro e paraibano durante o meu recorte temporal. Sou grata pela gentileza e sensibilidade com que acompanhou a minha produção!

Por fim, registro os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, João Bueno, por ter me aceitado como orientanda mesmo após o início do curso. Muito mais que lições acadêmicas, agradeço pelas lições de vida, dadas dentro e fora dos muros da academia. A forma peculiar como ensina inspira e cativa.

*“Tempo êrerererê
Tempo Ararará
Tempo me disse que só com tempo a gente chega lá*

*Um amigo meu queria
Ter a glória apressada
Esqueceu que o tempo tem
Lugar e hora marcada
Chegou no lugar primeiro
E o tempo mais atrás
Esperou sentado, em pé, cansou
Finalmente aprendeu mais. [...]”*

Nelson Rufino, compositor brasileiro, que em forma de samba,
nos apresenta grandes lições de vida.

RESUMO

Este trabalho traz reflexões acerca das representações do jornal *A União*, órgão oficial do estado, no que se refere às práticas patrióticas disseminadas e intensificadas no estado da Paraíba, em virtude da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Dentro da perspectiva da Nova História Cultural, a proposta é analisar de que forma o governo brasileiro, através desse periódico, contribuiu para a construção de um sentimento de *paraibanidade* e em consequente, de um novo ideal nacional, que seriam tão necessários para o estado de beligerância. A abordagem desta pesquisa é qualitativa e a metodologia utilizada foi a análise de matérias apresentadas nos jornais no recorte temporal estabelecido, bem como o diálogo com teóricos que tratam da temática. Intercalando os estudos teóricos com a pesquisa nas fontes, tornou-se possível construir uma narrativa que pretende contribuir com a historiografia brasileira da Segunda Guerra Mundial. As inquietações acerca de como foi disseminada uma educação patriótica na Paraíba, essencial para o contexto da guerra, e mais do que isso, de como a população paraibana sentiu os desdobramentos desse evento catastrófico em seu cotidiano, estabelecendo relações de sentido e de resistência, se constituem como grande desafio e o cerne para a construção dessa narrativa historiográfica.

Palavras-Chave: Segunda Guerra Mundial; Educação; Patriotismo; Nacionalismo.

ABSTRACT

This paper presents reflections of the “*A União*” journal’s representations about widespread and intensified patriotic practices in the Paraíba state during the World War II (1939-1945). From the perspective of the New Cultural History, the proposal is to analyze how the Brazilian government, through the newspaper, spread nationalistic practices and disclosed patriotic actions, influencing society to build a sense of “paraibanidade” and therefore a new national ideal, which would be necessary to the state of belligerency. The approach of this research is qualitative, and the methodology used was the analysis of material presented in the papers in the established period, as well as the dialogue with theorists who deal with the issue. To construct a narrative that seeks to contribute to Brazilian historiography of Second World War only became possible by merging the theoretical studies with research in the sources. Concerns about how a patriotic education disseminated in Paraíba, essential point for the war context, and more than that, how the Paraíba population felt the consequences of this catastrophic event in their daily lives, establishing relationships of meaning and strength, make up itself as a challenge and the core for the construction of this historiographical narrative.

Keywords: Second World War; Education; Patriotism; Nacionalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. E A COBRA FUMOU: O BRASIL VAI À GUERRA.....	26
1.1 O mundo em estado de beligerância.....	27
1.2 A participação do Brasil no confronto e os desdobramentos da guerra.....	31
1.3 Para além das fronteiras bélicas: os reflexos da guerra no cotidiano da sociedade paraibana.....	44
2. CULTURAS POLÍTICAS E NACIONALISMO EM TEMPOS DE GUERRA.....	59
2.1 Patriotismo e Nacionalismo: fenômenos convergentes.....	60
2.2 Getúlio Vargas e cultura política no Estado Novo.....	69
2.3 Ruy Carneiro e a construção da <i>paraibanidade</i> em favor da guerra....	78
3. COMO SE CONSTRÓI A PÁTRIA AMADA? REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA PARAIBANA PARA PROPAGAÇÃO DOS IDEAIS NACIONALISTAS.....	87
3.1 Construindo a pátria amada nas linhas do <i>A União</i>	88
3.2 Publicidade e propaganda em favor da guerra.....	99
3.3 Educação e patriotismo em tempos de guerra: ritos e manifestações cívicas na Paraíba.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXOS.....	128

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Solenidade do Curso de Enfermagem.....	35
Figura 02: Homenagem das alunas do curso geral da saúde pública.....	36
Figura 03: Comício promovido na Praça João Pessoa.....	56
Figura 04: Imagem da cartilha escolar para crianças.....	74
Figura 05: Paraibanos a bordo nos navios torpedeados.....	94
Figura 06: Comício no Palácio da Redenção.....	96
Figura 07: Cartaz norte-americano de propaganda da guerra.....	100
Figura 08: Cartaz de propaganda Walt Disney.....	101
Figura 09: Anúncio da Texaco.....	101
Figura 10: Anúncio sobre os suprimentos de petróleo.....	102
Figura 11: Coluna <i>Panorama de Guerra</i>	104
Figura 12: Manifestação Cívica.....	105
Figura 13: Presidente Getúlio Vargas.....	106
Figura 14: Slogan <i>A cobra vai fumar</i>	107
Figura 15: Slogan <i>Senta a pua!</i>	107
Figura 16: Lição Cívica “A sagrada união”.....	109
Figura 17: Parada da Juventude.....	115

LISTA DE SIGLAS

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda

FEB: Força Expedicionária Brasileira

FAB: Força Aérea Brasileira

IHGP: Instituto Histórico Paraibano

LBA: Legião Brasileira de Assistência

PB: Paraíba

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INTRODUÇÃO

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos¹.

Meu pai era um exímio contador de histórias. Era daqueles sujeitos que dava bastante importância a uma boa prosa. Falar sobre suas experiências, de modo que elas parecessem aventuras das mais interessantes, fazia parte de sua personalidade. Misturando realidade com imaginação, ele dedicou muito do seu tempo à arte de narrar. Não tenho dúvidas de que hoje eu o vejo como um narrador anônimo, daqueles que Walter Benjamin tão bem discorreu. Entretanto, confesso que não saberia em qual grupo meu pai melhor se encaixaria dentro da categorização de Benjamin: o narrador que vem de longe ou o narrador que nunca saiu de seu país? O marinheiro ou o camponês?

Decerto que meu pai não era um viajante de terras longínquas para além dos oceanos, mas a sua vida foi marcada pelo trânsito *Sul e Norte*². Afinal, como tantos outros nordestinos, ele muito cedo migrou para o Rio de Janeiro para *ganhar* a vida. Seu perfil de homem que alternava seus dias em ir trabalhar na cidade grande e vir visitar sua família no interior da Paraíba contribuiu para que eu o enxergasse como um viajante, que trazia sempre na bagagem histórias diversas, as quais ele tinha prazer em partilhar. Por outro lado, ao seu perfil de homem destemido e desbravador de mundos, somava-se um sujeito conservador, amarrado às tradições, que pouco distribuía afeto dentro de casa, embora fosse um ser adorável aos olhos alheios ao ambiente familiar.

Cresci com essa visão dúbia de meu pai e hoje percebo que quando criança, eu me refugiava nos momentos em que ele se transvestia de caixeiro viajante, rememorando feitos e contando causos. E muito provavelmente em um desses momentos de intensa narrativa, quando meu pai se debruçou a falar sobre como foi viver durante o período da “grande guerra”, iniciaram em mim inquietações sobre esse momento ímpar da história da humanidade. Suas histórias me fascinavam, pois ele contava de sua própria experiência de ter sentido na pele os desdobramentos da guerra, mesmo morando tão distante do front. E assim, discorria sobre o racionamento de alimentos, sobre como as pessoas mudaram hábitos por

¹ BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 3 ed., 1987.

² Devido a antiga divisão regional brasileira, no imaginário popular permaneceu a ideia de Norte e Sul, onde este representava o eixo sul-sudeste e o Norte englobava os estados do Nordeste.

causa do confronto mundial e de como viu pessoas conhecidas se preparando para ir ao combate, serem *heróis de guerra*.

As memórias do meu pai me acompanharam pela adolescência e vida adulta. Durante a graduação, o desejo de estudar sobre esse período singular da história humana afluía cada vez mais. E então, seguiu-se a produção do meu trabalho de conclusão de curso, onde pesquisei as alterações no cotidiano da população paraibana em virtude da Segunda Guerra Mundial.

Poder traduzir em narrativa historiográfica aspectos singulares desse período sobre o contexto do estado da Paraíba foi tarefa árdua, porém prazerosa. Afinal, pude confirmar através das fontes, muito do que o meu pai me contava na infância e dessa forma, meu trabalho monográfico estava imbuído dessa relação com minha própria trajetória de vida. Mesmo não estando vivo para presenciar o fruto de suas memórias, meu pai se fazia presente na confecção/elaboração de minha pesquisa.

Entendendo a complexidade desse jogo de relações entre as minhas memórias e as memórias do meu pai, percebo que as reminiscências desse período de minha vida contribuíram, sobremaneira, para que eu construísse um *lugar de memória*³, o ponto comum entre meu pai e eu, onde eu recorro sempre que necessito rememorar trechos de nossas vidas compartilhadas durante minha adolescência.

Neste caso, percebo a intencionalidade em de alguma forma, tornar meu pai presente em minha construção atual, cristalizá-lo em meus discursos e com isso, solidificar pontos de diálogo que eu enxergava como importante dentro de nossa relação de pai e filha, por vezes não tão próxima. O meu interesse pelas suas narrativas sobre a Segunda Guerra serviu para muitas tardes de prosas e desconfio que de forma recíproca eram elas pontos de estreitamento de laços entre nós.

Somado a essa parte específica de minha trajetória familiar, durante minha formação profissional vieram reflexões em torno da função da educação em diferentes contextos e temporalidades que muito me atraíram, pois enquanto professora, sentia a necessidade de pesquisar sobre como foi e como é pensada a educação brasileira, para então compreender o cenário atual de nosso sistema educacional. Para além disso, refletia também sobre o porquê o tema da Segunda Guerra Mundial desperta tanta curiosidade nos alunos? E, como eu poderia

³ A partir da obra de Jacques Le Goff (2010), que imbuído das discussões conceituais de Pierre Nora, lugares de memória aqui é pensado como lugares onde a memória se cristaliza, sejam eles concretos ou do campo simbólico. Sendo assim, a construção em torno das minhas memórias relacionadas às memórias do meu pai, me parecem incorrer na busca por um refúgio que partem do tempo presente em que recorro aos laços encontrados dessa relação familiar.

aliar meus estudos acadêmicos com a minha prática docente? Assim, pretendo utilizar essa pesquisa para poder apresentar aos meus alunos uma história que seja mais significativa sobre a guerra, pois poderei tratar das particularidades ocorridas neste período no estado da Paraíba. Dentro desse contexto, percebendo os entrecruzamentos dos eventos em escala local e global, pretendo trazer a luz aspectos que revelem como esse evento mundial foi visto e sentido pelos indivíduos que viviam no estado da Paraíba. Possibilitando, também, que entendamos aspectos enraizados nas tradições culturais locais e regionais.

Assim, a decisão de pensar como se delineou a construção de uma educação nacional patriótica no estado da Paraíba em virtude da guerra foi se solidificando gradativamente e tornou-se objetivo central para minha pesquisa de mestrado. Comecei a me questionar sobre como, para além dos espaços escolares, a população paraibana era educada sobre/para o estado de beligerância.

Ao olhar para a historiografia da educação brasileira, percebi que as décadas de 1930 e 1940 são períodos importantes, com reformas visando à reorganização do ensino atreladas à política nacionalista de Getúlio Vargas. Registra-se nessa época a articulação de intelectuais brasileiros para a escrita do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), bem como, a assimilação da orientação Taylorista-fordista. Esta orientação desencadeará, por parte do governo central a criação de espaços formais de escolarização profissional, dentre estes o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e as leis orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial (1940-1942), sendo as duas últimas ações decorrentes da Reforma Capanema (1942-1943).

No estado da Paraíba, conforme registram os estudos de Vânia Cristina da Silva (2011), a Reforma do Ensino⁴, realizada no ano de 1942, será responsável pela produção de várias medidas para reorganizar o ensino em geral, bem como, acabou por institucionalizar um tipo de discurso patriótico, nacional e cívico, em especial nos grupos escolares.

Esse cenário será intensificado diante do contexto da Segunda Guerra Mundial (1939/1945), onde o país e o estado da Paraíba serão abarcados pelo clima de guerra. Neste caso, o ensino paraibano, bem como as outras formas de se educar a população, ganharam novos formatos, tendo em vista a necessidade que o governo tinha de fomentar ações visando à formação de uma consciência nacional⁵ de incentivo patriótico, especialmente após a entrada do país no confronto, em agosto de 1942. A partir deste momento foram criados

⁴ A Reforma Gustavo Capanema, de 1942, confirma o objetivo do governo para uma formação moral e patriótica, ao restabelecer a História do Brasil como disciplina autônoma. Ver mais em FONSECA (2006).

⁵ Aqui é utilizado esse conceito amparado nas discussões de Eric Hobsbawm (1998) em sua obra *Nações e Nacionalismo desde 1780*.

discursos e imagens que valorizavam a existência de uma consciência de caráter nacionalista, onde o amor à pátria viria antes do amor à família. Como exemplo das mensagens que eram vinculadas nos meios de comunicação impressa, observamos os textos que encontramos nos periódicos do *A União*, de autoria de mulheres incentivando seus esposos e filhos a irem para a guerra⁶. Por sua vez, o jornal *A União*, órgão oficial do Estado, se constituirá como ferramenta crucial de propagação do espírito do governo da época, materializando por meio dos artigos um reforço ideológico para o patriotismo. Todas essas ações de comunicação jornalística, com notícias diárias, tinham como objetivo desenvolver os sentimentos de apoio e do consentimento da população acerca do confronto bélico que apresentava uma extensão mundial.

As notícias sobre educação nas páginas de *A União* terão caráter disseminador de ações patrióticas e para além do ambiente escolar, o jornal pretendia educar os cidadãos para a guerra. A cada notícia evidenciada sobre a guerra, a cada relato das ações desenvolvidas nas escolas e que tinham por objetivo a valorização da pátria brasileira, a cada apelo, feito em forma de discurso, por alguma figura influente na sociedade, acreditava-se que a população estaria apreendendo e construindo sentidos que valorizassem a pátria brasileira.

A forma como as notícias sobre a Guerra e como as práticas escolares criaram representações que valorizavam um determinado tipo de nacionalismo, e que foram sugeridas a partir desse periódico será ponto relevante para a reflexão do meu trabalho. Neste caso, entendendo por representação o conceito proposto por Sandra Pesavento:

As representações apresentam múltiplas configurações e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo, tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Indica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam comportamentos e papéis sociais. (PESAVENTO, 2005, p. 41)

Dessa forma, se fará necessário pensar essas representações dentro de uma cultura política que foi predominante durante o Estado Novo. Ângela de Castro Gomes (2005) define esses fenômenos como um “sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz

⁶Essas análises são fruto de minha pesquisa monográfica da graduação, no ano de 2011, onde pesquisei sobre os reflexos da guerra no cotidiano da Paraíba. Intitulada *Para além das fronteiras: os reflexos da Segunda Guerra Mundial no cotidiano da sociedade paraibana (1939/1945)*, a monografia foi defendida em 02 de dezembro de 2011, na Universidade Estadual da Paraíba, Campus III.

de permitir a compreensão dos sentidos de um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) (p.31)”. Esta autora entende que as ações decorrentes dos fatos históricos ocorridos podem revelar aspectos de uma dada realidade social e cultural, em determinado momento de tempo.

Desde os primeiros impressos, ainda na época da colônia no início do século XIX⁷, a imprensa tem sido utilizada para noticiar as ações dos políticos e aspectos relativos a valorização dos comportamentos sociais das elites do país. A imprensa constitui-se como veículo de comunicação importante no Brasil, e está intimamente ligada a transmissão dos valores das elites brasileiras, à medida que estabelece representações de um passado como afirma Tânia Regina de Luca em *A História da Imprensa no Brasil*:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da colônia em Império e participar intensivamente do processo. A imprensa é a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a construção do passado. (2008, p.8)

Sendo assim, uma pesquisa pautada nessa ferramenta se faz de crucial importância para a construção de uma abordagem sistemática sobre a temática em questão, sob a ótica da historiografia brasileira: a Segunda Guerra Mundial. Estou ciente de que os jornais trouxeram uma versão parcial desse momento histórico, eles expressam determinadas intencionalidades, temporalidades e subjetividades adjacentes, no entanto são fontes documentais com potencialidades para nos revelar determinadas visões de mundo e ações que ocorreram no passado. Segundo Silva e Franco:

[...] tomar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades; ao contrário, o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos. (SILVA; FRANCO, 2010, p.5)

Nesse sentido, este trabalho possui os objetivos específicos que são explicitados abaixo e que possibilitam a realização de análises acerca das representações do jornal *A União*, no que se refere às práticas educacionais patrióticas intensificadas e disseminadas em

⁷ Publicado em 10 de setembro de 1808, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), *A Gazeta* é considerado o primeiro impresso oficial do Brasil. Ver mais em: OLIVEIRA, José Carlos de. *A Cultura Científica e a Gazeta do Rio de Janeiro*. Revista da SBHC, n.17, p.29-58, 1997.

virtude da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especialmente após a entrada do Brasil no confronto, em agosto de 1942. Por isso, os objetivos deste trabalho se basearam em:

- Identificar as manifestações cívicas e patrióticas, bem como as ações escolares, em apoio ao estado de beligerância, explicitadas pelos periódicos, dentro do período em questão;
- Compreender as intencionalidades e dimensões dos discursos proferidos pelas principais autoridades políticas do período (especialmente os discursos do presidente Getúlio Vargas e do interventor do estado da Paraíba, Ruy Carneiro), atentando para a cultura política predominante que se delineou durante o Estado Novo;
- Compreender o papel da publicidade e propaganda com a temática da guerra, externadas através dos jornais impressos, que corroboraram para a construção de um sentimento nacionalista e patriótico.

Dentro da perspectiva da Nova História Cultural⁸, esta pesquisa buscou analisar de que forma o governo brasileiro, através dos periódicos, propagava práticas nacionalistas e divulgava ações pedagógicas de escolas públicas, influenciando a sociedade paraibana para a construção de valores morais e patrióticos.

Os meios de comunicação sempre tiveram um papel relevante no que tange à disseminação e propagação das notícias de determinado lugar e/ou região. Eles se fazem como fio condutor entre as relações políticas que se estabelecem na sociedade. No período da II Guerra Mundial o rádio era o meio de comunicação de massa. Entretanto, os jornais também foram fortes propagadores das notícias da Guerra. E mesmo nesse período boa parte da população não sendo escolarizada, os jornais conseguiam atingir um percentual relevante da população, pois as notícias se espalhavam e tornou-se rotina o aglomerado de pessoas em lugares públicos como as praças, por exemplo, para se inteirarem sobre o panorama da Guerra, principalmente após a entrada do Brasil no conflito (MERON, 2009).

A política nacionalista de Getúlio Vargas, intensificada no contexto da guerra, estabeleceu pilares fortes de ações patrióticas que atingiriam boa parte da população paraibana. Dentro de um regime ditatorial, sensibilizar a população para o apoio patriótico com a construção de uma imagem de que o país estaria dentro da ordem e do progresso e lutando pelo seu povo era importante passo para a construção de uma identidade, de

⁸ Corrente historiográfica que surgiu na década de 1970, marcando a 3ª geração da Escola dos Annales dando ênfase à História das Mentalidades. Ronaldo Vainfas em artigo na obra *Domínios da História* apresenta conceitos sobre a dimensão da História das Mentalidades e da História Cultural, com abordagem na historiografia dos Annales.

legitimação do Estado Novo. A construção dessa “pátria amada” se fez necessária e possível graças a esse conjunto de ações (relatadas neste trabalho), embasadas no ideal nacionalista. E como os estudos nos apontam, a construção do sentimento de brasilidade passa antes pela esfera local, regional. E no caso específico do estado da Paraíba, a tentativa era a construção do sentimento de *paraibanidade*.

Nesse sentido, os jornais foram cruciais para a política de disseminação do espírito patriótico e nacionalista. Mais do que isso, através deles, muitas pessoas construíram uma relação de sentido com os acontecimentos históricos e com o contexto em que viviam. Dessa forma, participaram do processo de construção de consciências históricas capazes de reorganizar seus projetos de vida e construir outros. Os espaços formais e informais por onde a educação acontecia tornaram possíveis elos entre a história que acontecia no mundo e a vida prática de cada indivíduo, que agora não apenas ouvia ou lia sobre a guerra, mas sentia na pele seus impactos.

Em tempos extremos, como foram os da Segunda Guerra Mundial⁹ é possível perceber a finalidade a que a educação era pensada e promovida no Brasil, de maneira bastante peculiar. No caso do estado da Paraíba, essas alterações também foram fortemente sentidas, como nos confirmaram os estudos desse trabalho.

Dessa forma, é possível observar que a função da educação envolve aspectos complexos e interligados às dimensões políticas, culturais, sociais e econômicas vigentes no contexto a que se destina. E as formas de se ensinar para determinado intento transcendem os aspectos formais, envolvendo uma rede de relações de poderes múltiplos. Por isso, refletir sobre a história da educação em nosso país é empreitada árdua, mas ao mesmo tempo instigante, pois nos permite tecer fios singulares para a construção desse grande emaranhado de retalhos que compõe a nossa própria história.

A história da educação brasileira esteve sempre ligada aos contextos políticos e sociais. Desde o período colonial até o atual cenário republicano do país e durante essas diversas temporalidades é possível perceber que a função da educação se configurou de formas diversas em cada período. Para esse estudo, o nosso foco é contextualizar a primeira metade do século XX, em virtude de ser o recorte temporal específico de nossa análise historiográfica. Sendo assim, se faz relevante um breve panorama da educação brasileira que

⁹ A problematização acerca desse período que Eric Hobsbawm (1995) considera como dentro de um século extremista em seus diversos aspectos pode ser vista em sua obra *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*.

demarca as primeiras décadas do século XX e ganha nova dimensão a partir da década de 1930, com as reformas no campo educacional, em virtude do regime ditatorial firmado por Getúlio Vargas, o Estado Novo (1937-1945).

A obra de Otaíza Romanelli (1986) *A História da Educação no Brasil (1930-1973)* é um clássico na abordagem sobre a educação brasileira. Sua obra traz uma importante análise de como se configurou a educação durante esse período de crises e revoluções, que ela destaca como sendo o momento crucial de solidificação do sistema capitalista no país e o campo educacional, nesse sentido, seria o elemento catalisador desse momento, pois seu desenvolvimento se engendrava ao desenvolvimento econômico e a dimensão ideológica do aparelho estatal. A autora destaca o processo da expansão do ensino, mostrando como as alterações após 1930 caminharam para um novo cenário da educação brasileira, porém, reiterando que desde esse período, “cresceu a defasagem existente entre educação e desenvolvimento (p.127)”, pois o sistema educacional possuía caráter de discriminação social.

Dentro de uma perspectiva marxista, Romanelli apresenta sua tese subdividindo o período que se propõe analisar em três fases: 1930 a 1937; 1937 a 1946; e por último, de 1946 a 1961. A divisão é justificada pelo contexto do Governo Provisório¹⁰ e os seus desdobramentos, a implantação do regime ditatorial, momento crucial para a legislação educacional e o período marcado pelo nacionalismo e populismo intensos, culminando na criação da Lei 4.024 de 1961 que corresponde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Para o foco de análise deste trabalho, acredito que é importante destacar que a partir de 1930, as reformas estabelecidas no ensino brasileiro vão ao encontro do novo cenário político, que prezava pela educação nacional. Até então, o ensino era pensado de forma descentralizada e a Reforma Francisco Campos¹¹, mais especificamente, vai redimensioná-lo para um sistema nacional, como registra Romanelli. No entanto, a autora faz um balanço dos marcos dessa reforma para o ensino elencando vários pontos negativos e contraditórios com a dinâmica da política no Brasil apontando para a “existência de uma política educacional baseada numa concepção ideológica autoritária (p.142)”. Por sua vez, ela entende que a Reforma Gustavo Capanema de 1942, vai atender, em certa medida, à dinâmica político-social do trabalho, característica forte do governo Vargas durante o Estado Novo e voltada para elevar a

¹⁰Período convencionado pela historiografia tradicional, que compreende os anos 1930 a 1934, em que Getúlio Vargas governou o Brasil através de decretos (após a chamada *Revolução de 1930*) de forma provisória, até que se estabelecesse a nova Constituição (1934).

¹¹Reforma de ensino, estabelecida após 1931, caracterizada por um conjunto de decretos que dispunham sobre o ensino secundário, o currículo seriado, a frequência obrigatória, a estruturação do sistema de inspeção, dentre outras determinações.

consciência patriótica e humanista. Isso implica que Romanelli percebe a educação como manobra política e a escola como “aparelho ideológico do Estado” (ALTHUSSER, 1999). Para ela o ensino é o meio para a fixação das ideias estatais vigentes. Nesse sentido, as formas de disseminação patriótica vão sendo intensificadas através das práticas educativas, como podemos perceber com as determinações dos próprios decretos-lei que estabeleciam o hasteamento da bandeira, o canto do hino nacional, dentre outras ações que fariam parte do cotidiano escolar e sutilmente, construiriam uma nova consciência nacional, que vai ser ainda mais fortalecida com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como as pesquisas apontam. No entanto, para além dessa forma de abordagem dos sistemas de escolarização, concordamos com as concepções de Bertucci, Faria Filho e Oliveira, quando pensam as possibilidades do uso das concepções de E. P. Thompson para a História da Educação:

Parafraseando Thompson, poderíamos dizer que a tensão que marca o processo de escolarização é uma tensão que assinala a totalidade da cultura. E não sem importância que o fato de estarmos enfatizando a ideia de tensão. Para nós a escola exerce, simultaneamente, uma intensa atividade de apropriação, reorganização, desestruturação e desqualificação em relação às formas anteriores de produção cultural da pessoa educada (Bertucci, Faria Filho e Oliveira, p. 47, 2010).¹²

No primeiro capítulo, proponho fazer uma explanação sobre a Segunda Guerra Mundial, percebendo o processo de preparação do Brasil para entrada no confronto e a participação do estado da Paraíba nesse intento. Esse cenário irá acarretar alterações no cotidiano da população paraibana e a educação também será afetada.

Estabelecer um diálogo constante com autores que se debruçam sobre a temática da guerra será de essencial importância para a confecção desse primeiro momento do trabalho, tendo em vista a necessidade de se compreender o fenômeno da Segunda Guerra em um contexto geral, mas principalmente, no âmbito particular da sociedade brasileira. Sendo assim, René Remond, Eric Hobsbawm (1995), Ricardo Seitenfus (2003), Luciano Bastos Meron (2009) contribuirão substancialmente para esse momento, pois enquanto que Remond e Hobsbawm dissertam sobre a contextualização geral do conflito e os diversos aspectos sob os quais o mundo foi afetado, Seitenfus apresenta o panorama da participação do Brasil no combate, com seus dilemas e desdobramentos. Por sua vez, Meron traz um estudo de caso do estado da Bahia, enfocando o processo de preparação militar da Força Expedicionária

¹²BERTUCCI, L. M; FARIAS FILHO; L. M; OLIVEIRA; M.A.T.de. Edward P. Thompson: história e formação. Belo horizonte: editora UFMG, 2010.

Brasileira (FEB), nos fazendo refletir sobre as especificidades de cada estado durante esse momento ímpar de nossa história.

No segundo capítulo, a proposta é fazer uma abordagem acerca do contexto político-social brasileiro, percebendo as especificidades do estado da Paraíba no que tange a uma cultura política predominante que irá corroborar com o regime ditatorial varguista. Sob o âmbito do confronto bélico e a entrada do país no combate, as práticas de intensificação do patriotismo serão fortemente propagadas no jornal *A União*, de modo a construir uma determinada visão sobre a guerra, como os estudos irão nos mostrar. Nesse intento, a discussão acerca do papel de intelectuais que fizeram parte de uma cultura política específica do período contribuirá para a análise conjuntural de como se delinearam práticas políticas que fomentaram a construção de um projeto de nacionalidade e qual a participação de determinados grupos de intelectuais nesse intento.

Outro ponto de destaque para esta pesquisa diz respeito às relações entre Brasil e Estados Unidos, tendo em vista que o órgão oficial explicitava frequentemente matérias direcionadas à irmandade entre esses dois países da América. A tentativa de justificar a adesão do Brasil ao bloco Aliado, especialmente diante dos acordos com o *Tio Sam* é ponto de importante debate ao longo dessa narrativa historiográfica, inclusive devido as esferas propagandísticas que foram repercutidas no período em virtude dessa aliança.

Para isso, discutir sobre o conceito de nacionalismo se faz de fundamental importância, pois será o fio condutor para as práticas educativas patrióticas disseminadas nessa conjuntura. A análise dos periódicos e o diálogo com os teóricos que tratam da temática – Eric Hobsbawm (1990), Benedict Anderson (2008), Ângela de Castro Gomes (2010), dentre outros – permitirão uma análise do período, dentro do recorte estabelecido. Ainda nesse capítulo, será necessária uma explanação do contexto político e social em que se dava o ensino paraibano durante o contexto em questão. Para tal intento, algumas referências serão fundamentais, pois apresentam uma relevante contribuição para a historiografia educacional. Os estudos de Carmen Nava (2007) e Cláudia Engler Cury (2013) nortearam algumas reflexões nesse sentido, por apresentaram pontos de discussão acerca de políticas culturais no ensino, com a intenção da construção/solidificação de um projeto de brasilidade. A partir dessa sistematização, será possível fazer uma abordagem acerca do ensino público no estado da Paraíba nesse período, com a intenção de se perceber quais culturas política durante o Estado Novo foram legitimadas e as conotações que as práticas escolares tiveram nessa conjuntura de ditadura e mais especificamente, de conflito mundial que foi a Segunda Guerra.

Trazendo a discussão para o campo específico da educação paraibana, no terceiro capítulo será feita uma análise de alguns rituais simbólicos que se tornaram frequentes no período em questão. A tentativa é perceber a invenção de uma tradição¹³ e construção de brasilidade¹⁴ e dentro do contexto local, a construção de sentimento de *paraibanidade*.

A historiadora Vânia Cristina da Silva, em sua dissertação intitulada *Ó pátria amada, idolatrada, salve!salve! Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)* traz uma abordagem relevante que corrobora com o intento dessa pesquisa, pois analisou como as festas escolares e as manifestações cívicas se processaram na Paraíba durante o Estado Novo (1937-1945) e como tais práticas foram usadas como ferramentas de educação nacional. Apesar de possuímos pontos comuns na pesquisa histórica, nossos trabalhos se divergem, sobretudo, pela ênfase ao período estudado, pois a proposta dessa pesquisa está voltada para as práticas que sejam consequências do contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Como resultado da pesquisa nos jornais, esse último capítulo traz reflexões acerca de como o órgão oficial do estado serviu para propagar os ideais patrióticos e colaborar com a política nacionalista varguista. Neste sentido, serão analisadas diversas matérias que abordam o contexto da guerra, desde os atentados sofridos pelos navios brasileiros até o processo de preparação militar para o estado de beligerância. Também serão analisados os anúncios e propagandas que compunham o contexto jornalístico em favor da guerra, na tentativa de perceber de que modo a publicidade serviu para o fortalecimento do sentimento patriótico nesse período. Compondo o último capítulo, serão explicitadas ainda exemplos de manifestações patrióticas oriundas de escolas públicas paraibanas, bem como de manifestações de civis, percebendo assim, como o sentimento de *paraibanidade* foi sendo intensificado, indo ao encontro do sentimento de *brasilidade*, tão necessário à construção desse “pátria amada”.

¹³O conceito aqui utilizado de tradição inventada é amparado pelo historiador Eric Hobsbawm (2006) (em obra: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006), com ênfase em sua discussão sobre as práticas simbólicas através de rituais que vão sendo ressignificados no imaginário social. Mais precisamente, o autor chama a atenção para o fenômeno do nacionalismo como movimento ideológico que torna necessária a invenção de uma continuidade histórica (p.15).

¹⁴Em *A Construção Nacional* o autor José Murilo de Carvalho disserta sobre a construção da brasilidade durante o Brasil Imperial e afirma que essa construção se dá em vários momentos da História do Brasil, inclusive na República.

Capítulo I

E A COBRA FUMOU: O BRASIL VAI À GUERRA

[...] O mar furioso devolve à praia
Alianças de casamento dos torpedeados
E a fotografia de um assassino,
Aos cinco anos – inocente – num velocípede. [...]

Longas filas de homens e crianças
Caminham pelas mornas avenidas
Em busca de ração de sal, azeite e ódio.

E a morte vem recolher
A parte de lucidez
Que durante tanto tempo
Esconderá sob os véus.¹⁵

O poema que abre este capítulo foi escolhido em virtude da reflexão que ele suscita, especialmente por ter sido escrito por um poeta brasileiro durante a guerra. Murilo Mendes consegue externar muitos sentimentos que fazem menção ao terror que foi a Segunda Guerra Mundial, mesmo para quem vivia tão distante do front, como no caso dos brasileiros. O escritor eterniza em versos os efeitos do inexorável conflito que se alastrava no mundo inteiro e de forma profunda demonstra os reflexos causados pela guerra às pessoas comuns¹⁶.

O Brasil não conseguiu fugir desse confronto global. Nos primeiros anos de guerra (de 1939 a 1942), participou com suportes materiais, apoiando os países aliados e enviando matérias-primas, como o café e o algodão. Todavia, não havia fortes expectativas por parte dos próprios países aliados de o Brasil participar belicamente no confronto, pois ele mantinha

¹⁵MENDES, Murilo. Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 408-409.

¹⁶A primeira vez que tive contato com este poema foi no ano de 2014 através de um livro didático do 9º ano do Ensino Fundamental. Abrindo o capítulo sobre o assunto da Segunda Guerra, o poema me chamou a atenção pela intensidade e ao mesmo tempo sutileza com o qual abordava o assunto e a partir dele, consegui sensibilizar a turma para introduzir a temática. Com isso, percebi nos alunos uma notável curiosidade e inquietação sobre a participação do Brasil na guerra. Misturando meus interesses (enquanto professora e pesquisadora da temática), pude compreender a dimensão das diversas linguagens para a compreensão dos processos históricos. Neste caso, o poema se constituiu como ferramenta de fundamental importância para esse estudo.

relações amistosas com países do bloco aliado¹⁷, assim também como com alguns países do Eixo, a exemplo da própria Alemanha. Internamente, a sua população também não se demonstrava confiante de sua ida aos campos de batalhas para lutar contra as forças do Eixo.

Alguns fatores justificariam esse descrédito, como a falta de estrutura do Brasil que não demonstrava condições militares para um confronto de nível global e também (após 1942) o fato de o país viver sob uma ditadura simpatizante com os regimes totalitários, mas, no entanto, declarar apoio aos países democráticos.

O Brasil não dispunha de condições para entrar em um confronto armado de dimensão global. Nem estruturas bélicas, menos ainda operacionais, pois a organização militar brasileira era deficitária para um padrão exigido em um confronto como o da II Guerra Mundial. Acerca disso, o historiador Luciano Bastos Meron (2009, p. 19), em sua dissertação “**Memórias do Front: Relatos de guerra de veteranos da FEB**”, afirma:

O envolvimento direto com a guerra moderna traria mudanças profundas na organização militar brasileira. As diferenças de organização e recursos das Forças Armadas do Brasil em relação aos Estados Unidos da América são perceptíveis no processo de preparação da FEB em solo pátrio.

O descrédito era tanto que logo se disseminou o ditado popular pelo país de que “era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na Guerra”. Pois bem! A cobra fumou! Fumou e deve ter se intoxicado toda, pois o Brasil não só entra na Guerra, como sai dela do lado vitorioso e com participação satisfatória, como veremos mais adiante.

1.1 O mundo em estado de beligerância

Na História da humanidade, muitos acontecimentos e processos ocorridos em determinada temporalidade e espacialidade acarretaram desdobramentos significativos para as gerações futuras, não atingindo apenas as fronteiras do seu próprio lugar nem tampouco o tempo de duração desses acontecimentos. A Segunda Guerra Mundial não fugiu a essa perspectiva. Gerou alterações na vida da população de diversos lugares do mundo e movimentou praticamente todos os países do globo, que envolvidos diretamente ou não, sentiram-se afetados de uma forma ou de outra pelos efeitos da Guerra, seja pela alteração da

¹⁷Aliança feita entre os países democráticos que lutavam contra as forças do Eixo.

economia, pela disseminação do confronto através das ferramentas de comunicação ou pelas ideologias fomentadas e postuladas pelos Estados-nações.

A efervescência de um confronto mundial como foi a Segunda Guerra não está associada a questões únicas e delimitadas. Perpassa aspectos políticos, ideológicos, culturais, econômicos e sociais que se entrelaçam e culminam no estado de beligerância. Por isso, compreender a atmosfera de Guerra é atentar para aspectos particulares de cada Estado-Nação e perceber como os países se aliaram para combater lado a lado contra inimigos comuns. O século XX torna-se palco dessas dissonâncias e alianças e os desdobramentos gerados pela Guerra atingem países do mundo inteiro.

A II Guerra Mundial foi um conflito que afetou direta e indiretamente diversas nações que de uma forma ou de outra mantinham relações com as nações importantes do período (Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Itália). As disputas imperialistas, o sentimento de revanche, as ascensões de regimes totalitários acarretaram o maior confronto da história da humanidade.

Os ânimos da população de forma geral já vinham abalados com os impactos da I Guerra Mundial (1914-1918), pois até então não havia um conflito numa intensidade como essa, ou seja, não existiram parâmetros para compará-la.

Para o historiador Eric Hobsbawm a Guerra foi uma só: a Guerra Total. Foram 31 anos de conflitos e mesmo quando não havia confrontos diretos nos campos de batalhas, a guerra se fazia presente no cotidiano da humanidade e teve caráter catastrófico¹⁸:

Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos – inclusive a geração dos pais deste historiador, ou pelo menos de seus membros centro-europeus – se recusaram a ver qualquer continuidade com o passado. “Paz” significava “antes de 1914”: depois disso veio algo que não merecia mais esse nome (HOBSBAWM, 1995, p. 30).

René Rémond não compartilha do pensamento de que a Primeira Guerra e a Segunda Guerra tenham sido um conflito único com raízes em mesmas causas e motivações. Ele afirma sobre o segundo confronto:

Essa guerra não é exatamente a reedição da anterior. Tampouco é uma simples retomada de hostilidades depois de uma prolongada suspensão (...). A Segunda é muito da Primeira: ainda que, por algumas características,

¹⁸Eric Hobsbawm considera o século XX como a Era dos Extremos, onde se por um lado, houve crescimento econômico e grandes avanços tecnológicos, por outro, ocorreu a maior catástrofe da humanidade: A II Guerra Mundial.

promane da anterior e se aparente com ela, inúmeros aspectos a diferenciam suficientemente para que a tratemos à parte. (REMOND, 1993, p.107)

Entretanto, os dois historiadores apresentam a II Guerra como um momento catastrófico, com perdas incalculáveis, tanto no setor material como no humano. O clima de tensão vinha desde a I Guerra, com a sucessão de acontecimentos que culminaram numa instabilidade política e econômica muito grande. Isso significa dizer que a “paz” era muito difícil de ser sustentada e a eclosão de um novo confronto era iminente.

A Alemanha estava dilacerada e humilhada pela derrota do primeiro confronto. Inconformada com as perdas estabelecidas pelo tratado de Versalhes,¹⁹ em 1919, ela abre espaço para o fortalecimento dos sentimentos de revanchismo no país. É nesse cenário que a figura de Adolf Hitler (1889-1945) vai se destacar, encontrando espaço com seus discursos de nacionalismo exacerbado. Por outro lado, mesmo os países que saíram “vencedores” da I Guerra aspiravam a novas conquistas. Somado a isso, ocorre a crise econômica mundial de 1929 que desencadeia um intenso e prolongado processo de instabilidade econômica e social dos países capitalistas, e as agressões das três potências descontentes – Alemanha, Japão e Itália – culminam no estopim de 01 de setembro de 1939, com a invasão à Polônia, pelos alemães:

Os marcos miliários na estrada para a guerra foram a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931; a invasão da Etiópia pelos italianos em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola em 1936-9; a invasão alemã da Áustria no início de 1938; o estropiamento posterior da Tchecoslováquia pela Alemanha no mesmo ano; a ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939 (seguida pela ocupação italiana da Albânia); e as exigências alemãs à Polônia que levaram de fato ao início da guerra (HOBSBAWM,1995, p. 44).

Foi dentro desse contexto que se deu o maior conflito mundial da História da humanidade. O século XX é marcado por guerras e o desenrolar dos fatos que sucedem ao confronto são decorrentes desse momento ímpar e delicado de choque entre os países, numa dimensão global. Novas potências emergem, avanços tecnológicos significativos ocorrem em diversos lugares do mundo, as mentalidades mudam, pois agora a humanidade passou por um momento de choques, experiências e sensações nunca antes sentidos e vistos.

¹⁹O Tratado de Versalhes foi um acordo feito após a I Guerra Mundial, onde os países perdedores tiveram que arcar com uma série de exigências propostas pelos países vencedores. O país mais afetado (de forma negativa) foi a Alemanha que confirmou ser sua a responsabilidade da eclosão do confronto. Dentre outras perdas, as mais fortes foram as de território e o pagamento de altas indenizações.

Marcados por tantos processos históricos imbricados sob uma complexidade de fatores políticos, econômicos e ideológicos que marcou sobremaneira o mundo, o século XX foi palco de grandes embates e combates. Todavia, a fomentação de um confronto em escala global possui um intenso processo de preparação que antecede os marcos cronológicos e extrapolam as convenções tradicionais de temporalidade, tendo em vista que os efeitos e o contexto pré-guerra podem dizer muito sobre a dimensão de um conflito como foi o da Segunda Guerra.

É consenso na historiografia que esse conflito foi o de maior dimensão para a humanidade. No entanto, a prática antecede a teoria e mais do que confirmado pelos cânones literários, os efeitos da guerra foram sentidos cotidianamente por pessoas em diversas partes do globo. Foram estabelecidos novos papéis sociais e estipuladas alterações na dinâmica diária da vida das pessoas, ao passo que os questionamentos e as incertezas sobre o futuro se tornaram cada vez mais assustadores.

Nesse sentido, é possível perceber que uma Guerra não é traduzida apenas como um ato de combates e confrontos sanguinários, tampouco ela dura apenas o tempo cronológico que foi convencionalizado pela historiografia. Os impactos e desdobramentos da II Guerra mundial não começaram em 1939 com a invasão à Polônia pelos alemães nem terminaram em 1945, quando da rendição do Japão. São costurados bem antes e se arrastam por muito tempo depois, se não nos campos de batalha, mas nas memórias dos indivíduos que perderam parentes, que mudaram seus hábitos de vida, suas perspectivas de futuro e suas percepções de mundo. Essas mudanças e sensibilidades se deram ainda mais fortemente em pleno período de guerra, pois era necessário às pessoas continuarem suas rotinas, apesar de o mundo parecer desmoronar. Era necessário, sobretudo, se adaptar à atmosfera da guerra e fazer planos levando-se em conta as tensões e marcas que esse momento ainda traria.

Analisar as mudanças que se deram tão fortemente durante o confronto é de crucial importância para compreendermos um pouco do cotidiano das pessoas comuns, de como tiveram seus hábitos e rotinas alterados com o clima de guerra e percebermos, inclusive, as continuidades características de um Estado que estava em processo de afirmação de identidade, com as transformações sociais e políticas por que passava a Paraíba durante o Estado Novo (1937-1945).

Mesmo para os países que não entraram diretamente no conflito, ou àqueles que entraram já próximo do fim, como foi o caso do Brasil, as alterações no ritmo de vida da população brasileira, durante a Guerra, foram bastante significativas. Entretanto, essas alterações se deram de forma específica em cada estado e se fundiam ao cenário já

preexistente de determinado lugar, ou seja, a forma como cada estado absorveu as tensões do confronto foi bastante peculiar. Perceberemos essas especificidades no caso do estado da Paraíba, que por fazer parte do litoral brasileiro, região fortemente afetada pelos atentados dos países do Eixo²⁰, sofreu com as tensões e perdas de paraibanos e teve que se ajustar ao ritmo aterrorizante do estado de beligerância.

1.2 A participação do Brasil no confronto e os desdobramentos da guerra

O Brasil que por alguns anos manteve a neutralidade como característica marcante de um país pacífico, em 1942 se vê impulsionado ao combate bélico. A sua relação político-econômica com os Estados Unidos, cada vez mais intensificada, pediria um posicionamento efetivo e os sucessivos ataques aos navios brasileiros seria o estopim para a entrada do país no confronto.

A partir de então, o clima de tensão é disseminado e uma corrida pela preparação militar²¹ se dará de forma sistemática. Em estado de Guerra, o governo brasileiro intensifica a propagação de sentimento de confiança entre a população e se utiliza dos meios de comunicação para tal propósito. Nesse sentido, os jornais ganham destaque por apresentarem aquilo que o regime varguista almejava, sempre na perspectiva de centralização do poder e controle das opiniões a serem externadas. Em pleno Estado Novo, a censura era efetiva e desse modo, muitos aspectos da sociedade brasileira, referentes à forma como a população sentiu a efervescência da Guerra foram ocultados. Ainda assim, através da análise da imprensa é possível perceber as dissonâncias desse período, o silenciamento de vozes relevantes e o processo de mudanças que os rumores da Guerra causaram no país.

O ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, fez com que os Estados Unidos entrassem na guerra. No mês seguinte, em 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompeu

²⁰Eixo foi a aliança (o chamado Eixo Roma-Berlim-Tóquio) formada pela Alemanha, Itália e Japão, os principais países que brigavam unidos em um dos lados do conflito.

²¹O livro **Trinta anos depois da volta (1975)** de autoria Octávio Costa (1976) traz uma abordagem sobre a participação do Brasil na II Guerra Mundial, um relato sobre o país de antes da Guerra, o processo de preparação da FEB, a presença do país no confronto e a volta da Força Expedicionária Brasileira com as mudanças que o conflito acarretou no Brasil. A obra foi publicada pela Editora Biblioteca do Exército, com o objetivo de homenagear os pracinhas e apresentar à juventude da década de setenta as narrativas sobre esse momento ímpar. Esse direcionamento é explicitado na introdução “Cuidamos que seria de bom augúrio para todos nós que a mocidade de hoje se identificassem com os moços que, trinta anos antes de agora, nos ajudaram, com as suas vigílias e o seu sofrimento, a ser o que hoje somos. Visando, uma vez mais, à mocidade, deixamos em suas mãos esta publicação – mais uma reportagem que um livro – e o tema é ainda a mocidade, a mocidade do ‘pracinha’ que não voltou, ou que voltou marcado pela guerra, dentro de si mesmo, para sempre” (p.11)

relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão. A partir de então a posição de neutralidade seria dissipada. Houve, nos sete meses seguintes, uma sucessão de agressões do Eixo ao Brasil, com torpedeamentos de seus navios.

Em 18 de agosto de 1942 navios brasileiros são afundados no litoral baiano. A notícia vem estampada no Jornal *A União*, causando uma comoção popular e um sentimento de revolta, na capital do estado e em algumas cidades do interior, como as matérias serão destacadas pelo periódicos e analisadas posteriormente. A população vai às ruas demonstrar a indignação e clamar por justiça e esse momento é externado pelo Jornal como uma prova de patriotismo, sendo narradas detalhadamente as manifestações populares nos dias seguintes ao atentado.

Após o atentado aos navios brasileiros no litoral baiano o governo já demonstrava movimentações da sua entrada na Guerra, pois no dia seguinte ao torpedeamento o Brasil aparece no *Panorama de Guerra*, coluna específica sobre o assunto do jornal oficial do estado.

É possível perceber que havia a cogitação de o país entrar no confronto, mesmo antes do atentado em 18 de agosto, pois a partir da análise do dia-a-dia nos jornais, constata-se uma prévia preparação brasileira, tanto no setor bélico, com o anúncio de treinamentos militar, cursos de soldados, bem como no aspecto psicológico enaltecendo-se a figura do presidente como responsável e comprometido com o futuro da nação para que dessa forma, a população confiasse e estivesse disposta a lutar por amor à pátria. Após a declaração de fim da neutralidade brasileira, os periódicos apresentam matérias onde diversos países, a exemplo de Portugal, Argentina e Inglaterra externam admiração pela decisão corajosa do Brasil e escrevem ao presidente Getúlio Vargas com demonstrações de apoio e estima. Os Estados Unidos também se mostram extremante satisfeitos pela decisão honrosa do Brasil, enxergando assim uma prova na luta pela democracia.²²

A declaração de estado de beligerância é justificada pelo presidente – como pode ser visto no seu discurso acima citado – como a luta pela democracia. É interessante perceber a forma contraditória com a qual Vargas aclama os ideais democráticos, guiando a nação em uma ditadura. As contradições da política brasileira nesse momento irão contribuir para o fim do Estado Novo. Acerca disso Maria Helena Capelato (2007, p. 136) afirma:

O dilema enfrentado pela ditadura era o seguinte: como lutar pela democracia externamente e manter o Estado autoritário internamente. A

²²Aparecem explicitadas no jornal em diversos momentos as declarações de apoio dos países aliados.

pressão popular, que exigiu a entrada do Brasil na Guerra com os Aliados já deram mostras dessa tensão, que se foi agravando até o fim do conflito.

A aversão declarada à Alemanha vai acarretar na vigilância e proibição da saída de alemães residentes no país para o exterior, sobretudo após os atentados no litoral brasileiro. Tais medidas eram tomadas a fim de se evitar possíveis comunicações entre os residentes no Brasil com o seu país natal e em dado momento eles foram tomados como reféns, com o decreto do presidente Vargas: “Deve ser permitida a saída de alemães que exerceram aqui qualquer função diplomática. Quanto aos demais, devem ficar como reféns dos nossos patrícios detidos em Compiègne²³” (A União, 21 de Ago. de 1942, p.6)

A disseminação das notícias sobre o desenrolar da Guerra se deu no Brasil com a forte atuação dos meios de comunicação. Daí a importância da análise desses relatos que eram apresentados nos jornais. A população brasileira foi se informando da dimensão do conflito mundial a partir das informações que circulavam cotidianamente pelas ruas. Com isso, foram se intensificando as sensibilidades que afloravam muito fortemente nesse momento, fazendo com que o povo brasileiro, de fato, se manifestasse em favor das forças aliadas.

A guerra provocaria grandes mobilizações no Brasil, especialmente nos grandes centros urbanos. Ela chegava por meio dos jornais e do rádio, e, especialmente, após o ataque japonês à base militar norte-americano de Pearl Harbor, os acontecimentos do conflito mundial passariam a ser debatidos nos bares e cafés. (MERON, 2009, p.26)

Após a declaração de entrada da Guerra, o Brasil irá passar por transformações ainda maiores. O país terá que ajustar diversos setores que sentiram os efeitos do confronto mundial. As mudanças na economia brasileira em virtude da Guerra se dão em volta da ligação com o país norte-americano. A União explicita o momento crítico de ajustes na economia do país, com a embaixada brasileira nos Estados Unidos para a tomada de decisões nesse momento crítico:

O Sr. Walter Sarmanho, conselheiro comercial da embaixada do Brasil nos Estados Unidos, atualmente aqui, concedeu uma entrevista da maior oportunidade e importância, tomando por tema especialmente as importações de materiais norte-americanos pelo Brasil e a necessidade do nosso país ajustar-se a uma economia de guerra, mobilizando ao mesmo tempo todos os seus próprios recursos no sentido de depender o mínimo possível do exterior.

²³Cidade francesa, onde ocorreu o *Armistício de Compiègne*, em 1918, o tratado que oficializou o fim da I Guerra Mundial.

O Sr. Walter Sarmanho indicou que os Estados Unidos se empenham de tal modo no esforço bélico, que não podem atender às indústrias civis de modo suficiente a satisfazer as necessidades de outros países, mesmo os mais amigos e solidários. O próprio povo norte-americano vem sofrendo as dificuldades resultantes de toda a produção que não seja de interesse à defesa da nação em guerra. A produção bélica, aliás não é só para os Estados Unidos, mas para todas as nações aliadas. Acresce, ainda, a escassês de navios. Daí não haver espaço para trazer artigos e comodidades admiáveis, como geladeiras, rádios e máquinas de escrever. Deverão ter preferência os materiais chamados críticos como carvão, papel, produtos químicos, ferro, ácido, fertilizantes, máquinas e ferramentas e estes mesmo são submetidos a um grande controle no mercado interno para não haver utilização além do indispensável (A União, 15 de ago. de 1942, p. 3).

A partir do relato acima citado, dois pontos tornam-se relevantes a destacar no que tange às relações econômicas entre os dois países: Os Estados Unidos serviam de modelo, um exemplo de nação que se empenhava no esforço de Guerra; bem como o modelo industrial capitalista, pensado de forma racional e econômica passa a ser valorizado como a única possibilidade de enfrentar tal processo bélico. Isto justifica a situação cautelosa que vai se configurando pelo estado de beligerância que acarreta alterações na economia de cada país.

Como mencionado anteriormente, diversos são os momentos em que o governo brasileiro se utiliza da imprensa para externar sua irmandade com países das nações unidas, em especial com os Estados Unidos. Os laços são fortalecidos a partir das relações econômicas e da política da Boa Vizinhança os dois países mantêm constantes acordos diplomáticos. A entrada do Brasil na Guerra se constitui em momento decisivo de dependência brasileira com o país norte-americano, durante o processo de preparação da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A organização da FEB começaria em 1943, mas somente no ano seguinte embarcaria para o confronto bélico. Nesse sentido, é relevante analisar o período que vai desde a declaração da entrada do Brasil na Guerra em 1942 até a embarcação da FEB, em 1944. É possível perceber, com isso, o intenso processo de preparação militar do país.

Antes mesmo desse processo de preparação militar, o Brasil procurou construir bases sólidas para o estado de guerra, tanto no que tange aos aspectos materiais quanto ideológicos. Um exemplo substancial é o “curso de enfermagem de emergência”, onde, por sua vez, o estado paraibano era apresentado diariamente nos jornais, com matérias sobre todo o processo de formação das enfermeiras, inclusive sendo destacada a importância do papel da mulher para o momento em que o país se encontrava:

O curso de Enfermagem de Emergência, que vem funcionando com inteiro êxito nesta cidade, constitui um atestado significativo da boa compreensão e dedicação patriótica da mulher paraibana, na hora presente, quando todas as classes estão sendo chamadas a colaborar na grande tarefa de defesa nacional. (A União, 1 de maio de 1942; p.8)

O governo procurava propagar um sentimento patriótico homogêneo, enfatizando que para o esforço de guerra não deveria haver distinção de classes, pois todos estariam lutando em prol de uma única causa, bem como busca ressaltar a força da mulher paraibana.

A participação das mulheres no confronto é ponto que merece atenção, pois acarretou novos papéis sociais no que se refere às questões de gênero. A Segunda Guerra foi um marco crucial para a inserção das mulheres nos campos diversos de trabalho e consequentemente, foi terreno embrionário para as posteriores lutas pelos direitos das mulheres. Impulsionadas a ajudarem o seu país a vencer o confronto mundial, as mulheres no mundo inteiro se destacaram nas funções para além do “cuidar do lar” e mesmo tendo retornado aos fogões após o término do conflito, as décadas seguintes irão demonstrar a força das mulheres em novos frentes de batalha, agora lutando por seus direitos²⁴.

Como explicitado anteriormente, o governo brasileiro procurava destacar a participação feminina para o esforço de guerra e o curso de enfermeiras será matéria de destaque em muitos momentos nos periódicos. As solenidades mais importantes e os momentos mais relevantes do curso estampavam as matérias do *A União*, inclusive com fotografias do momento:



Imagem 01: Solenidade do Curso de Enfermagem. Foto extraída do jornal *A União*, matéria de 03 de maio de 1942, p.6.

²⁴Essa discussão acerca do papel das mulheres durante a Segunda Guerra Mundial encontra-se em “As mulheres na guerra”, (Vol.1 e Vol.2) de Claude Quétel, editora Larousse do Brasil, ano de 2009. O livro destaca a participação das mulheres em diversas esferas do confronto, como auxiliares dos exércitos, combatentes clandestinas, enfermeiras militares, operárias e como isso repercutiu em suas vidas pessoais.

A imagem 01, destacada no jornal, demonstra uma solenidade em homenagem às futuras enfermeiras, ocorrida no Instituto de Educação da Paraíba, onde o diretor da saúde pública do estado, Janduhy Carneiro, faz pronunciamento patriótico e apresenta o “hino da enfermeira”, executado pela primeira vez em público. O evento contou ainda com a execução da marcha patriótica “Capitão Caçula” e do hino nacional, em seguida. Como é possível perceber, o governo brasileiro tinha sempre a preocupação de tornar público todos os eventos com viés patriótico, pois dessa forma, serviriam de exemplo para a população.

O historiador Roney Cytrynowicz (2002) enfatiza a intencionalidade do governo brasileiro com a mobilização do curso de enfermagem no Brasil e destaca:

A utilização pelo governo Getúlio Vargas da enfermagem e das enfermeiras – como profissão enquadrada pelo Estado e como modelo de uma certa condição de mulher classe média (e, em muitos casos, classe alta) – constituiu peça importante da mobilização das mulheres pelo Estado Novo e, já como enfermeiras da FEB e da FAB, representou uma persuasiva imagem da mobilização civil engendrada durante a Segunda Guerra Mundial no Brasil: a imagem da pátria-mãe, que estendia os cuidados (maternos) aos soldados do *front* de guerra, aos filhos da pátria. Essa imagem, construída pelo Estado Novo pretendia instituir a vivência da guerra, no *front* interno, como uma experiência coletiva que deveria unir todos os homens e mulheres, todos os brasileiros, sem quaisquer estratificações ou divisões sociais, conjugando mobilização para a guerra e adesão política ao Estado Novo. (p.100).

Com uma análise do processo de mobilização do curso de enfermagem nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, o autor apresenta indícios das particularidades e similitudes ocorridas em outros cantos do Brasil, como por exemplo, o estado de destaque desta pesquisa, a Paraíba. Assim como no Sudeste, os periódicos paraibanos procuraram retratar esse processo de preparação em prol da defesa nacional em torno da enfermagem e das enfermeiras, de modo que metaforicamente a imagem feminina se associasse à pátria.

O órgão oficial do estado continuou explicitando matérias acompanhando o desenvolvimento do curso de enfermagem na cidade de João Pessoa e enfatiza a participação feminina, como o evento noticiado a seguir:



Imagem 02 : Homenagem das alunas do curso geral da saúde pública. Foto extraída de: *A União*, 13/05/1942, p.5.

O registro fotográfico (Imagem 02) é apresentado pelo jornal como dois momentos importantes, onde o o diretor geral da saúde pública Jandhy Carneiro é homenageado pelas alunas do curso:

Continua em franco funcionamento o Curso de Enfermagem de Emergência instituído nesta cidade pela Diretoria Geral da Saúde Pública, sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba e Serviço de Saúde do 15º Regimento de Infantaria.

Todas as aulas práticas e teóricas teem funcionado com grande frequência e regularidade, assim como o serviço de classificação de grupos sanguíneos, que está a cargo do dr.Atilio Rota.

O número de doadoras universais já classificadas foi acrescida de mais quatro encontradas na turma de enfermeiras ontem examinada. (*A União*, 13 de maio de 1942; p.5).

A repetição das matérias enfatizando o andamento do curso parece demonstrar a intencionalidade do governo em demonstrar o patriotismo das futuras enfermeiras. O próprio Jandhy, em discurso na solenidade, considera o curso como um momento em que “a mulher paraibana emprestara o seu apoio com verdadeiro entusiasmo e dedicação patriótica (p.5)”.

Outro destaque de análise na matéria e na imagem destacada pelo jornal diz respeito ao perfil das mulheres estudantes do curso de enfermagem, pois como pode ser constatado pelos estudos de Roney Cytrynowicz, as enfermeiras pertenciam, em sua grande maioria, a classe média, tendo em vista o teor da profissão à época.

A mobilização da enfermagem e das enfermeiras contribui decisivamente para a construção da imagem da mãe-pátria, que criava uma ideia de solidariedade interclasses por meio de inúmeras campanhas cívicas, tornando-se um dos mais poderosos instrumentos de mobilização efetivados pelo governo Vargas, incluindo sobre as mulheres classe-média, que projetavam seus sonhos emancipatórios e de modernidade sobre a propaganda e as imagens das mulheres norte-americanas e britânicas que participavam da guerra e do esforço de guerra aliado. A mobilização da enfermagem pelo Estado Novo e durante a guerra foi decisiva, inclusive, para a consolidação da chamada “enfermagem moderna”, implantada no país a partir dos anos 20. (2002, p.26)

Cytrynowicz enfatiza ainda o esforço do governo em incutir deste cedo a ideia de amor pela pátria e dividir as funções entre o masculino e feminino:

Noções de enfermagem eram ensinadas para meninas nas escolas para que elas pudessem cooperar na defesa nacional, como equivalente do “amor ao dever militar e consciência das responsabilidades do soldado e o conhecimento elementar dos assuntos militares” de meninos e jovens, conforme o decreto-lei 8.072, de 8 de março de 1940, que criou a Juventude Brasileira e dispôs sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude. (2002, p.104)

Como as pesquisas apontam, o regime estado-novista procurava encontrar na guerra a justificativa para sua política patriótica e dessa forma, esperava fomentar espaços e delimitar papéis sociais, ao passo que enfatizava a importância da união de todas as classes em prol da nação. Ademais, buscava ratificar o momento de progresso pelo qual passava o país, tendo como referência o *Tio Sam*. Para tal intento, a utilização da propaganda²⁵ foi de suma importância, pois de forma lúdica e despretensiosa, alcança os lares brasileiros seja através do rádio, dos jornais, revistas e outros meios de comunicação.

As comemorações do dia “01 de maio” não fugiram ao intento patriótico pró guerra e especialmente o do ano de 1942, momento embrionário em o governo brasileiro dá pistas de

²⁵No terceiro capítulo, serão abordados mais detalhadamente diversos âmbitos da publicidade e propaganda durante o período da guerra.

que não manteria seu status de neutralidade por muito tempo, teve como pano de fundo o discurso emblemático do presidente Getúlio Vargas:

Este 1º de maio, que celebramos, mais uma vez em perfeita comunhão, os esforços realizados pelo engrandecimento da Pátria, tem para nós um significado especial, cheio de grandiosidade e esperanças. Escolhi precisamente o Dia do Trabalho, dia do operário, para fixar a nossa exata posição em face dos acontecimentos mundiais e, indicar o rumo a seguir no interesse da defesa e do progresso nacional. (A União, 1 de maio de 1942; p.6).

O presidente continuou seu longo discurso falando sobre as acusações dos países europeus devido aos acordos diplomáticos entre Brasil e Estados Unidos e em contrapartida, o rompimento de relações com a Alemanha. Vargas apresentou justificativa para as decisões tomadas pelo governo brasileiro e ressaltou o torpedeamento aos navios brasileiros (o mais recente teria sido o torpedeamento do *Parnaíba*), e sendo assim, enfatizou a necessidade de defender/estar ao lado da América nesse momento decisivo.

A matéria explicitada no A União, traz título bastante emblemático: “É preciso preservar a América da cobiça dos conquistadores”. Percebo com isso, a justificativa que o governo brasileiro utiliza para a decisão de apoio aos Estados Unidos, como sendo uma causa de “irmandade”, se referindo aos países da América. Para tanto, o presidente Vargas procurou enfatizar em seu discurso aos trabalhadores, a ameaça que estaria sofrendo o país, pois segundo ele “o mundo já não reconhece o direito de viver aos fracos, aos inermes, aos desamparados. Principalmente se possuem riquezas fáceis de mobilizar e matérias primas indispensáveis á paz e á guerra. (A União, 1 de maio de 1942, p.7)”. Dando sequência, Getúlio relacionou as riquezas do Brasil no tocante à organização trabalhista e a produção de produtos do país, o que permitia empreender que o governo buscava o tempo todo relacionar os rumos econômicos e de produção do país com a causa de guerra.

A produção da borracha no norte do país é uma fonte de riqueza nacional para os acordos econômicos firmados com os Estados Unidos. O ministro da fazenda Souza Costa, em depoimento ao jornal A União, falava sobre esses acordos e destacava a concorrência da produção da borracha em outros países e da necessidade de uma cooperação interamericana.

A escolha do dia 1º de maio para o discurso proferido por Vargas acerca dos destinos da nacionalidade frente ao cenário de guerra, das relações com os Estados Unidos e das riquezas nacionais no tocante à produção da borracha (e do mundo do trabalho no geral) me leva a refletir sobre as intencionalidades do regime Varguista de “unidade nacional”, que contemplava o mundo do trabalho, onde os trabalhadores rurais e os habitantes do campo,

foram incorporados de forma simbólica ao “corpo da nação”, como afirma María Verónica Secreto (2007). A autora apresenta um estudo acerca dos trabalhadores rurais e do direcionamento da propaganda “da produção da borracha para a vitória”, cuja mobilização de trabalhadores para a Amazônia se fez enfaticamente através da propaganda varguista, como enfatiza:

A propaganda para mobilizar os trabalhadores para a Amazônia teve duas dimensões: uma nacional e outra local. Na dimensão nacional, a batalha pela borracha se encaixava no programa de ocupação e colonização dos “espaços vazios” e nos esforços de guerra do Brasil. Na esfera local, a emigração de nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição e alguns debates. Um dos destinos mais procurados pelos nordestinos nas conjunturas de seca, e não apenas nestas, era o Norte, especialmente os estados do Pará e do Amazonas. A propaganda para recrutar trabalhadores explorou alguns elementos do imaginário, dos desejos e das emoções, por meio de símbolos e de um discurso direto e apelativo. (2007, p.73).

A mobilização rendeu um alto número de trabalhadores rumo aos seringais da Amazônia. Todavia, o empenho governamental em prover condições dignas de trabalho não foi o mesmo que o de cooptar trabalhadores para os seringais da Amazônia. A quantidade de vidas perdidas nas seringueiras foi aterrorizante e os dados giram em torno de dezessete a vinte mil pessoas²⁶.

A necessidade do aceleramento da produção da borracha para envio aos Estados Unidos, em virtude dos acordos firmados entre os dois países, fez com que a batalha pela borracha tomasse proporções desumanas, de modo que o lucro dessa empreitada se deu às custas do suor e do sangue de muitos brasileiros, em sua maioria nordestinos que à época migraram para o norte, fugindo da seca que assolava a região no início da década de 1940.

A batalha pela borracha foi um dos processos históricos mais marcantes desse período, cujo silenciamento acerca de toda a catástrofe humana ocorrida nos seringais é notório. Milhares de pessoas perderam suas vidas em uma corrida de produção econômica e o governo brasileiro empenhado em cumprir seus acordos firmados com os Estados Unidos, não demonstrou nenhuma preocupação com a forma como se desencadeou o processo de produção da borracha para a guerra. De forma assustadora, a batalha travada em solos brasileiros em virtude de preparação bélica foi, categoricamente, uma guerra em que a

²⁶ Ver mais em: CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

população brasileira saiu massacrada, principalmente a população pobre de parte da região Nordeste.

No campo político-cultural também houve alteração em virtude da efervescência do confronto mundial, ao que Mônica Pimenta Velloso retrata:

Na conjuntura de guerra, o governo promove o “Carnaval da vitória”, cujo slogan é “Colaboro mesmo quando me divirto”. O programa constava de um desfile de carros alegóricos, que representavam temas de cunho patriota como “Apoio à política de guerra do governo”, “União Nacional”, “Crítica às doutrinas totalitárias”, encerrando-se com o carro da “Apoteose à vitória”. A guerra é apresentada como o resultado do choque de duas mentalidades que se digladiam maniqueisticamente: as forças do bem são representadas pela democracia e pelo cristianismo; enquanto as forças do mal são corporificadas pelo totalitarismo e pelo ateísmo. (2007, p.167)

Os temas de cunho patriótico surtiram efeito para a manutenção das folias de carnaval em tempos de guerra, pois durante esse período, muitas foram as críticas e a preocupação por parte do governo com os gastos com os desfiles carnavalescos, em um momento de tensão financeira que repercutiu no Brasil especialmente no ano de 1942. As autoridades políticas e a imprensa brasileira procuraram controlar (em alguns casos proibir) a execução das festividades²⁷.

A marchinha carnavalesca de “Salve a mulher brasileira” no ano de 1942, de autoria de Sebastião Lima e Rubens Campos é um exemplo que ganhou destaque por enfatizar a figura feminina e sua demonstração patriótica²⁸:

*Ofenderam a nossa bandeira,
A mulher brasileira também tem opinião:
Nós seremos enfermeiras
E se for preciso manejamos o canhão*

*Não temos medo da afronta de ninguém
Nós, as mulheres, iremos lutar também
Cada brasileiro representa um fuzil
Pra defender a pátria amada Brasil*²⁹

²⁷Essa discussão acerca das formas de controle do governo brasileiro para o carnaval durante o período da guerra e as consequentes ações de resistências dos foliões pode ser vista com maior detalhamento na obra “Carnaval em tempos de guerra”, de autoria de Flávia de Sá Pereira (2004).

²⁸Roney Cytrynowicz (2002) dedica um capítulo de sua obra para discutir acerca da produção do samba com enredo sobre a temática de guerra. O autor adentra na discussão do patriotismo externado pelos enredos carnavalescos e disserta sobre os efeitos dessa veia artística para os tempos de guerra.

²⁹Trecho da marcha de carnaval “Salve a mulher brasileira” foi destaque no ano de 1942, nas folias de rua especialmente da cidade do Rio de Janeiro (RJ). <http://www.revistacapitolina.com.br/marchinhas-de-carnaval/>

O trecho destacado acima traz em evidência e em linguagem figurada a ofensa que o Brasil teria sofrido em virtude dos ataques aos seus navios no litoral. A letra procura enfatizar a voz da mulher brasileira, cujo papel não tinha expressividade no universo público e nas questões políticas do país. Dessa forma, o enredo busca incutir no imaginário a prontidão da participação feminina nos cursos de enfermagem de emergência e mais do que isso, em sua coragem de pegar em armas em prol da causa nacional.

A II Guerra Mundial acarretará algumas mudanças no Brasil e nas relações do país com o exterior. Se antes ele mantinha relações diplomáticas com a Alemanha, a situação muda completamente de figura em detrimento da participação ativa dos Estados Unidos na economia brasileira. Acerca disso, Maria Antonieta P. Leopoldi (2007, p. 274) afirma:

A década de 1940 representou um período de menor turbulência para o comércio externo do Brasil. Nesse momento o destino predominante dos produtos brasileiros são os Estados Unidos (quase 60%), o que evidencia a dependência brasileira para com aquele país ao fim da guerra, como mercado para as exportações e como supridor das importações. A Guerra tornava impossível abastecer os países europeus pelos riscos no mar (a ameaça dos navios alemães) e no continente (pelos bloqueios feitos pelos aliados, e pelos territórios ocupados, que desorganizaram a economias nacionais).

Apesar das dificuldades na preparação militar brasileira, que teve de se enquadrar aos padrões norte-americanos em um curto espaço de tempo, a participação do Brasil foi considerada satisfatória. Muitos documentários produzidos após a II Guerra Mundial, bem como reportagens e escritas diversas apresentam a participação brasileira com saldo positivo. Os documentários **A cobra fumou (2000)** e **Senta a Pua! (1999)** são exemplos que narram a participação da Força Expedicionária e da Força Aérea do país e de como os soldados brasileiros sentiram esse momento. A revista **Nossa História**, em janeiro de 2005 traz na capa destaque **O Brasil foi à Guerra: o drama nas trincheiras da Itália. As origens da FEB. O difícil regresso**. A edição reúne artigos de historiadores que apresentam o difícil processo de preparação militar, a ida aos campos de batalha e o regresso que vai marcar um outro momento, completamente diferente da exaltação do país, na figura dos pracinhas que era tão aclamada antes do embarque.

A ida aos campos de batalha na Itália, em solo desconhecido e com preparação deficitária transparecia tensões de que o exército brasileiro seria esmagado pela superioridade bélica alemã. No entanto, os medos foram vencidos, os improvisos do momento de combate

no front surtiram efeitos positivos e a FEB saiu da Europa com um bom percentual de aproveitamento.³⁰

O que se percebe nos jornais a partir desse momento é uma nova dinâmica, não mais pautada na busca patriótica constante de outrora, evidenciada dia a dia nos periódicos. Escapa ao jornal as tensões referentes ao clima de Guerra que ainda ocorria em meados de 1944. O embarque dos pracinhas é praticamente ocultado das notícias (até mesmo pelo caráter sigiloso da operação), sendo narrada apenas a viagem à Europa.

Em 19 de julho de 1944 a Força Expedicionária brasileira chega à Itália. A notícia estampa a primeira página do jornal. Se antes esta vinha com as informações da Guerra no estrangeiro, agora o Brasil na Guerra invade, pela primeira vez, a manchete principal.

No dia seguinte o jornal apresenta coluna intitulada “Excelente a disciplina da Força Expedicionária”, onde transparece soldados brasileiros alegres e entusiasmados com a viagem ao estrangeiro. Se não soubéssemos que se tratava de uma Guerra Mundial, era provável pensarmos que os brasileiros estavam indo a um passeio sem compromissos bélicos. É impressionante a forma simples que o jornal se utiliza para demonstrar esse momento de tensão. Chega a narrar a viagem como “cheia de risos, com piadas e um pouco de enjoo e sorvete para refrescar (p.1)”. Com isso, ficam esquecidos fatores de caráter significativo da vida desses sujeitos. Afinal, ao lermos ou vermos depoimentos de muitos pracinhas constatamos que muitas daquelas pessoas não parecem estar com toda essa carga de patriotismo que fazia questão de ser apresentada pelo governo brasileiro. O sentimento por ter deixado a família, por estar indo para terras desconhecidas brigar em prol de objetivos estranhos a eles próprios passaram em branco nos jornais.

Com a ida da FEB ao combate, a efervescência da exaltação do Brasil como país forte, guerreiro e patriótico parece esfriar. Se em agosto de 1942, quando o Brasil declara guerra ao Eixo houve uma grande comoção popular, atrelada a discursos honrosos do presidente do país e do interventor paraibano, agora o cenário muda completamente de figura. O jornal oficial do governo parece não dar mais tanta prioridade aos relatos do desempenho brasileiro.

O presidente Getúlio Vargas, por sua vez, não se ocupa em seus discursos pomposos e nem se preocupa em dar apoio à população pelo momento ímpar pelo o qual o país acaba de passar. Ao interventor Ruy Carneiro, compete seguir os passos do chefe de Estado. Com isso,

³⁰Este trabalho não pretende adentrar no processo de preparação da FEB, que requer um recorte diferenciado e uma abordagem específica voltada para a longa trajetória por que passou a Força Expedicionária Brasileira. Para maior detalhamento desse processo, ver obra do historiador Luciano Bastos Meron “Memórias do Front: Relatos de Guerra de Veteranos da FEB”, onde o autor aborda detalhadamente desde a preparação militar brasileira aos seus rendimentos no front na Europa.

é possível perceber a dimensão do governo brasileiro que se utilizava dos meios de comunicação para externar a imagem de um país saudável, dentro da ordem e do progresso. Durante a preparação das tropas brasileiras eram necessárias palavras de confiança, de solidariedade e encorajamento. Após o embarque, o periódico não mais demonstra interesse em evidenciar esse panorama.

Um ponto interessante a destacar se refere às notícias transmitidas pelo Jornal nesse momento que vai evidenciar a atmosfera político-social por que passava o país e consequentemente a Paraíba: no setor internacional os avanços aliados e a crença da provável derrota do Eixo; no setor interno o enfraquecimento do estado Novo. A impressão que se tem é que as coisas parecem voltar ao eixo no estado paraibano, como podemos perceber com o desfecho do jornal a partir de então: a secção de esportes ganha mais espaço e notoriedade, as colunas de suplemento literário abordam outros assuntos que não a Guerra e a ausência de manifestações populares parecem explicitar o povo na condição de ocultos de outrora. Agora, não mais havia manifestações nem sujeitos anônimos estampando a capa do jornal como ocorrera diversas vezes em 1942. Isso pode nos suscitar questionamentos com relação à participação das massas nas manifestações apresentadas pelo órgão oficial do Estado: afinal, quem era esse povo que ia às ruas? Que representatividade social compunha os sujeitos que percorriam as ruas em suas demonstrações patrióticas?

1.3 Para além das fronteiras bélicas: os desdobramentos da guerra no cotidiano da sociedade paraibana

O estado da Paraíba, na década de 1940 se apresentava em processo de transformações político-sociais, que teve início em 1920. A década de 30 foi marcada pela “Revolução de 1930”, onde o governo e a figura de João Pessoa tornaram-se alvo de diversas manifestações e estudos, tido como um dos momentos mais importantes da história da Paraíba. Esse momento seria o divisor de águas que em tese iria romper com a República Velha. Entretanto, no cotidiano da população paraibana ocorriam práticas ainda oligárquicas em pleno governo Vargas. O que se percebe, neste sentido, são algumas continuidades no que tange à política dos Governadores, mesmo o presidente agora tendo adotado medidas de centralização do poder, com as interventorias nos estados.

No período da II Guerra Mundial governava a Paraíba o interventor Ruy Carneiro (1906-1977), que atuou de 1940 a 1945. Seu governo possuía características bem peculiares, com uma política assistencialista e a tentativa de se mostrar um governante preocupado com

os destinos do povo, nunca visto antes pela população paraibana. O interventor era porta-voz do presidente Getúlio Vargas e demonstrava um espírito conciliador singular. Nesse sentido, o Jornal **A União** apresentou por diversas vezes essa imagem de governante das massas. Acerca disso, a historiadora Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva enfatiza em seu artigo **O Salvador, o realizador e o democrata**: a construção do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945), que:

Ao mesmo tempo em que A União, utilizando-se não apenas do texto escrito, mas também de ampla iconografia constrói a imagem de Ruy Carneiro como a de um homem devotado a sua terra, grande realizador, comprometido com o Estado Novo, bem relacionado na capital da República, amigo pessoal do presidente Vargas, preocupado com as questões sociais e excelente administrador, outra imagem desponta no jornal oficial: a de democrata. A Paraíba viveria então em perfeita paz e bem-estar, traço do espírito humanitário e democrático que caracterizavam Ruy Carneiro. (SILVA, 2011, p.193-194)

Com esse perfil, o estado da Paraíba se via entre um regime autoritário em contrapartida com fortes marcas da política assistencialista, característica do governo de Ruy Carneiro nesse período.

Bem sabemos que o Brasil não foi palco de combates bélicos durante a II Guerra Mundial. Entretanto, uma guerra de dimensão global como essa não se resume às tragédias e mudanças que afetaram de modo geral e alarmante os países beligerantes. Os reflexos da Guerra estão para além das fronteiras e para além dos campos de concentração. Estão presentes muito fortemente entre os sujeitos e os espaços que de alguma forma tiveram de mudar suas rotinas por causa da Guerra. Seja por medo de um avião “inimigo” trazendo bombas e explosivos, pela tensão dos torpedeamentos de navios brasileiros pelo Eixo, pelo interesse das notícias de guerra que circulavam dia-a-dia.

A princípio, devido à falta de estudos sobre o tema, pode-se presumir que no estado da Paraíba, os efeitos da II Guerra Mundial não foram significativos. Entretanto, ao nos depararmos com os jornais e com as pistas que a historiografia do período nos concede é possível perceber as mudanças ocorridas no estado em virtude da Guerra. Diversos setores da sociedade mudaram durante a Guerra. O setor econômico foi bastante alterado, com investimentos profundos no corpo militar brasileiro; os setores artísticos e culturais também sofreram modificações em decorrência do clima de conflito mundial, onde os cinemas, por exemplo, passaram a exibir uma série de filmes de guerra; o campo da Moda foi contagiado

com roupas em estilo do Exército, com os tons verde e cinza; o carnaval agora passava a desfilar com alegorias de exaltação da pátria e aclamando à vitória da democracia (MELLO, 2003). Tal aclamação ia de encontro com a situação política brasileira, onde o país vivenciava um regime ditatorial e ia ao encontro das alianças varguista com o governo norte-americano.

A escrita do Jornal só vem a explicitar o momento político em que se encontrava o Brasil: um regime ditatorial, com um governo nacionalista cujo presidente utilizava-se de diversas formas para registrar um país saudável e dentro da sua ordem, como veremos no capítulo seguinte.

A análise das edições do Jornal *A União* demonstra que o estado da Paraíba se manteve atento ao andamento do confronto mundial. As notícias chegavam dia-a-dia e causavam grande agitação entre a população que se aglomerava na praça a fim de saber sobre o desfecho do confronto. É interessante perceber que em meados da década de 1940, muitas pessoas ficavam sabendo sobre os rumores da Guerra através das notícias dos jornais. Isso se deu pela notoriedade que foi ganhando o conflito mundial para o país. Na capital do estado da Paraíba, a cidade de João Pessoa, as notícias circulavam de diversas formas: pelas praças, pelos bares e cafés da cidade, pela Rádio, pelo trem que trazia notícias de jornais sobre a Guerra:

O trem tornou-se, assim, instrumento fundamental na circulação de notícias da guerra, por conta dos jornais que transportava, além do próprio telégrafo. Cidades pontas de trilho como Bananeiras, Alagoa Grande e Cabedelo, e nós ferroviários, como João Pessoa, Itabaiana e Antenor Navarro, beneficiavam-se desse tipo de articulação. (MELLO, José Octávio de Arruda.2003, p.34).

Acerca disso, a obra “Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial”, de Roney Cytrynowicz (2002) traz um importante debate, pois apresenta o panorama da cidade de São Paulo durante o período e sua tese central é de que o governo brasileiro procurou construir um clima de ameaça objetiva pela guerra, que seria muito mais “um álibi para instituir um clima de privação coletiva, de forma a tornar a guerra uma experiência coletiva, que deveria unir todos os brasileiros, independentemente de distinções sociais, para organizar a sociedade nos moldes estado-novistas. (p.24).” Ou seja, para o autor, boa parte das alterações ocorridas no período foram efeitos dessa mobilização, com dimensões simbólicas maiores que os reais. Entretanto, ao longo de sua narrativa, o autor destaca vários momentos em que se constatarem alterações na dinâmica local, seja pelo alarde da propaganda varguista, seja pelo efeito real de ameaças inimigas. Sendo assim, para efeitos desta pesquisa, compreendo que as alterações experiência das pela população brasileira, sejam

elas em menor ou maior intensidade, acarretaram desdobramentos na vida cotidiana que merecem destaque e relevância de estudo. Ademais, entendo que os “efeitos de mobilização” não atingiram apenas o imaginário, mas fizeram parte da dinâmica de vida das pessoas, que mais ou menos tocadas pelas campanhas de mobilização tiveram que se ajustar aos anos de guerra.

O racionamento de combustíveis no país é um nítido exemplo de alteração da dinâmica cotidiana da população brasileira, tendo em vista a nova ordem que se instituiu com a crise dos combustíveis, ao que Roney Cytrynowicz destaca:

Para resolver o problema da falta de combustíveis, o governo investiu na utilização do gasogênio, que já era utilizado desde os anos 10, em pequena escala, em caminhões e tratores, além de em pequenas instalações para iluminação elétrica, acionamento de bombas, sorveterias, máquinas de beneficiar e outras. (2002, p.73)

Acompanhando a dinâmica federal, o jornal *A União* também procurava evidenciar as medidas tomadas pelo governo para o racionamento de gasolina na capital do estado da Paraíba:

Teve lugar, ontem, gabinete do capitão chefe da Polícia, uma reunião, a que compareceram os agentes das companhias petrolíferas do Estado. Srs. Walter Rocha, Paul Joubert e Acilino Ferreira e a diretoria do sindicato dos condutores e veículos Rodoviários de João Pessoa [...] Essa reunião teve por fim apresentar sugestões a respeito do racionamento da gasolina na capital, o qual ficou assim resolvido: Carro de aluguel – 10 litros por dia útil. Caminhões e ônibus – 15 litros por dia útil. Carro particular – 5 litros por dia útil. (*A União*, 10 de maio de 1942; p.4)

Como pode ser percebido, as medidas tomadas para o racionamento de gasolina tiveram efeito substancial na dinâmica da população paraibana, em especial da capital João Pessoa, onde havia um número significativo de veículos rodoviários. O estabelecimento específico de litros determinados para uso diário evidencia a busca de controle estatal sobre a situação de crise dos combustíveis no país.

A construção de uma identidade³¹ paraibana também foi pauta de destaque dos periódicos e o que se confirmou era a necessidade particular de um sentimento de

³¹Para Chelott e Pessoa (2007), o conceito de identidade constitui-se como um termo polissêmico, e está relacionado tanto ao indivíduo num âmbito pessoal, e também às relações entre o indivíduo e à coletividade. Assim, as subjetividades individuais e coletivas são matéria-prima das identidades Wasserman (2001). Além dessa concepção, Chelott e Pessoa citam mais dois autores para explicar e completar a noção de identidade: para Haesbaert (apud.1999, p. 172) “ toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente

paraibanidade que pudesse unir a população de modo geral para o esforço de guerra. Matéria de grande destaque e complexidade para esta pesquisa, a entrevista concedida pelo capitão Mário Solon Ribeiro, chefe de polícia da Paraíba, em sete de maio de 1942 nos traz grandes inquietações sobre a construção de uma identidade paraibana comum durante a guerra, que por vezes, dialoga com a arraigada construção do que representa, afinal, o povo paraibano: resistência ou passividade? Sertão ou litoral? Capital ou interior? Tradição ou modernidade? Para o desfecho de 1942, a Paraíba e o povo paraibano³² foram apresentados pelo capitão Mário:

- A Paraíba empolga-nos, começou o capitão Mário Solon Riberio. A luta do homem com o chão hostil assombra a quem lá chega ido do Sul. Toda a literatura existente não consegue dar a noção do drama heroico daquela gente. Lá conheci a dôr do brasileiro e vi crescer o eu orgulho nacionalista. O caboclo é o milagre humano da resistência. Mesmo na desgraça é altivo, como quem nasceu para o trabalho e para as lutas e nunca teve queda para estender a mão. Humilde sem ser servil, o sertanejo cativa-nos e entusiasma-nos. Vi, recentemente, os quadros das secas, com as retiradas dos flagelados famintos, maltrapilhos, trágicos. Não caem no fatalismo. Cada corpo é uma labareda. Miséria e virilidade. Pedem trabalho, solicitam alimento, mas largam os salários nas mãos dos patrões assim que a chuva molha o sertão. O êxodo é uma fuga, nunca um abandono. Amam a terra ingrata e nela estão fixados com todas as forças dos seus instintos e sentimentos. Só a sêca os arranca temporariamente do sólo. Mas não os vence. – E uma força humana terá poder para tal? Indagamos. – Sei onde quer chegar. O que se observa na Paraíba é o quadro de todo o Nordeste. O sertanejo é por temperamento um lutador. [...] – Mas, capitão, o cabloco que não vem habitualmente a cidade tem noção de que espécie seria essa luta e conhece as razões porque deve combater? – Meu caro, o sertão é duro, porém, hoje, está mais próximo de nós. As estradas e o rádio encurtaram as distancias e dão-nos o contacto diário com os seus homens. (A União, 7 de maio de 1942, p.4)

através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social.[...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.”. Para Caval (apud, 1999, p.15): A identidade aparece como uma construção cultural. [...] Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo [...] a identidade deve ser analisada com um discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os outros, para dar sentido a sua existência.[...] o sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade [...] os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. Uma e outra, estas categorias são produtos da cultura, em um certo momento, num certo ambiente.

³²Nota-se que para a construção do conceito de identidade, utiliza-se o nome do território como sinônimo dos sujeitos que nasceram nesse território.

O trecho da fala do capitão Mário Solon Ribeiro chama atenção pela ligação que ele procura fazer com a identidade do homem nordestino (que estaria representado pelo sertão) e sua luta diária contra as adversidades do seu lugar (especialmente a problemática da seca) com o perfil de soldado para a guerra que o Brasil iria enfrentar. Por traz de suas palavras bonitas e bem articuladas, cabe aqui uma importante indagação: por que a imagem do nordestino que luta contra a seca é sempre utilizada por boa parte de uma elite pensante do país como sendo um estereótipo/sinônimo de virilidade máxima? Por que quando serve a objetivos específicos, o perfil do “homem sertanejo” é heroicizado e enaltecido, enquanto que no imaginário social o que permanece até os dias de hoje é a ideia de um povo pobre, castigado pela seca e com “seus cabras” de peixeira na mão e a figura da “mulher-macho”?³³ Essas indagações aparecem neste trabalho em diversos momentos ao longo da pesquisa, em virtude da construção de um sentimento de paraibanidade. E, este sentimento é indispensável para o projeto de guerra encabeçado pelo governo federal e encampado pela interventoria paraibana, bem como parece se fortalecer com aspectos peculiares da identidade local. Percebi também, esta mesma ideia em muitos discursos e matérias jornalísticas que apresentavam essas imagens associadas ao povo paraibano, como tentativa de convencimento para assumirem a luta armada. Assim, destaca-se no documento acima, uma tentativa de identidade local, e que se relacionava à identidade nacional. Acredito que a elaboração de uma identidade nacional passa pela confirmação de ícones que representariam o povo brasileiro, e neste caso, a idealização da imagem do homem sertanejo representou-se por uma dessas matrizes.

Ora, bem se sabe que a divisão entre regiões Norte/Nordeste e Sudeste/Sul do país sempre foi pauta de grandes discussões em nossa sociedade. A partir das décadas finais do

³³Segundo Darcy Ribeiro (1995,p.275) o Brasil crioulo: Deita raízes na região litorânea do Nordeste – do Recife à Salvador – e tem como sua célula produtiva e, por que, civilizatória o engenho açucareiro. É ele, o açúcar, que dá configuração a tudo, estendendo-se para regiões anexas, como Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. A matriz social encontra-se polarizada entre o senhor (branco) e o escravo (africano), que se mantém com minúsculas roças de mandioca e subprodutos do engenho, como a cachaça, rapadura e outros elementos utilitários e artesanais que complementam a manutenção. O senhor, que se converte uma "aristocracia local", reside na Casa Grande, o escravo, acorrentado, na Senzala. As características singulares da plantação são a extensão latifundiária do domínio; o predomínio da monocultura e a concentração da mão-de-obra. O Brasil crioulo foi o principal embrião da indústria lavoreira que surgiu mais tarde e se expandiu para outras partes do país-nação. Esta parte, do dito "Brasil Velho", foi local de ferozes embates entre pernambucanos e holandeses (1625-1650) pelo controle da zona açucareira, como também pelas diversas expedições de bandeirantes movidas contra o quilombo de Palmares, refúgio de escravos, dissolvido em 1696. O sertanejo é um perito em gado e sabe como se defender na caatinga, traçoeiro mato de espinhos que o embosca e o fere a qualquer descuido.

século XIX, as então regiões Sudeste/Sul, passaram a ser evidenciadas como as de maior representatividade econômica para o país. Nestes espaços residiam sujeitos, que passaram a ser representados como homens desbravadores, conquistadores e empreendedores. Estas regiões passaram a ser idealizadas como berço da expansão territorial, brasileira. Os sujeitos nascidos nestas regiões eram descendentes dos bandeirantes, de homens corajosos que desbravaram as matas hostis e conquistaram o território brasileiro. Já na primeira metade do século XX, esta identidade passou a associar a imagens de povos trabalhadores, empreendedores e que residiam nos grandes centros urbanos. Ao caipira que vinha do mundo rural reservou-se o espaço de figuras folclóricas. Esta forma de construção de identidade, por exemplo, pode ser vista na forma como foi construída a identidade paulista. E a essa primeira ideia de povos descendentes dos bandeirantes associou-se ao entendimento de que São Paulo era o motor industrial e econômico do Brasil, era o lugar do progresso e da modernidade e o paulista vivia nos grandes centros urbanos. Já para os sujeitos residentes nas regiões Norte e Nordeste associou-se a identidade do homem que vinha do meio rural.

Para Durval Muniz de Albuquerque Jr. o conceito de nordeste foi cunhado como o de um de “território de revolta”³⁴:

[...] foi criado basicamente por uma série de discursos acadêmicos e artísticos. Discursos de intelectuais de classe média urbana. Uns interessados na transformação, outros na manutenção da ordem burguesa. Por isso, são obras que partem, quase sempre, de um “olhar civilizado”, de uma fala urbano-industrial, de um Brasil civilizado sobre um Brasil rural, tradicional, arcaico³⁴. (2011, p.217)

O que me intrigou no discurso proferido pelo capitão Mário foi a transformação desse ícone nordestino, o sertanejo, como um ícone de bravura e nacionalidade. Para a conjuntura de guerra, parecia necessário exaltar esse perfil de homem brasileiro, bem como, construir pelas diferenças regionais, a concepção de que existiria uma unidade nacional. Compactuando com essa linha de reflexão, entendo essa construção como parte de um projeto nacionalista do governo Vargas, com suas especificidades em virtude da guerra. Foi uma forma de atrair o interesse dessas categorias sociais à causa da defesa nacional.

³⁴É importante destacar que na visão de Durval M. de Albuquerque Jr., a partir da década de 1940, haverá uma alteração na construção da visão de Nordeste e a partir de então: “O Nordeste torna-se tema privilegiado à medida que expressaria a área mais subdesenvolvida e, ao mesmo tempo, seria a área mais nacional do ponto de vista cultural, em que a alienação cultural era menor, seria a área em que a “massificação da cultura”, vista como um processo desnacionalizador, ainda não acabara com as tradições populares” (p.222).

Essa preparação ideológica e psicológica que se delineou nesse período que começou a ocorrer mesmo antes da entrada oficial do Brasil no confronto. Todavia, a partir dos atentados sofridos pelo Brasil e após a declaração de estado de guerra, é possível perceber maior destaque nas matérias jornalísticas que buscavam construir a ideia de necessidade urgente de defesa nacional. O governo paraibano, por sua vez, acompanhando esse projeto de esfera federal, procurou evidenciar ações de prevenção e alerta frente à possibilidade de ataques dos países rivais no litoral da Paraíba.

A posição das populações civis na guerra atual se revela de uma importância tão decisiva como a do soldado na frente de batalha. É por uma preparação psicológica adequada, espírito de colaboração mútua e confiança nos destinos da pátria que foi possível ao povo inglês, por exemplo, registrar as magníficas páginas de bravura e resistência indonitas que lhe deram um dos pontos culminantes na história moderna. Diante das ameaças que se levantam no momento contra os nossos direitos de nação soberana, o governo nacional não tem descurado esse aspecto fundamental da nossa política de defesa, utilizando para isso os posicionamentos que advêm da experiência das nações envolvidas no presente conflito. Com esse propósito, é que se tem verificado diversos ensaios de defesa passiva antiaérea nos centros populosos de maior importância estratégica e o “black-out” que se verificará proximamente em João Pessoa se articula no mesmo sentido de previsão contra as eventualidades do futuro. A população desta capital terá, deste modo, uma noção realista quanto possível da atitude a assumir no caso de um ataque aéreo, em perfeita concordância com as medidas defensivas em prática pelos serviços militares. (A União, 28 de junho; p.6 – 1ª seção)

A referência ao país europeu e a relação com o Brasil, Estado soberano, parece colocar a nação brasileira numa ótica dos grandes países, cuja necessidade de preparação psicológica da sua população se faz de extrema importância para a defesa nacional. Por conseguinte, a capital paraibana também é elencada como ponto de destaque para alertas de possíveis ataques aéreos. Desse modo, o jornal *A União* alerta a população para a eventual emergência de medidas defensivas e ao longo dos meses apresenta matérias que corroboram tal intento.

Outro ponto importante a destacar acerca da matéria de exercícios de defesa passiva antiaérea diz respeito à data da publicação. A menos de dois meses de o Brasil entrar oficialmente na guerra, o governo já fomenta ações intensivas de defesa nacional, o que nos faz refletir sob dois ângulos: o estado de alerta em virtude dos ataques ao litoral brasileiro que

se desenrolaram com uma certa frequência nos primeiros meses de 1942 ou mesmo a decisão eminente de entrada no conflito. De uma forma ou de outra, o Brasil acelerou o processo de preparação psicológica e ideológica, pois como podemos perceber nos jornais é notável o bombardeio de matérias com alertas a possíveis situações de perigo, ora com relação aos imigrantes de nacionalidade italiana, japonesa e alemã, ora com matérias diretas antinazistas.

O governo ofereceu um curso de palestras de combate ao nazismo, destinado aos praças da Força Policial, à oficialidade, militares e outras autoridades civis. Em matéria intitulada “O Nazismo é uma declaração aberta de guerra à verdade de fundamental do Cristianismo”, destaca-se a associação religiosa³⁵ - elemento bastante forte na cultura brasileira desse período – à convocação dos fiéis para guerra feita em pronunciamento do bispo Carlos Duarte da Costa à Agência Meridional:

O Nazismo é o repudio da elevação sobrenatural á graça; é um erro; é uma declaração aberta de guerra á verdade fundamental do Cristianismo. Os pastores e guardas postos por Deus agiram na Alemanha, com acerto, opondo-se a este sacrilégio e até ao interno trabalho de perversão dos espíritos. Tendo o nazismo declarado guerra aberta á Igreja, é dever de todo católico aceitá-la e combatê-la não somente com orações e espírito de penitência, mas usando as mesmas armas tenebrosas do rádio, da imprensa, da propaganda, etc. até o aniquilamento completo do Deus do Nazismo. [...] A pátria está em perigo e este é o momento do povo católico do Brasil, unido ao seu governo, pegar em armas para que o Brasil tenha em cada brasileiro um defensor, não cedendo ao inimigo um palmo de terra. (A União, 30 de julho; p.6)

“O deus da religião cristã em combate contra o deus da Segunda Guerra”: essa linguagem metafórica caberia bem ao tema central do pronunciamento do bispo Carlos Duarte da Costa. Se atentarmos para cada frase que o líder católico externou, perceberemos a carga pesada dessa polarização entre Nazismo e Igreja. Neste sentido, o pronunciamento traz um forte apelo à população brasileira católica, convocando-a para pegar em armas. Curioso como o pronunciamento deixa externar o discurso de ódio, o que vai de encontro aos pilares centrais do Cristianismo. Para o bispo, as orações não seriam suficientes para enfrentar o “Deus do nazismo” e seria necessária toda espécie de tenebrosidade para seu aniquilamento.

³⁵Apesar de o governo Vargas ter buscado dissociar a ligação Estado e Igreja, é importante atentarmos para o contexto evidenciado durante a guerra, onde a cultura cristã continuava forte nesse período e em virtude do estado de beligerância algumas matérias nos jornais procuraram fazer menção à união de todos em prol dessa causa.

Importante ressaltar que a matéria acima destacada faz parte de um conjunto de matérias de teor antinazista propagadas a partir de janeiro de 1942, quando o Brasil rompe relações com a Alemanha. A partir de então, serão intensificadas as ações contra o bloco do Eixo e serão evidenciadas matérias de cunho ideológico e de perseguição aos imigrantes, como a apresentada a seguir:

Se o Brasil se tivesse limitado a declarações de “solidariedade continental”, permitindo, entretanto, que á sombra das relações pacíficas com o Eixo os espões aqui instalados controlassem as frotas de comércio e fornecessem informações radiofônicas aos submarinos inimigos, essa atitude seria platônica.

[...] E para atacar esses focos de espionagem tremendamente perigosos á segurança pan-americana, era preciso cortar o mal pela raiz.

[...] Entretanto o presidente Getulio Vargas soube vêr os trágicos perigos desta hora excepcional. Permitir que aqui continuassem a levar bôa vida os espões com suas estações de rádio e as suas secretas agências de informação, seria colaborar com os inimigos dos Estados Unidos. E só os menos avisados poderiam imaginar que a derrota dos Estados Unidos não afetaria profundamente os idéais da justiça, de grandesa, de harmonia e fraternidade, sobre os quais repousam a hitória e a cultura de todas as Américas. (A União, 9 de maio; p.6)

Essa matéria, intitulada “O combate á espionagem”, une duas intencionalidades aparentes e complementares: o ataque ao bloco do Eixo e a ratificação da aliança com os Estados Unidos. No discurso, ao presidente Getúlio Vargas é atribuído uma adjetivação de benevolência, tendo em vista que ele teria, previamente, detectado a situação de risco que se encontrava o país. Sendo assim, o governo emplacou uma notável perseguição aos imigrantes dos países inimigos e os periódicos se encarregaram de alertar e conclamar à população para o estado de alerta constante.

Outra matéria de destaque é a apresentada pelo A União no dia 17 de maio de 1942, onde alerta sobre a presença de espões nazistas que estariam patrulhando a costa Rio-Santos:

A Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Rio está dando a última demão nas sensacionais diligências que redundaram na desarticulação da rêde de espionagem nazista naquele estado. Entre os fatos até agora apurados encontra-se o depoimento de Abert Schabe. Além de outras declarações sensacionais, afirmou que os espões utilizaram um avião para patrulhar o litoral do país na zona compreendida entre Santos e o Rio de Janeiro. [...] Acrescentou que os espões nazistas aproveitaram a oportunidade para examinar vários pontos do litoral, tendo voado ainda até a baía de Angra dos Reis. (A União, 17 de maio; p.4)

A matéria ressalta também que foram presos um engenheiro e um advogado, de nomes Ugowolf e Guido Wolf, respectivamente, por estarem fazendo propaganda nazista no Acre. Além disso, a coluna destaca ainda a demissão do consultor do Acre, Anselmo de Sá Riberio, motivada por um artigo de sua autoria revelando tendências favoráveis ao Eixo. Todas essas ações antinazistas encabeçadas pelo governo brasileiro evidenciam a emergente preparação nacional para a provável entrada no conflito. As matérias possuíam um caráter de prevenção e alerta para os demais estados do país, já que faziam questão de ressaltar que os espiões estavam examinando vários pontos de litoral brasileiro.

O Cinema, por sua vez, também recebeu a função de propagador de ideias antinazistas e o filme “Tempestades d’Alma” é divulgado para a população a ser exibido na capital João Pessoa:

A Cia de Filmes S/A. fará exhibir no próximo dia 16, no REX desta cidade, e nos seus cinemas de Campina Grande, o grande filme anti-nazista “Tempestades d’Alma” que se acha atualmente em cartaz do MODERNO, do Recife. Em vista de invulgar sucesso alcançado pelo filme na vizinha capital, os seus exibidores decidiram prolongar a temporada de seu lançamento, pelo que foi adiada a apresentação [...] aqui. Conseguindo êxito sem precedentes em todos os países do continente americano, a grande película da Metro explora um tema de flagrantes atualidade, revelando aos olhos de todo o publico do hemisfério as atrocidades e o regime de opressão que esmagam a liberdade humana dentro da Alemanha nacional-socialista. “Tempestades d’Alma” está sendo aguardada com visível anciedade por toda a cidade, constituindo sua exibição aqui mais uma louvavel iniciativa da Cia. Exibidora de Filmes. (A União, 09 de maio; p.6)

Lançado em 1940 nos Estados Unidos com o nome *The mortal storm* pela Metro Goldwyn Mayer (MGM), o filme é uma versão do livro homônimo escrito por Phyllis Bettone. Esta produção cinematográfica de caráter antinazista teve grande repercussão no período da Segunda Guerra por abordar os efeitos da ascensão do nazismo³⁶ e o enredo se passa com os Roth, uma família judia (embora no filme apareça a referência de forma velada, como “não ariana”) que mora no interior da Alemanha. No Brasil, o filme chega dois anos depois, em 1942, justamente no momento em que se estreitam as relações do país com os Estados Unidos. A matéria do jornal A União anunciou a chegada do filme na cidade de João Pessoa buscando destacar a onda de sucesso pelo qual o filme vinha passando em diversos

³⁶A resenha completa do filme está disponível em: <http://cine-espresso.blogspot.com.br/2014/11/tempestades-dalma-1940.html>

países vizinhos do Brasil. Outro ponto de destaque na matéria é a referência à Recife, capital do estado vizinho, à época cidade de destaque por dialogar mais intensamente com a representação de “cidade moderna”, cujos cinemas possuíam maior circulação de filmes hollywoodianos. Neste sentido, a matéria procurou legitimar o sucesso do filme pelo êxito tido na capital pernambucana.

O governo paraibano buscou se munir de ações práticas que configurassem a preparação para o estado de guerra. Assim como os filmes com enredo de guerra possuíam uma função ideológica, diversas matérias de cunho preparatório para o estado de guerra foram explicitadas diariamente nos jornais. Como exemplo, podemos citar a Conferência acerca de “Feridas de Guerras e seu tratamento”, onde o prof. do curso de Cirurgia de Guerra inaugurado em Recife, José Henriques, compareceu à capital paraibana para apresentar suas pesquisas ao corpo médico da cidade, juntamente às enfermeiras alunas do Curso de Emergência, em solenidade destacada pelo periódico como sendo de grande relevância para a situação do país³⁷.

Matéria de destaque a ser analisada é a explicitada pelo periódico após a declaração de estado de guerra (ocorrida em 22 de agosto de 1942), quando noticia a o aglomerado do povo no Ponto de Cem Réis, em demonstração de apoio à entrada do país no conflito:

A declaração de guerra do Brasil á Alemanha e á Itália veio encontrar a Paraíba em plena vibração patriótica, numa continuação aos movimentos, que nestes últimos dias, teem caracterizado a repulsa do nosso povo e o protesto da consciência paraibana contra os covardes piratas do Eixo. A notícia de que o Presidente Getúlio Vargas, após a reunião do Gabinete Ministerial no Palácio Guanabara, reconheceu o estado de beligerância com os agressores, correu célere pela cidade, e foi espalhada aos quatro cantos pelo rádio e pelos placards que A UNIÃO fez colocar em vários. Pouco a pouco, o povo foi se aglomerando no Ponto de Cem Réis, na mais absoluta ordem, prorropendo em vivas á Democracia, ao Brasil, ao Chefe da Nação e as dirigentes dos países aliados. Populares confraternizavam em plena praça pública, aos abraços e vivas, aclamando o nome do Brasil e do seu grande Chefe, que, nesta hora de agonia para a humanidade, reafirma ao mundo o intransigente desejo de viver á luz do sol, longe dos campos de concentração, e das tações das tropas de ocupação nazis. (A União, 25 de maio de 1942; p.5)

³⁷A matéria intitulada “Feridas de Guerra e seu tratamento” consta no *A União* em notícia de destaque no periódico do dia 13 de maio de 1942, p.4.

Como foi explicitado na citação acima, o autor do artigo procura caracterizar a atitude do povo paraibano (o povo que participou do comício na capital paraibana) como equiparada e demonstrando o mais nobre de civismo e amor pela pátria. Ademais, a matéria consegue unir vários pontos de relevância acerca do mesmo acontecimento: a exaltação da democracia, do chefe de Estado e ainda dos países aliados, com sua representação maior nos Estados Unidos. Consegue ainda, tocar no ponto central de ataque ao Eixo: o nazismo e seus artefatos de dominação e desumanidade, representadas pelos campos de concentração. Criou-se, dessa forma, um discurso de convencimento onde o outro (o inimigo alemão) é identificado com o mau.

Além da coluna escrita, se faz destaque a explicitação de uma fotografia do comício (Imagem 03) promovido na capital João Pessoa, utilizado pelo periódico como símbolo de patriotismo e manifestação de um povo que se preocupava com os destinos de sua nação. A população paraibana é evidenciada como comprovação de um povo ativo nas causas da defesa nacional. Essa era a mensagem que repetidamente aparecia nas manchetes do jornal porta-voz do governo.



Imagem 03: Comício promovido na Praça João Pessoa.

Embora o governo procurasse demonstrar que a população civil estava unida e ativa em favor da grande causa nacional – a guerra – a fotografia acima deixa algumas inquietações sobre esse momento, sobretudo quanto à própria noção de “população” que o governo insistia em propagar. A generalização dos discursos explicitados no *A União* não corresponde com o

que a fotografia acima apresenta, pois, como é possível perceber, não há presença de mulheres no momento do registro. Mesmo que muitas mulheres estivessem na manifestação, a ausência delas na fotografia (registro simbólico e relevante, pois iria estampar as páginas do jornal no dia seguinte ao evento) nos faz perceber que o que o órgão da imprensa oficial do estado denominava de “povo paraibano” possuía uma conotação que não contemplava a realidade/totalidade do estado da Paraíba.

Neste sentido, é importante destacar ainda que os momentos em que a mulher paraibana é exaltada nas linhas de *A União* foram momentos pontuais que procuraram caracterizar a mulher como “mulher honrosa e mãe valorosa”. Destacavam-nas como mulheres que apoiavam incondicionalmente seus homens à ida aos campos de batalha e/ou nas causas de funções atribuídas à figura feminina, como nos exemplos do curso de enfermeiras, discutidos anteriormente neste capítulo.

Diante de tudo o que foi analisado até aqui, podemos refletir sobre como a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi um momento peculiar e de grande preparação ideológica por parte do governo brasileiro. Vimos que de diferentes formas, o regime varguista procurou construir uma identidade nacional propícia à causa da guerra, e que mesmo antes de o país entrar oficialmente do conflito, buscou construir um sentimento de brasilidade essencial ao momento de tensão pelo qual passava o país.

Os desdobramentos que se deram no Brasil em virtude do conflito mundial, serão por vezes destacados e supervalorizados com o objetivo de sensibilizar a população. No estado da Paraíba, podemos destacar a construção de um sentimento de *paraibanidade*, com a valoração de um perfil comum, cujas adjetivações caminharam em torno do homem forte, guerreiro e preocupado com os destinos do país. Esse perfil local desaguarda no ideal nacional almejado pelo regime estado-novista.

Bem sabemos que a construção dessa identidade nacional não se fez de forma simples e por vias únicas. O governo brasileiro contou com uma forte e complexa conjuntura política que favoreceu a construção de um projeto de nacionalismo para o período em questão e que a Paraíba, por sua vez, contou com a atuação de um interventor carismático e de forte retórica, cujo papel se desenvolveu sistematicamente ao encontro dos interesses federais. A Ruy Carneiro, coube a missão de sensibilizar o povo paraibano para a causa de defesa nacional e de garantir que o estado estaria confiante nas ações do seu chefe de Estado, o Getúlio Vargas.

Neste sentido, o fenômeno do nacionalismo se desenvolverá no Brasil de maneira peculiar e com grande complexidade, tendo em vista as culturas políticas que se delineavam no país nesse período. Os estudos nos apontam uma diversidade de sujeitos que compunham a cena política do Brasil nos anos 30 e 40 do século XX e que atuarão, sobremaneira, na construção de um projeto de nação comum, mesmo estando por muitas vezes em lados opostos de ideologia. Com isso, a participação das elites locais se tornará de fundamental importância para tal empreitada e os muitos intelectuais do período contribuirão sistematicamente na construção dessa *pátria amada*, como nos mostrará o capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

CULTURAS POLÍTICAS E NACIONALISMO EM TEMPOS DE GUERRA

No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginadas limitadas.³⁸

Iniciar o capítulo com uma reflexão de Benedict Anderson se deve às inquietações constantes em torno do fenômeno do nacionalismo, especialmente em se tratando de tempos intensos como foram os da Segunda Guerra Mundial. O autor da célebre obra *Comunidades Imaginadas* tenta responder às indagações que fazem jus à existência humana: quais motivações e/ou sentimentos levam pessoas comuns a guerrearem entre si, matando e morrendo por seus países? Como esse sentimento de fraternidade humana entre os habitantes de um mesmo território nacional é estabelecido, para além das fronteiras geográficas?

Pensando as nações enquanto comunidades imaginadas, tendo em vista que a percepção delas se dá por meio de relações de sentidos múltiplos, onde se estabelecem “objetos de desejos e projeções (2008, p.10)”, ou seja, sentidos que estão para além da materialidade, Anderson discute como se constroem solidariedades em torno da ideia de nação, de modo que os sujeitos envolvidos dentro dessas fronteiras carregam um sentimento de fraternidade comum e desse modo, se dispõem a representar o seu Estado em momentos que requerem esse sentimento identitário nacional, como no caso de confrontos bélicos.

Essa discussão é essencial para este trabalho, pois ela me permite refletir sobre as especificidades do Brasil, onde o fenômeno do nacionalismo se desenvolveu com particularidades em relação a outros países latino-americanos. Desse modo, atentarei para as formas de concepção do fenômeno, especialmente na primeira metade do século XX, dentro da conjuntura dos dois grandes confrontos desse período na nação brasileira. Ademais, para

³⁸ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo.Ed. Companhia das Letras: 2008, p.34.

falar do Brasil enquanto nação, não poderemos esquecer que diversos projetos de nação foram pensados e articulados pelas elites políticas em seus regimes de governo, de modo a alcançar determinados objetivos. Com isso, se faz necessário situarmos as conjunturas políticas vigentes na década de 1940, para então percebermos qual projeto de nacionalidade se desenvolveu durante a efervescência da guerra, e mais especificamente, como ele se desdobrou no estado da Paraíba e então será possível estabelecermos as relações entre a política nacionalista pensada e articulada para o contexto bélico e os desdobramentos práticos que fizeram parte do cotidiano da população paraibana nesse período.

2.1 Patriotismo, Nacionalismo e a construção de projetos de brasilidade

O nacionalismo enquanto fenômeno ideológico surgiu na Europa, durante o século XVIII, se solidificando frente às experiências revolucionárias de alguns países, advindas do contexto que culminou em rupturas e mudanças estruturais significativas, como foi o caso da França, em 1789.

Eric Hobsbawm em **Nações e Nacionalismo desde 1780** aborda a questão do nacionalismo entrelaçado com o conceito de nação e com abrangência maior do que o caráter meramente geográfico. O autor questiona o caráter conceitual, admitindo a complexidade do termo em vista das ordens políticas, sociais, econômicas e culturais presentes nas relações humanas e que, portanto, interferem na conceituação desse fenômeno.

Para o historiador britânico, o fenômeno do Nacionalismo é uma construção que vai sendo fortalecida em fins do século XVIII e início do século XIX e que as relações políticas, econômicas e sociais são entrelaçadas na construção desse fenômeno³⁹. Isso implica dizer que cada espaço e cada temporalidade vão absorver de forma particular o sentimento de nacionalismo, e assim também o fará a população de determinada região.

Acerca da efervescência do Nacionalismo nos países latino-americanos, o autor aborda a marginalidade do fenômeno em países fora da Europa:

O maior aglomerado de Estados independentes fora da Europa – as repúblicas latino-americanas – chamavam pouca atenção a não ser nos Estados Unidos, e o nacionalismo nessa área era visto mais como uma piada

³⁹O autor britânico defende a ideia do fenômeno do nacionalismo como uma construção a partir das relações de poder e sociais que se configuram em cada contexto. Aborda as formas de afirmação do sentimento de nacionalismo com este antecedendo e formulando a ideia de Nação.

ruritânia, ou assimilado pelo indigenismo – a redescoberta cultural da validade das civilizações e das culturas indígenas –, até que certos grupos, nas décadas de 30 e 40, surgiram para mostrar simpatia pelo fascismo europeu, o que lhes permitiu ser alvo de atenções posteriores. (HOBSBAWM, 1990, p.179)

A grande problemática do Eric Hobsbawm e de outros autores que discutem o fenômeno do nacionalismo é o olhar preconceituoso sobre a experiência dos países latino-americanos, pois em suas análises, acabam hierarquizando e sobrepondo a experiência europeia como referência. Desconsiderar a relevância das experiências nacionalistas de outros países incorre na visão eurocêntrica dos processos históricos ocorridos em temporalidades e formatos diferentes em diferentes espacialidades.

Deste modo, cabe aqui a discussão pertinente de Ramón Grosfoguel (2008) sobre a colonialidade do poder e nos faz uma provocação:

Sem negar a importância da permanente acumulação de capital à escala mundial e a existência de uma estrutura de classes específica do capitalismo global, coloco a seguinte questão epistêmica: Como seria o sistema-mundo se deslocássemos o locus da enunciação, transferindo-o do homem europeu para as mulheres indígenas das Américas, como, por exemplo, Rigoberta Menchu da Guatemala ou Domitilia da Bolívia? Não tenho a pretensão de defender ou representar a perspectiva destas mulheres indígenas. O que pretendo fazer é deslocar o lugar a partir do qual estes paradigmas são pensados. (ps. 121/122)

O exemplo dado pelo autor nos faz refletir sobre o processo de colonização do saber encabeçado pelos países europeus, que estão associados à conjuntura econômica vigente do sistema capitalista, onde o continente americano, alvo da dominação europeia por séculos, estaria fadado à colonização no que tange ao campo do saber. Esse alerta cabe bem às questões de conceituação do fenômeno do nacionalismo, tendo em vista que muitos autores aderem à visão eurocêntrica, sem deixar espaço para considerações que contemplem a dinamicidade dos processos históricos, envoltos em contextos diferentes.

Para esse trabalho monográfico cabe também a discussão acerca de como Ludwig Lauerhass Jr. conceitua o fenômeno:

Em sua essência, consiste em um sistema de avaliação que sustenta o ponto de vista de que o Estado-nação constitui o grupo mais elevado na ordem social e, como tal, deve ser o foco primordial da lealdade do cidadão e ter o poder de tomar as decisões finais na direção dos negócios humanos. Todos os outros interesses, de grupos ou individuais, são considerados como sendo de importância secundária. No plano internacional, os seus objetivos

principais se resumem, em via de regra, na independência e fortalecimento da nação com relação aos países estrangeiros, e, no plano interno, na integração e no desenvolvimento. (1986, p.17)

Na obra “Getúlio Vargas e o triunfo do Nacionalismo brasileiro”, o autor brasilianista apresenta o processo de disseminação desse fenômeno no Brasil, desde fins do século XVIII até seu apogeu que se dá durante o governo Vargas e enfatiza o seu caráter particular, com propriedades e pensamentos distintos ao longo da sua difusão no país. Dessa forma, o autor trabalha com a intelectualidade brasileira do século XX, bem como com os diferentes momentos políticos do país, transitando pelo período monárquico, onde não há raízes fortes do Nacionalismo e as mudanças sociais, políticas e econômicas do período republicano, onde vai se fortalecendo o fenômeno do nacionalismo brasileiro.

Essa visão do autor de que no Brasil não houve raízes fortes do nacionalismo é ponto de questionamento, tendo em vista que se atentarmos para o período de consolidação da monarquia brasileira, perceberemos que apesar de terem havido diversos movimentos de contestação do novo regime, o Estado permaneceu unido. Para isso, se fez necessário um ideal nacionalista forte, capaz de proporcionar uma unidade nacional.

Lauerhass ainda divide em três níveis o fenômeno do nacionalismo, ao que podemos atentar e perceber tais características no governo brasileiro durante o governo Vargas, sobretudo no Estado-Novo. Em suas definições, o nacionalismo tem-se mostrado em três níveis distintos, mas inter-relacionados: o ideológico, o institucional e o popular. Ideologicamente é encontrado em escritos que, habitualmente, começam com uma crítica da sociedade existente, oferecem um plano para a renovação ou realização nacional. Institucionalmente, conquanto jamais seja por si mesmo uma instituição, assegura, com frequência, a base para um movimento de massas, um partido político, uma constituição, ou pode expressar-se, de maneira significativa, através de várias organizações educacionais, propagandísticas, militares, trabalhistas, empresariais, feministas, juvenis, esportivas, profissionais ou culturais.

No Brasil, as ideias nacionalistas vindas do continente europeu se espalharam gradativamente e de forma embrionária em fins do século XVIII. No entanto, as especificidades do fenômeno no caso brasileiro em relação aos outros países latino-americanos (que também vivenciaram essa disseminação) merecem destaque para que seja possível traçarmos um panorama do fenômeno e sua configuração na história política e social brasileira. Ludwig Lauerhass Jr e Benedict Anderson concordam quanto a essa especificidade do caso brasileiro.

Compreender o processo do nacionalismo brasileiro e do patriotismo que se delinearam fortemente dentro da conjuntura brasileira pró guerra é de suma importância para percebermos o peso simbólico das práticas disseminadas nesse período e especialmente, seus desdobramentos sociais, políticos e culturais para a sociedade paraibana. Materializada em forma de festividades patrióticas, da publicidade e da propaganda, dos discursos de personalidades influentes, das alterações no mundo da moda, do cinema e de tantos outros artefatos culturais, a ideologia nacionalista preponderante no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial teve caráter intenso e diferenciado, especialmente por ter ocorrido concomitantemente ao regime peculiar que foi o Estado Novo. Para tanto, se faz necessária uma discussão emblemática sobre o projeto de brasilidade proposto pelo governo brasileiro durante as décadas de 1930 e 1940, que como já foi enfatizado acima, teve uma nova configuração e dinâmica frente ao projeto político instituído pelo governo Vargas, especialmente durante o Estado Novo.

A construção de um projeto de nacionalidade perpassa por uma complexa rede de inter-relações em âmbitos distintos, mas complementares. Nesse sentido, os aspectos culturais e educacionais são, sobremaneira, campos de largas investidas do governo buscando a legitimação de seu projeto. Dentro dessa sistemática, durante o regime ditatorial, muitas foram as estratégias de consolidação e redefinição da identidade nacional brasileira, onde os meios de comunicação, controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fomentavam políticas culturais responsáveis pela disseminação de uma imagem do país dentro da ordem e do progresso que se pretendia. Com isso, eram veiculadas músicas, poesias, propagandas diversas e manifestações cívicas que iam ao encontro da política estatal nacionalista. Ademais, o governo atuava também de maneira substancial através da esfera educacional, educando os cidadãos desde a infância para a prática do patriotismo. Sobre isso cabe destacar os estudos de Carmen Nava (2007), que em *Formando futuros cidadãos nas escolas públicas brasileiras (1937-1945)* apresenta uma intensa análise de como o governo brasileiro incutiu valores morais e patrióticos no ensino. Através do material didático analisado, a autora nos mostra que “as escolas públicas eram um importante canal para o governo Vargas legitimar o Estado Novo (p.108)”, por meio de textos e lições cívicas diárias pelas quais as crianças apreendiam conceitos primários de lealdade e amor à pátria.

Sobressai nesse texto a orientação autoritária e paternalista do governo e da sociedade. Os alunos aprendiam que precisavam de um líder forte, supostamente masculino, para manter o equilíbrio social e garantir o progresso.

Os livros didáticos faziam do Estado Novo um sinônimo da *Pátria*. No tema mais comum, o próprio presidente, Getúlio Vargas, era apresentado como uma figura inspirada e heroica, para as crianças venerarem. Os alunos aprendem que Vargas uniu a “Grande Nação Brasileira” e restabeleceu “a direção [do Brasil] na busca da glória e da unidade nacional. (NAVA, 2013, p.114)”.

Como podemos constatar, a ideologia do Estado Novo estava presente na forma de ensinar à população. A demonstração de um país forte e dentro da ordem era veiculada em diversos momentos nas cartilhas didáticas e essa educação patriótica extrapolava os muros da escola, à medida que construía gradativamente no imaginário social a ideia da pátria amada⁴⁰.

A história do Brasil foi marcada por processos de legitimação e construções de ideais de nacionalidade ao longo dos regimes políticos estabelecidos desde o processo de independência, em 1822. Desde então, tornou-se notável o papel dos intelectuais no cenário político brasileiro, em grande medida, vistos como porta-vozes da nação.

Acerca disso, Mônica Pimenta Velloso (2013) traz uma importante discussão em “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”, onde diferencia e problematiza a participação dos intelectuais com os projetos de nação estabelecidos ao longo dos regimes políticos brasileiro, ora atuando como “guia na condução do processo de modernização da sociedade brasileira (p.147)”, ora representando o povo enquanto uma “consciência iluminada do nacional (p.148)”. Velloso enfatiza ainda que nos regimes autoritários “os intelectuais aparecem como porta-vozes dos anseios populares porque seriam capazes de captar o ‘subconsciente coletivo’ da nacionalidade” (p.156).

A participação de intelectuais dentro da história política brasileira ocorreu nos diferentes regimes de governo. Na transição do Império para a República é notável a participação de uma literatura que contestava e denunciava as tensões do período. Acerca disso, se faz importante destacar a obra de Nicolau Sevcenko *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (2003) por apresentar um intenso panorama da produção de dois consagrados escritores brasileiros, Euclides da Cunha e Lima Barreto, e a participação destes na construção de uma leitura da Primeira República brasileira.

⁴⁰Importante destacar que serão analisadas no próximo capítulo aspectos do ensino paraibano durante o Estado Novo, com ênfase para a culminância da Segunda Guerra Mundial, que corroboram com os apontamentos abordados de maneira mais geral nesse momento da narrativa. Optamos por apontar brevemente essas questões centrais da pesquisa, por entender que elas são significativas para a discussão teórica dos fenômenos do nacionalismo e patriotismo aqui abordados, pois fazem parte de um conjunto de práticas políticas do período e servem como exemplos relevantes que materializam a discussão vigente.

Paralelamente, a literatura passou a ser o veículo de um projeto próprio de Estado, buscando influir sobre as elites políticas, ou forçar uma reformulação da ação executiva das instituições. Situação essa em que o seu campo de abrangência e sua capacidade de atuação – se bem que indiretas – passariam a ser imediatas e decisivas. Essa literatura já nasceu elaborada, como se aquela sua dupla perspectiva visual apontada – horizontal e vertical – tivesse um ponto de partida no espaço e esse ponto coincidissem com o núcleo do Poder Executivo. (p.282)

Enquanto que na primeira fase do regime republicano, o Brasil contou com intelectuais que fizeram parte na luta pela queda do Império, após 1930 o cenário intelectual será protagonizado por novos agentes, que irão pensar acerca da identidade nacional, questionando antigos postulados e lançando novos olhares sobre o que é ser brasileiro.

Desde os anos 20, com o Movimento Modernista, novas questões em torno da identidade nacional foram levantadas e a busca de representação do homem brasileiro se tornou emblemática por alguns intelectuais do período. Neste sentido, uma figura de grande destaque é Gilberto Freyre⁴¹, já que ele buscava defender a importância do regional para a composição do nacional. No período getulista, essas ideias repercutiram de maneira positiva e compuseram o panorama político cultural do período e deste modo, muitos de seus posicionamentos apareceram nos jornais como sinônimo de legitimação da situação em que o país se encontrava.

Em matéria do dia 26 de junho, o jornal *A União* exibe trechos da entrevista com Gilberto Freyre acerca da espionagem no país, tema de grande recorrência no periódico:

Entrevistado sobre o problema do quinta-colunismo e da espionagem: o sr. Gilberto Freyre, frisou a necessidade de uma vigilância permanente e acentuou: “devemos estar alertas contra as fôrmas sutis e veladas das atividades anti-brasileiras”. Disse que o nosso maior perigo está naqueles que dissimulam seus atos com falsas palavras patrióticas. A seguir, adiantou: “Não é mistério. Agem entre nós, há anos, agentes estrangeiros disfarçados e empenhados sutilmente em solapar os nossos motivos tradicionais, a vida e os ideais cristãos, a nossa cultura e as nossas disposições democráticas. Quem ignora isso vive no mundo da lua. Ninguém pense que tais agentes gritam: “eu sou nazista?” Não nos devemos deixar arrastar pelos ingênuos que, condenando ou fingindo condenar o nazismo e o facismo, apontam para a educação nazista ou para a mocidade hitlerista como exemplos de

⁴¹Ricardo Luiz de Souza (2006) apresenta uma relevante discussão acerca do pensamento político de Gilberto Freyre e suas reflexões acerca da identidade nacional brasileira, bem como as suas colocações em torno do regime de governo que se delineou no Brasil no período em questão. Para mais detalhes, ver: SOUZA, Ricardo Luiz de. História, poder e identidade nacional em Gilberto Freyre. Universidade de Caxias do Sul: Métis: história & cultura, 2006. P.159-177.

educação a mocidade brasileira”. Referiu-se a seguir aos métodos de pilhagens e mentiras adotados por Hitler, que tiveram inspiração na filosofia dos espartanos, de instruir crianças na arte de roubar e de mentir, e concluiu: “Nesta hora tão cheia de angustias para a humanidade, os esforços de cada brasileiro devem orientar-se na luta sem tréguas contra as forças do mal”. (p. 6)

O depoimento de Gilberto Freyre acerca de uma preocupação constante para o governo brasileiro – a espionagem no país – se fez de grande relevância, pois era o posicionamento de um intelectual acerca dos rumos do país em um momento de grande tensão. Utilizando a repulsa de Freyre aos regimes totalitários, o governo explicitou pontos centrais da fala do entrevistado, especialmente nos pontos em que ele critica veemente o nazismo e o fascismo.

Importante salientar que as relações dos intelectuais com as culturas políticas do período não se deram de forma simples e de cima para baixo, tendo o Estado como impositor de perfis desses “homens do saber”. O que pode ser percebido é uma relação de interesses mútuos, onde os artistas de maneira geral, atuavam na dinâmica estatal, como sujeitos também políticos e com pretensões diversas. Alguns deles trabalhavam nas repartições públicas e conciliavam seus papéis de funcionário do Estado e porta-voz da nação. Dentro de um regime de intensa repressão, é comum que os discursos proferidos pelos intelectuais contrários ao regime varguistas eram suprimidos e deste modo, os meios de comunicação controlados pelo DIP externavam, na grande maioria das vezes, os discursos convergentes com o governo.

Todavia, temos alguns casos emblemáticos de intelectuais perseguidos durante o governo Vargas, pelas ligações com o Comunismo e as críticas ao regime ditatorial varguista. Graciliano Ramos é um exemplo de grande notoriedade. Fazendo parte da segunda geração dos modernistas, na década de 1930, o escritor se destacou por retratar a realidade do sertão. Os temas vigentes dessa nova fase recaem nas questões nacionalistas e regionalistas e neste sentido, a literatura do período contribuiu para as questões vigentes em torno do ideal nacional buscado pelo regime Vargas. Vale destacar que sua obra *Memórias do Cárcere* (1953), inclusive, ganhou destaque por relatar o período de sua prisão e levantar grandes questões e pontos de análise acerca do regime ditatorial varguista.

Se por um lado havia a perseguição constante aos intelectuais contrários ao regime, as ideias proferidas por aqueles que estivessem de acordo com o regime foram disseminadas dentro da política nacionalista varguista, que utilizava os meios de comunicação como instrumento educativo para a população. Com isso, “a questão do nacionalismo, acirrada na

conjuntura de guerra, funciona como poderoso elemento aglutinador, capaz de integrar quase toda a intelectualidade do período” (VELLOSO, 2013, p.170).

Neste âmbito, o DIP, serviu como catalizador das práticas de propaganda e controle das informações veiculadas e agia fortemente nos diversos setores culturais da sociedade brasileira, com o intuito de homogeneizar o campo cultural e propagar a ideologia do Estado Novo. Dentro dessa sistemática, o rádio foi um meio de grande relevância e popularidade para a propagação dos ideais nacionalistas, com destaque para o programa *A Hora do Brasil*.

O uso político do rádio esteve voltado para a reprodução de discursos, mensagens e notícias oficiais. Em 1931 foi criado o programa Hora do Brasil, reestruturado em 1939, após a criação do DIP. O programa tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica. Divulgava os discursos oficiais, os atos do governo, procurava estimular o gosto pelas artes populares e exaltava o patriotismo, rememorando os feitos gloriosos do passado. (CAPELATO, 2009, p. 88)

Capelato continua sua discussão acerca da importância desse veículo de informação para a legitimação do regime estado-novista e apresenta detalhes dos programas:

Além de divulgar as mensagens e os atos oficiais, os diferentes programas deveriam decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar cultura, enaltecer as conquistas do homem em todas as atividades, incentivar relações comerciais. Muito se insistia no fato de que o rádio deveria estar voltado para o homem do interior com o objetivo de colaborar para seu desenvolvimento e sua integração na coletividade nacional. (Idem, p.89)

A circulação das notícias através do rádio possuía um forte alcance de lares brasileiros, tendo em vista ser este o meio mais popular no período. Visando propagar os acontecimentos favoráveis à esfera nacional, a *Hora do Brasil* foi mais uma das estratégias do governo Vargas de legitimação e consolidação de uma imagem favorável ao regime.

Além do rádio, o jornal oficial do estado cumpria sua função na busca pela transmissão dos ideais nacionalistas e buscava a todo momento externar nas suas edições o desenrolar da Guerra, apontando para o que denomina de “as vibrações” do povo paraibano, tendo em vista que em diversos momentos no periódico é possível perceber matérias discorrendo sobre movimentações de pessoas ilustres no período, proferindo substancial apoio ao governo. Nesse sentido, não deixaria de ser relatado, em coluna no jornal, a declaração do intelectual e 1º governante da Paraíba, escolhido pelo presidente Getúlio Vargas, José Américo de Almeida aos Diários Associados:

Há mil formas de servir à Pátria: cada qual com as suas faculdades, principalmente nas situações extremas, quando ela invoca como o mais sagrado dos deveres o concurso efetivo de todos os homens. Da minha parte não faltarei nessa hora decisiva com o sentimento público que me prezo de cultivar, onde ele parecer mais útil, conforme as circunstâncias indicarem (A União, 27 de Ago. de 1942, p.6).

Ao analisarmos o discurso de José Américo, é importante levarmos em conta as concepções de Ângela de Castro Gomes (2010) que discorreu e enfatizou a importância da figura do intelectual para a cultura política republicana predominante e a legitimação de discursos e educação nacional. Para ela:

Intelectuais seriam profissionais na produção de bens simbólicos, essenciais à legitimação de regimes políticos modernos (cada vez menos afeitos ao uso da força), o que demarcaria um vínculo forte e indissolúvel entre cultura e política, entre história e memória, o que desenha relações, de vários matizes, nada mecânicas, nem simplistas entre poder e saber, entre políticos e intelectuais. (p.148)

Nesse sentido, é importante atentar para a figura de José Américo, pois uma análise mais enfática do sujeito nos permitirá refletir sobre as estratégias que o governo utilizou para causar impacto e maior comoção à população paraibana. Além de um homem da política⁴² e funcionário do governo Vargas, José Américo possuía duas importantes imagens a pesar para a construção do ideal patriótico: era um intelectual e escritor renomado cuja principal obra, *A Bagaceira*, marca um novo momento para a literatura nacional, considerada como marco inicial do regionalismo brasileiro. E além disso, era um ilustre paraibano, nascido na cidade de Areia, que possuía forte influência em sua região, devido sua linhagem, pois era também um *menino de engenho*.

Essas duas feições que se complementam e denotam uma forte representação para a história paraibana parecem constituir campo propício para as estratégias do governo no sentido de apelação popular e tentativa de construção do sentimento de *paraibanidade*, que no caso específico da Paraíba seria fundamental para o alcance da brasilidade⁴³ pretendida.

⁴²José Américo atuou na secretaria do governo, foi deputado federal, interventor, ministro da Viação e Obras públicas durante o governo Vargas e governador do estado da Paraíba. Para mais detalhes, ver: BARBOSA, Jivago Correia. Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956). Em sua dissertação, Barbosa apresenta um panorama da história política de José Américo, que compreende as duas décadas anteriores e nos ajuda a perceber o papel relevante que a figura deste político teve para a Paraíba no período aqui analisado.

⁴³Aqui pensamos *brasilidade* em consonância com a discussão historiográfica protagonizada por Cláudia Engler Cury (2013) em seu livro “Abrindo o baú de Memórias”: Políticas Culturais – subsídios para construção de

É notória nos jornais a ênfase que se dá aos ícones que façam menção ao estado paraibano, e sendo assim, os discursos proferidos por José Américo serão exemplos dessa configuração. Afinal, simbolicamente, a imagem de um político importante e intelectual renomado, filho da terra, teria grande peso para comoção popular nesse momento.

Uma leitura possível de se fazer acerca da utilização da imagem do discurso fervoroso de José Américo de Almeida é que este serviria como exemplo de um homem que estaria demonstrando amar a sua pátria. Este não apenas falava de si, mas sua linguagem parecia atingir a todos os compatriotas. Dessa forma, ele enfatizava que é nos momentos extremos como o que o país estava passando que se mostrava o sentimento de devir à nação.

Importante refletir sobre as intencionalidades do governo em procurar externar visões conciliatórias e favoráveis ao estado nacional. O “não dito”, já nos alertado por Michel de Certeau (2011) pode ser percebido com o desenrolar das matérias diárias, onde o governo buscava enfatizar uma imagem pacífica e homogênea, sem conflitos e discrepâncias entre o que era dito e o vivido.

2.2 Getúlio Vargas e culturas políticas no Estado Novo

O Estado Novo (1937-1945) pode ser compreendido como um regime instaurado no Brasil, com base em uma política de massas, articulada após o *Movimento de 1930*, que caracterizava um novo momento para a história política brasileira. Fruto de um golpe de Estado, o regime foi implementado em “10 de novembro de 1937, sob a liderança de Getúlio Vargas, com apoio do Exército e de outras forças antidemocráticas”. (CAPELATO; 2013, p.109).

O cenário político brasileiro que se configurou nos anos 30 e 40 do século XX se diferenciava das décadas anteriores, sobretudo por se constituir sob uma nova ordem estrutural, com vieses heterogêneo e ideológicos marcantes. Em “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”, Maria Helena Capelato (2013) divide o período em dois momentos distintos e complexos: “a) 1937-1942: caracterizou-se pelas reformas mais significativas e pela tentativa de legitimação do novo regime; b) 1942-1945: com a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, as contradições do regime ficaram explícitas”. (p.113). Evidenciando a

brasileiridade – (1930-1990). Em seu primeiro capítulo, a autora disserta sobre a sociedade dos anos trinta do século XX e a construção de projetos de brasilidade, onde o Estado Centralizador durante o regime ditatorial varguista estabeleceu a eliminação das diferenças regionais em prol da “identidade da nação”. No entanto, as pesquisas para esta dissertação percebem que, no caso específico da Paraíba, e em virtude do contexto de guerra, se fez necessária a construção, a princípio, de um sentimento de pertencimento local, ou seja, um sentimento de *deparaibanidade*, que então reforçaria o projeto de brasilidade pretendido para o contexto específico da guerra.

entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a autora nos chama a atenção para as particularidades desse momento específico do Estado Novo, onde a conjuntura internacional refletiu fortemente nos mais diversos âmbitos da população brasileira, desde seus aspectos econômicos e políticos até os socioculturais.

Para compreendermos esse período singular da história do Brasil é necessário atentarmos para a atuação política de grupos dominantes que estabeleceram fortes estratégias de legitimação do novo regime e construção de um novo projeto de nação. Bem sabemos que o presidente Getúlio Vargas representava a liderança maior do país e se tornou ícone da política de massas fomentada e disseminada nesse período. No entanto, é fundamental que percebamos que por trás de suas ações predominava uma cultura política, onde os sujeitos envolvidos atuavam e articulavam-se com muitos outros grupos não homogêneos durante a Era Vargas (1930-1945). Daí a complexidade do regime, bem como seu caráter heterogêneo.

O conceito de cultura política é assim, de grande relevância para este trabalho, especialmente no que concerne às novas abordagens da categoria do político, com a renovação da historiografia desse campo, que passa a considerar de crucial importância a inserção da análise dos fatores sociais e culturais.

Surgido na Ciência Política durante a década de 60 do século XX, o conceito de Cultura Política foi apropriado pela historiografia algumas décadas seguintes e tem como um dos principais representantes o historiador francês Serge Berstein, com vasta produção em torno do debate conceitual e empírico sobre o tema. Em *A Cultura Política* (1998), enfatiza sua discussão na pluralidade do termo (culturas políticas), embora admita que em um determinado momento, pode haver a predominância de uma delas. Problematisa ainda acerca das estruturas de temporalidade, onde as culturas políticas ocorrem no campo da média e longa duração.

Dentro da historiografia brasileira, podemos destacar os estudos de Ângela de Castro Gomes e Rodrigo Pato de Sá Motta em torno da temática, por destrincharem diversos aspectos em que estão configuradas as culturas políticas, evidenciando o campo das representações e o papel das instituições⁴⁴ como difusoras das culturas políticas.

Os estudos de Ângela de Castro Gomes são relevantes para este trabalho, especialmente porque tem como foco de análise o período do Estado Novo. A autora apresenta sua conceituação de cultura política como sendo:

⁴⁴A escola é um importante exemplo de instituição que corrobora na disseminação de culturas políticas e serão apresentados casos específicos do ensino paraibano no próximo capítulo para adentrarmos nessa discussão.

[...] um conjunto de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos de um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento de tempo (2010, p.31).

Abordando uma lógica que vai além do âmbito do econômico, Gomes enfatiza a atuação dos diversos sujeitos nos processos sócio-políticos, enxergando o poder estatal como campo de negociação (entre governo e povo) e não como matriz exclusivamente dominante. Ela chama a atenção para as ações políticas, que extrapolam o campo do formal, do institucional e são articuladas dentro de uma dinâmica complexa e plural entre os sujeitos em determinadas conjunturas.

Por sua vez, Rodrigo Patto de Sá Motta vê o fenômeno como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, que é partilhado por um grupo”. O autor dialoga em muitos aspectos com a Ângela de Castro Gomes, mas para ele o termo pode também ser usado no singular, pois abarca dimensões que não comprometem o caráter plural do fenômeno. Motta destaca ainda que a cultura política extrapola a ideologia, pois mobiliza sentimentos, valores, representações e evoca à tradição.

Essa explanação conceitual se faz de extrema importância para percebermos o fenômeno das culturas políticas em sua dimensão prática, institucional e social que se delinearam sob a conjuntura do governo Vargas. Nesse sentido, destacaremos práticas políticas articuladas durante o regime ditatorial varguista, bem como seus desdobramentos no estado da Paraíba e suas especificidades sob a efervescência do confronto mundial.

As pesquisas nos periódicos apontam a intensificação de práticas voltadas para a preparação bélica, já alguns meses antes da declaração de estado de guerra. Especialmente o mês de maio de 1942 foi o momento de grande explanação por parte do *A União*, pois as notícias sobre ataques nazistas, declarações de possíveis indignação popular em virtude dos atentados, matérias contra a política do nazismo, bem como notícias sobre “Curso de enfermagem de Emergência”⁴⁵ e seções sobre “Feridas de Guerra – Infecção – Prevenção e Tratamento”⁴⁶ tornaram-se recorrentes nas manchetes diárias.

O que é possível perceber diante desse cenário que antecedeu o estado de Beligerância era a embrionária preparação ideológica e política do governo brasileiro para sua entrada efetiva

⁴⁵A partir do mês de maio, diversas notícias serão explicitadas sobre o curso de Enfermagem de Emergência, com fotografias e relatos sobre o andamento do curso, inclusive homenagem às futuras enfermeiras. Um exemplo substancial pode ser conferido na matéria do dia 03 de maio de 1942, p.5.

⁴⁶Matéria explicitada no periódico em 14 de maio de 1942, p.3.

no confronto. Pouco a pouco, o clima de tensão passou a ser propagado pelos jornais e a população era noticiada e educada sobre/para a guerra.

Na matéria do dia 1º de maio de 1942, o jornal *A União* explicitou a declaração do general Leitão de Carvalho sobre a intensa perseguição aos nazistas que se encontravam em solo brasileiro. Com o depoimento “Formaremos um só bloco para reagir a qualquer ataque nazista (p.7)”, suas palavras exalavam o fim da neutralidade brasileira, que aliás, começou a ser instituída com a pressão dos Estados Unidos após sua entrada na guerra, em dezembro de 1941.

O rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha já indicava o fim da neutralidade brasileira e as matérias diárias apontavam para a virada de posicionamento político do governo Vargas, que passou a explicitar em diversos momentos nos periódicos manchetes de ataque ao nazismo, bem como de proximidade com a democracia das Américas. Com os sucessivos ataques aos navios brasileiros pela Alemanha, o posicionamento do Brasil tornou-se ainda mais evidente pró Aliados e foi se delineando o cenário propício que culmina na declaração oficial de guerra, em 22 de agosto de 1942.

Importante destacar as relações estabelecidas entre Brasil e os Estados Unidos, que tiveram o ano de 1942 como marco decisivo. A *Política da Boa Vizinhança* teve papel fundamental no estreitamento dos laços entre os dois países e os acordos políticos e financeiros firmados foram decisivos para o fim da neutralidade brasileira e aderência ao bloco dos Aliados.

Gerson Moura (1994) dissertou sobre a Política da Boa Vizinhança e sobre como se deu a difusão cultural americana no Brasil. Considerou que existia um intercâmbio de direção praticamente única (no caso, dos Estados Unidos para o Brasil). O autor entendeu que houve uma intensa penetração ideológica a partir do ano de 1941, quando os dois países estreitaram relações. Após o ano de 1942, haverá a intensificação dessa penetração, pois diante da efervescência dos Estados Unidos terem entrado no conflito, o governo estadunidense pressionou o governo brasileiro a aderir ao estado de beligerância e essa conjuntura pode ser percebida dentro de uma ótica imperialista estadunidense. Para Moura:

A política exterior do Brasil na década de 30 tinha muito que ver com as questões econômicas vitais – especialmente o comércio exterior – e com as profundas divisões políticas internas, que se combinavam inevitavelmente às novas configurações e atores da política internacional. Dessa constelação de fatores resultou uma disposição permanente de explorar as oportunidades criadas pela competição entre Alemanha e Estados Unidos por influência política econômica

na América Latina. No seu conjunto, a política externa do Brasil caracterizava-se por uma equidistância pragmática entre as potências, na busca de benefícios comerciais. A partir do estabelecimento do Estado Novo, a formulação de dois grandes projetos – a grande siderurgia e o reequipamento das Forças Armadas – veio juntar-se aos problemas a serem encaminhados por nossa política exterior. (p.28/29)

Os projetos destacados na fala do autor foram decisivos no setor econômico para o posicionamento do governo brasileiro: a construção da siderúrgica de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro e o melhoramento militar do exército brasileiro. Neste sentido, a produção da borracha para os Estados foi um dos esforços do Brasil e quesito chave dessa aliança entre os dois países.

Nos periódicos, as matérias exaltando os acordos diplomáticos entre os dois países foram recorrentes e em muitos pronunciamentos do presidente Getúlio Vargas. O presidente brasileiro procurava justificar a aliança e alegava as melhorias para o país e evidentemente, a preocupação em se posicionar ao lado da América.

Em matéria do dia 25 de junho, o *A União* noticiou a preparação para uma mobilização contra o Eixo, a ser realizada no dia 04 de julho na cidade do Rio de Janeiro, e dedicada em homenagem aos Estados Unidos:

A cidade assistirá no dia 04 de julho a um espetáculo de raro esplendor cívico. Os estudantes numa gigantesca manifestação contra o “eixo” desfilarão pela av. Rio Branco. Realizando essa demonstração no dia dos Estados Unidos, a mocidade brasileira presta ao mesmo tempo uma homenagem á nação amiga. Participarão da parada alunos de todas as escolas superiores os quais já deram o seu apoio incondicional á iniciativa. Prevê-se que será a maior concentração estudantil que já se fez em qualquer cidade do Brasil. Entre os cartazes de inscrições patrióticas os estudantes, conduzirão uma figura com a seguinte legenda: “Morreremos pelo Brasil”. Carros de sátira inspirados em acontecimentos e figuras da atualidade abrilhantarão o desfile. Os manifestantes sairão da praça Mauá e percorrerão á av. Rio Branco até á praça Paris retornando, em seguida pelo mesmo trajeto. (p.6)

Como vimos, a matéria procurava evidenciar, com bastante antecedência, a mobilização a ser ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Pelo o que se pode perceber, todo o ritual parecia já bem arquitetado e a data escolhida para o acontecimento patriótico foi bastante representativa para a homenagem aos Estados Unidos, em dia de comemoração de sua independência. Fica aparente a preparação do governo dentro do aparelho educacional, onde os direcionamentos de ações patrióticas já estavam previamente definidos.

Outra matéria que merece atenção diz respeito à imagem do presidente do Brasil no país amigo, os Estados Unidos. No dia 17 de maio de 1942, o jornal destacou “A popularidade do presidente Getúlio Vargas nos Estados Unidos”, pronunciamento enviado diretamente de Washington:

O Presidente Vargas tem aqui um enorme prestígio, que se está consolidando dia a dia. O seu belo discurso, dirigido aos trabalhadores brasileiros no dia 01 de maio, foi altamente apreciado nos meios políticos desta capital. A significação das suas palavras não deixou de ser compreendida em toda a sua extensão e profundidade, tanto mais que, interpretando fielmente os sentimentos do povo do grande país do Sul, marcam com as do Presidente Roosevelt, que exprimem por seu turno, a vontade soberana do povo norte-americano, a verdadeira posição da América perante o atual conflito. Getúlio Vargas falou como um grande brasileiro, que é uma das mais autênticas expressões de ser americano, o que na luta de hoje, tem uma nítida significação universalista, tal o papel histórico que está reservado ao nosso Continente nesta cruzada de resgate da Liberdade e nesta ingente pugna pela salvação do homem. (p.3)

A referência ao discurso do presidente Vargas no dia 01 de maio já foi analisada no primeiro capítulo desta dissertação e ao que me parece, existia um diálogo constante entre os dois governos de modo que os dois presidentes buscavam trocar elogios e afinidades. Mais uma vez, apareceu aqui um discurso em tom de irmandade das duas nações, onde a causa da defesa do continente foi posta em evidência como causa maior.

Pelo desenrolar dos acontecimentos no primeiro semestre do ano de 1942, a entrada do país no combate era eminente. O próprio José Leal, repórter e colaborador do governo Vargas, fez declaração incisiva no jornal *A União* “O Brasil não é neutro (15 de maio de 1942; p.4)”, dissertando sobre a fúria que acometeu à população após o que ele denomina de “ataque brutal e covarde”, se referindo ao torpedeamento do Parnaíba⁴⁷. É possível empreender que o órgão oficial do estado procurava o tempo todo externar em suas notícias diárias a sensação de tensão bélica.

As notícias com caráter impulsionador pró estado de beligerância se fizeram presentes também no seio educacional, o que nos remete à reflexão de que o governo buscava demonstrar por vias diversas (institucionais ou não) seu apelo à causa da guerra. Uma das manchetes da matéria do dia 14 de maio era sobre a mensagem enviada pelo Centro Estudantil do Estado da Paraíba ao 5º Congresso Pan-Americano de Estudantes: “A mocidade das Américas contra o nazismo agressor (p.3)”.

⁴⁷Outro navio torpedeado pelos alemães. A notícia sobre o episódio consta do dia 05 de maio de 1942, no jornal *A União*.

A instituição legal do uso dos símbolos nacionais, ocasionada com a finalidade de consolidação do regime ditatorial varguista, também serviu como ponto importantíssimo durante a guerra. Neste sentido, é possível perceber que a dimensão simbólica que esses elementos detiveram no imaginário coletivo foi substancial para a construção do sentimento de brasilidade, dentro desse novo projeto de nação encabeçado pelo governo brasileiro nessa nova conjuntura política.

O DIP e o Ministério de Educação e Saúde foram os responsáveis pela organização de um vasto material propagandístico, que serviu de base para a consolidação do regime Vargas. Se por um lado, a escola agia na educação formal, incutindo desde o ensino primário os ideais patrióticos e cívicos, por outro, a imprensa periódica educava a população e buscava apresentar um país com um líder forte e preocupado com a nação.

Neste sentido, diversas foram as propagandas que procuravam evidenciar Vargas e o associava a símbolos consagrados no imaginário popular como sinônimo do bem e do progresso. Um exemplo de cartilha escolar a ser destacado por seu simbolismo apresentava o presidente ao lado de crianças com uniformes escolares, todas sorridentes com a bandeira do país nas mãos, atenciosas ao pronunciamento do chefe de Estado.



Imagem 04: Imagem da cartilha *A juventude no Estado Novo* escolar para crianças. Foto extraída de: <http://culturaretro.blogspot.com.br/2013/08/propaganda-vargas.html>. Acesso em: 25/04/16.

Com os dizeres “Crianças! Aprendendo, no lar e nas escolas o culto da pátria, trazeis para a vida prática todas as possibilidades de êxito”, a cartilha escolar, desde cedo, levava aos estudantes lições patrióticas e demonstrações de respeito aos símbolos nacionais, o que incluía o reverenciamento ao presidente do país.

Analizando textos de lições cívicas das escolas públicas brasileiras, Carmen Nava (2007) destacou orientação autoritária e paternalista do governo, cuja identidade nacional era associada a um líder forte, que seria responsável por garantir o progresso e a ordem do país. Destaco, com isso, que de diferentes formas, o regime estado-novista buscou construir uma unidade nacional e dessa forma, diversas políticas culturais foram pensadas e articuladas em prol desse intento.

A historiadora da educação Cláudia Engler Cury (2013) apresentou uma importante discussão acerca das políticas culturais que se delinearam na Era Vargas e de como foram pensados e articulados os projetos de brasilidade para esse período. A autora chamou a atenção para a complexidade da questão, tendo em vista a multiplicidade dos fenômenos políticos que se configuraram em meio a um período ditatorial e enfatizou a importância da educação para a construção desse sentimento de brasilidade. Analisando a sociedade dos anos trinta e a construção de projetos de brasilidade, Cury destacou que no período varguista ocorreu uma política cultural preservacionista, onde o Estado centralizador estabeleceu a eliminação das diferenças regionais em prol da “identidade da nação”.

Nesse sentido, um ponto importante a destacar em meio a esse emaranhado de práticas sociais e culturais de uma dada sociedade é o processo de construção de identidades e memórias, que vão ao encontro do que Eric Hobsbawm já nos apontaria como “a invenção das tradições”.

Entendo *memória* como espaço de vivências e instrumento de poder, a partir do que Le Goff (1990) tão bem nos alerta, podemos perceber que a busca pela consolidação de um projeto de nacionalidade passou pela construção de símbolos e lugares de memória. No caso específico aqui estudado, podemos evidenciar diversos momentos e elementos que corroboraram com esse intento. Práticas que passaram a ser cotidianas como o hasteamento da bandeira, o canto do hino nacional, a construção de monumentos e a criação de órgãos⁴⁸ de proteção ao patrimônio são exemplos da dinâmica que foram instituídas pelo Estado, mas que também eram demandas sociais e configuravam novas práticas culturais.

Circe Maria F. Bittencourt (1990) é referência relevante para os estudos acerca da construção da identidade nacional brasileira, especialmente no que tange ao papel da escolarização para essa construção da “pátria amada” e sobre o que deveria ser visto como referencial de nação e de povo brasileiro. Com um estudo de caso sobre São Paulo/SP, a

⁴⁸A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 pelo governo Vargas é um marco relevante para a finalidade do governo de preservação de uma memória social e coletiva da História do Brasil.

autora apresentou um extenso panorama da esfera educacional dos anos 20 e 30 do século XX, período em que se deu o processo de fomentação de um novo projeto de nacionalidade, como já enfatizado anteriormente. Sua obra é importante para adentrarmos no papel relevante que deteve o ensino de História e de como o currículo foi pensado para contemplar as discussões necessárias à finalidade patriótica.

A disciplina História foi integrada na escola pública Pedro II a partir de sua fundação, quando se distribuiu as matérias em oito séries que, normalmente, seriam cumpridas em igual número de anos. O primeiro plano de estudos formulado, baseou-se no humanismo concebido por Bernardo de Vasconcelos, o ideólogo do Colégio Pedro II. Era uma concepção de humanismo assentada no estudo dos clássicos, associando-se este saber à construção da nacionalidade. (BITTENCOURT; 1990, p.60).

Nas pesquisas sobre o ensino na Paraíba pude enveredar por caminhos peculiares no que tange ao estado paraibano. Diferentemente da ótica nacional, que sugeriria São Paulo como o referencial de *brasilidade*, a Paraíba construiu um sentimento de *paraibanidade*, que nem por isso desfavoreceu a ordem nacional, ao contrário, partiu do regional para a esfera federal e corroborou com a construção do sentimento patriótico em prol da nação em guerra.

Diante disso, proponho questões complexas que são cruciais para o prosseguimento deste estudo, para pensarmos o contexto político e social do período e o papel preponderante da educação nesse intento: qual tipo de educação se pretendeu durante a guerra? Quais continuidades e rupturas demarcaram a sociedade brasileira dos anos 1930/1940? Quais as formas de se educar para a guerra? Quais dinâmicas foram possíveis entre o Estado e população em geral para o processo de construção de uma nova brasilidade? Como o estado da Paraíba (re)agiu frente às demandas nacionais? Como se deu a resistência do povo paraibano frente a esse cenário?

Todos esses questionamentos nos encaminham para um leque com amplas possibilidades de debates historiográficos e reflexões sociais. No entanto, as respostas para essas inquietações exigem pontos de interlocução entre a experiência e a narrativa histórica que implicam maior profundidade cronológica e historiográfica e estão para além do que comporta esse trabalho monográfico. Assim, com a confiança de que as inquietações são tão relevantes quanto as respostas, pois nos permite novos horizontes de compreensão histórica, essas questões nortearão as próximas páginas dessa narrativa.

2.3 Ruy Carneiro e a construção da *paraibanidade* em favor da guerra

Durante a Segunda Guerra Mundial, o estado da Paraíba contou com dois interventores com características distintas dentro da configuração política paraibana: Argemiro de Figueiredo (1935-1940) e Ruy Carneiro (1940-1945). Apesar de 1930 ser visto como um marco dentro da história política brasileira, com viés de ruptura para com a chamada “República Oligárquica”, é possível perceber que não houve uma mudança efetiva dentro das bases estruturais do cenário político brasileiro e a continuidade oligárquica foi revestida em novas roupagens, dialogando com as novas demandas da política varguista. Acerca disso, Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2012) atenta para o fato de que “Vargas não intentou alijar totalmente as oligarquias do poder, mas atraí-las para a causa varguista, embora lhes reduzindo a autonomia” (p.172).

Eliete de Queiróz Gurjão (1994) traça um panorama das oligarquias paraibanas e analisa o processo de crise do sistema coronelístico-oligárquico. Para a autora de *Morte e vida das Oligarquias*, as velhas estruturas persistiram Pós Movimento de 1930, embora redefinidas pelo processo histórico ao qual vivenciaram.

Nesse sentido, é importante atentar para as particularidades do estado paraibano, onde a conjuntura político-social da primeira metade do século XX desencadeará, sobremaneira, um conjunto de práticas políticas que estão presentes até os dias de hoje em nosso cenário contemporâneo. Um breve conhecimento da história política de algumas cidades da Paraíba nos permitirá compreender a continuidade dessa cultura oligárquica. Do sertão ao litoral, a predominância de famílias tradicionais que se revezam no poder é inquietante! Os coronéis de outrora se redefiniram em sujeitos com roupagens atuais, estereótipos ditos democráticos e populares, mas que continuam garantindo largas votações através de novos cabrestos.

A força e a participação ativa da população do interior do estado durante o período eleitoral também se faz notória e demonstra bem esse fenômeno político: os comícios, as passeatas, as casas pintadas das cores representativas dos respectivos partidos, dentre outras práticas recorrentes, denotam a força desse sistema e nos fazem lembrar que a dinâmica econômica ocasionada pelo *boom* da produção algodoeira no interior do estado, sobretudo a partir de 1855, foi responsável, como nos lembra Gurjão, para o fortalecimento do poder dos coronéis do Sertão e do Agreste:

A estrutura de poder na Paraíba durante a Primeira República constituiu significativo exemplo do movimento de redefinição do mandonismo local e do apogeu da política oligárquica, no bojo do processo de reestruturação do espaço nordestino. [...] o algodão, a partir de 1855, já predominava na pauta das exportações da Paraíba. Tal fato, permitiu o fortalecimento dos coronéis do Sertão e do Agreste [...] Nesse contexto, as oligarquias locais assumiram posição privilegiada junto ao poder estadual, alcançando cargos de representação política direta. (1994, p.52/53).

Desse modo, pode-se constatar que as bases em que se constituiu a estrutura do poder na Paraíba durante a Primeira República estão pautadas numa dinâmica entre o interior e a capital, embasadas pelo contexto econômico da década de 1920 e que correspondem, em larga medida, a práticas arraigadas que fazem parte até de uma cultura política predominante secular.

Embora tenha sido essencial essa breve explanação da Primeira República, é importante lembrar que o enfoque dessa pesquisa se dá, sobretudo, a partir da década de 1930, tendo em vista ser o período embrionário da política varguista e de consonância do processo de legitimidade do Estado Novo. Sendo assim, torna-se necessário um detalhamento do cenário político paraibano nesse período, que contou com duas figuras distintas à frente do governo estadual: Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro. Acerca disso, Jean Patrício da Silva (2011) caracteriza e discute esse período, traçando uma análise comparativa dos dois governos, analisando os fenômenos do “argemirismo” e do “ruysmo”, tão importantes para compreendermos as culturas políticas que se delinearam na Paraíba em meio à efervescência do regime ditatorial varguista.

Argemiro de Figueiredo assumiu o poder na Paraíba em 1935, e mesmo após a implantação do Estado Novo, em 1937, ele permaneceu no comando, como interventor. A base de seu governo possuía grande influência da Igreja Católica e forte ligação com os grandes proprietários de terra do estado paraibano. Os estudos de Silvano Fidelis Lira (2015) apontam para um governo pautado na busca pela convergência de interesses, onde:

Essa conciliação proposta por Argemiro é uma tentativa de criar uma convergência de interesses entre as elites paraibanas, interesse presente na ideologia do Estado Novo, sob a direção de Getúlio Vargas, unir, nesse sentido, não é apaziguar as diferenças nem acabar com as lutas internas pelo poder, mas criar formas de confluência de interesses, juntar em prol dos interesses partilhados. (p.45)

Apesar de estudar o período posterior ao de interesse desta pesquisa, Silvano Fidelis Lira apresenta uma interessante discussão acerca de como o governo de Argemiro esteve voltado aos interesses das grandes elites da Paraíba, mostrando que “desde os primeiros momentos de seu governo, Argemiro de Figueiredo se coloca como porta voz de uma elite local ligada a uma agricultura decadente (p.45)”.

A partir dessa caracterização do governo de Argemiro e dos desdobramentos políticos que se sucederam nos primeiros anos do Estado Novo, pode-se destacar uma questão relevante: com a reconfiguração da interventoria paraibana, quando então Vargas nomeia Ruy Carneiro para assumir o governo, em 1940, é possível perceber essa decisão como uma estratégia política, no sentido da consolidação de uma nova imagem para seu governo, com o distanciamento do clero e a ligação com os diversos setores da burguesia industrial.

Figura alheia às disputas locais, ausente há dez anos do seu estado, Ruy Carneiro se constituiu como o “novo” para o cenário político paraibano, onde estaria incumbido da função de pacificador para as tensões político-administrativas que se desencadearam no período. Ruy adentrou no governo em um momento de bastante desconforto econômico, ocasionado principalmente pelos esforços de guerra implementados pelo país. Diferentemente de seu antecessor, sua atuação voltou-se para o diálogo com as massas, para a intensa ligação com os comerciantes urbanos e em contrapartida, com a intenção da separação da Igreja Católica com o governo, ligação esta que seria ranço do Brasil imperial.

A escolha de um nome fora das disputas internas do estado da Paraíba se fez sob a ideia de ao mesmo tempo não se tomar uma posição favorável a essa, ou aquela oligarquia; ao passo que dava ao novo interventor uma autonomia de ação do governo estatal, mais ligada aos laços do poder central (GURJÃO, 1994).

Com isso, embora referenciados historicamente dentro de um mesmo contexto histórico, no caso o período do governo de Getúlio Vargas, Figueiredo e Carneiro significavam frações com culturas políticas distintas entre eles. Se por um lado, Argemiro representava as oligarquias agrárias, a influência política da Igreja e o mundo rural, Ruy era concebido como um burocrata, ligado ao urbanismo modernizante com fortes inspirações de apelo as massas urbanas.

Podemos perceber que essas diferenças são comumente utilizadas pelo jornal para dar forma à apresentação do novo interventor como um homem público de longa data, e que por

isso possuiria uma personalidade moderada, apartado de possíveis disputas políticas, e que sempre teve como interesse principal o trabalho para o interesse comum:

[...] funções essas que foram desempenhadas com inteligência e espírito público, traz o dr. Rui Carneiro para o governo da Paraíba uma larga soma de experiência no trato do interesse coletivo. [...] Paraibano ilustre, esclarecido e moderado, o dr. Rui Carneiro em todos os postos de sua vida pública, tanto em nossa terra como na capital federal, sempre esteve à altura de suas funções culturais e administrativas, nas quais nunca deixou de dispensar à Paraíba e aos paraibanos os melhores e atenções. (A UNIÃO. 31 de jul. 1940. p. 1).

Importante reiterar que o jornal *A União*, exercendo a sua função de imprensa oficial, tratou de construir a imagem de Ruy Carneiro, no sentido de legitimar seu governo como representante do Estado Novo. Para isso, o periódico passa a apresentar o caráter conciliatório e avesso as disputas oligárquicas até então em voga no estado, e associar a gestão governamental anterior o caráter maléfico no que tange a administração pública, atribuindo a Ruy Carneiro uma representação de salvador político da Paraíba. Nesse sentido, os nomes de dois importantes ex-administradores do Estado (João Pessoa e Antenor Navarro) ligados a essa determinada cultura política herdada ao novo interventor:

João Pessoa foi o gênio da ação que despertou, na alma paraibana, os movimentos de insurreição, idealismo e dignidade cívica. Antenor Navarro foi o milagre do rejuvenescimento [...] E Ruy Carneiro reviverá, nas suas iniciativas de governo, a emoção daqueles símbolos representativos das virtudes heroicas da Paraíba. (A UNIÃO, 17 de ago. 1940 p. 1).

No âmbito administrativo, o governo Ruy Carneiro passou a adotar medidas que tinham por objetivo enxugar os gastos públicos, pela necessidade financeira imediata que a Paraíba se encontrava no momento. A reforma burocrática previa, além da substituição de todos os prefeitos do Estado, por nomes de confiança do novo interventor, muitos vindos inclusive de outras regiões do país, assim como a publicação do decreto nº.140 de 30/12/1940 que tinha por objetivo criar um quadro único de servidores públicos.

Associada a essa imagem de moralizador das contas públicas, vinha o caráter personalista, característica bastante comum aos governantes à época do Estado Novo. Essa representação de Ruy Carneiro como político ativo e incansável não só poderia ser visto na ampliação das audiências públicas todas as quintas feiras em seu palácio, mas também no comparecimento do mesmo a eventos sociais, sempre registrados pelas diversas manchetes do

A *União*. O natal de 1940, foi denominado como o “natal dos pobres”, organizado pelo governo, tendo como principal realizadora do evento a sua esposa Alice Carneiro.

A institucionalização da assistência social, com a implementação do núcleo estadual da legião brasileira de assistência (LBA), ligada à máquina governamental, tendo como presidenta a senhora Alice Carneiro, teve papel fundamental para a imagem sentimentalista do governo, ajudando assim a aproximar o vínculo com as classes menos favorecidas. Mais uma vez, o papel da imprensa se torna fundamental para construir uma espécie de dívida da população paraibana para com o generoso governante que tratava as pessoas “de igual para igual, devido a sua natural simplicidade” (A UNIÃO, 30 de dez. 1944. p. 3).

Todas essas representações que viam Ruy Carneiro associado à causa pública, às realizações governamentais e às práticas assistencialistas, tentavam suprimir o caráter antidemocrático que existia no próprio cargo de interventor. Atrelando a sua atuação política à causa das massas populares, através da realização de eventos cívicos, a narrativa oficial ia de encontro com os interesses nacionais e por consequência se utilizava de um discurso inspirado diretamente no trabalhismo varguista. Porém, não podemos deixar de lado o forte centralismo político exercido por Ruy Carneiro, o controle dos meios de comunicação, a propaganda ostensiva de seu governo e o apagamento de quaisquer manifestações contrárias de oposicionistas. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial também se tornou um fator fundamental para a tentativa de se propagar um discurso unívoco em prol da defesa nacional, contribuindo ainda mais para a mitificação de sua figura que até hoje emana uma aura de conciliador na historiografia paraibana.

Acompanhando a dinâmica do governo federal, o estado da Paraíba contou com a interventoria de Ruy Carneiro e suas ações visando à construção de um sentimento de brasilidade, e mais do que isso, de *paraibanidade*, afim de que grande parte da população deste estado se apropriasse desse sentimento e demonstrasse manifestações cívicas de amor à pátria.

As estratégias de manutenção do poder por parte do presidente Vargas se darão de diversas formas, desde a intensificação de regimes de censura até as alianças com países democráticos. Com isso, tornou-se necessário a forte utilização dos meios de comunicação para a construção da imagem desse governo forte, centralizado e nacionalista. O estado da Paraíba, por sua vez, contava com o interventor Ruy Carneiro (1940/1945), que enfatizava as pretensões do governo nacional por meio de ações públicas e patrióticas recorrentes.

O Jornal *A União*, se constituiu como fonte essencial para a propagação dessa imagem. Nesse sentido, discursos patrióticos, apelo por apoio da nação e uso dos símbolos nacionais como sinônimo de identidade e unidade foram intensificados nesse período. Como as pesquisas nos periódicos me apontaram, caracterizando um panorama político-social paraibano em consonância com os ideais varguistas do período.

Percebo através da leitura desses documentos, que no estado da Paraíba, esse jornal procura destacar que existiu muito ânimo por parte da população no momento de entrada do Brasil na guerra. E, para justificar essa ideia os artigos do jornal procuram citar as mudanças de comportamento que foram alterados pelo clima do confronto bélico. Diversos setores da sociedade criaram novos hábitos e novas rotinas diante do clima que se estabelecia no estado: havia reunião de pessoas nas praças para ouvirem notícias sobre o estado de beligerância, as pessoas se recolhiam mais cedo com medo dos aviões em treinamento que pairavam no céu, e como já nos referimos, o cinema era contagiado com os filmes de guerra, o campo da moda aderiu às estampas do exército⁴⁹. As notícias dadas pelo Rádio e pelos jornais deixavam a população inquieta e curiosa. Nas escolas, nas igrejas, nos bares, nos cinemas, nas praças da capital, o assunto principal era a entrada do país na guerra e a consequente contribuição do estado paraibano na luta contra as forças do Eixo. O campo educacional paraibano também foi influenciado pela atmosfera da guerra, predominando o incentivo aos soldados brasileiros que se preparavam para ir ao confronto em 1943. Mesmo os estudantes que ainda não possuíam idade para ingressar na força militar brasileira procuravam de alguma forma dar a sua contribuição para a nação. Com esse pensamento, foi criada a Brigada Estudantil Paraibana, uma organização com o intuito de fazer movimentos e reuniões para tratar sobre a Guerra. Dessa forma, os estudantes sentiam-se ativos. Nesse sentido, é importante destacar a forma como a Guerra adentrou no imaginário e no cotidiano da população, tendo a classe de estudantes se movimentado a fim de demonstrar o seu amor pela pátria (MELLO, 2003).

As pesquisas no jornal *A União* apontam que havia manifestações de estudantes de diversas escolas paraibanas em favor da guerra. O principal objetivo era o apoio aos pracinhas. Algumas matérias do jornal dão destaque a essas manifestações e o que se percebe é a finalidade do periódico do governo de divulgar ações patrióticas das escolas a fim de servirem de modelo para a população paraibana⁵⁰.

⁴⁹Para maiores detalhes, ver Mello (2003). O autor destaca alterações no cotidiano da sociedade paraibana em virtude do conflito mundial.

⁵⁰Algumas dessas matérias serão detalhadas e analisadas no terceiro capítulo deste trabalho.

Para além do campo educacional, outros espaços constituíram-se como terreno de educação patriótica e o jornal *A União* teve forte participação nesse intento. As pesquisas nos periódicos apontam que as notícias da guerra eram repercutidas diariamente e o desenrolar dos acontecimentos após a entrada do Brasil no confronto foram fortemente propagados. A busca de comoção da população paraibana e o apoio necessário à nação brasileira para esse momento de tensão seriam alcançados graças, em parte, a essa construção de sentimento patriótico em favor da guerra.

O ano de 1942 foi de intensa movimentação no órgão oficial do estado, com diversos pronunciamentos do interventor Ruy Carneiro, discursando sobre os rumos do país, bem como sobre o que ele denominou de “participação ativa do povo paraibano”. O caráter político aparente em cada discurso demonstra as estratégias do governo para com os assuntos da nação. Um ponto de destaque é com relação à demonstração de apoio e irmandade do Brasil para com os Estados Unidos, que após ter sua base naval de *Pearl Harbor* atacada pelos japoneses, vai contar com inúmeras declarações de apoio do governo federal do Brasil, bem como dos representantes estaduais. Neste caso, destaco um pronunciamento de Ruy Carneiro, do dia 18 de julho de 1942, quando concedeu entrevista à imprensa carioca e falou em nome dos paraibanos:

Nesta hora em que vemos o mundo dividido em dois campos, a Paraíba fôrmou, desde os primeiros momentos, ao lado dos povos que querem viver livres e repelem o nazismo agressor e perverso. [...] Desde então, vigilante, a população do meu pequeno Estado vem tomando todas as providências para que ali não medrasse essa herva daninha que tem derrubado nações poderosas: a quinta coluna. Cada paraibano é um soldado da liberdade e não permite que viceje esse produto da traição e da deshonra, que não trepida em vender a própria pátria para a satisfação de seus mesquinhos interesses pessoais.

A força simbólica que detinha o representante maior do estado da Paraíba se materializava em sua fala enfática e carregada de autoridade, pois se atentarmos para o trecho do pronunciamento acima exposto, perceberemos que a linguagem utilizada por Ruy Carneiro é imperativa no sentido de falar em nome de toda uma população. Esse detalhe é relevante para indagarmos sobre quais sujeitos eram esses que o interventor enfatizava? Sua fala partia de uma autoridade construída no campo do institucional, mas qual a relação prática com a população paraibana e com o que se pretendia falar em nome dela?

Atentar para essas questões são importantes para que não esqueçamos que pesquisei as fontes oficiais do estado e como tais, estas estão carregadas de intencionalidades múltiplas. O grande desafio estaria em perceber as nuances que caminham entre o dito e o não dito, entre o

institucional e o prático, o burocrático e o efetivo. Pois, podemos vislumbrar que este discurso contempla parte dos habitantes da capital e de algumas cidades de maior porte da Paraíba, e dificilmente essas ações de comunicação tinham capilaridade nos interiores do sertão paraibano ou em comunidades rurais afastadas dos meios urbanos.

Diversos são os momentos em que os pronunciamentos de Ruy Carneiro serão explicitados nos periódicos, em matérias de destaque. Matérias estas que valem a pena serem aqui destacadas, devido a força que detiveram sobre a conjuntura do momento de preparação ideológica e patriótica. Neste sentido, procuro destacar algumas que julgo mais emblemáticas para os questionamentos que fiz ao longo desta pesquisa.

O atentado do dia 18 de agosto do ano de 1942 foi decisivo para os rumos do país e o interventor da Paraíba fez questão de fazer seu pronunciamento em nome do estado paraibano, em matéria do dia 22 de agosto, sob o título “A Paraíba está como um só homem nessa luta contra os inimigos da civilização e da liberdade”:

Soldados do Brasil: Há algumas horas que os espíritos brasileiros estão em intensa perturbação em consequência dos atentados traiçoeiros e vis praticados pelos agentes nazistas nas costas da Baía, onde pereceram indefesos brasileiros, onde tivemos perdas materiais e de onde sofremos grande abalo moral com o afundamento de cinco navios de nossa marinha de cabotagem. Em consequência desse doloroso golpe que acabamos de sofrer, desferido pela brutalidade nazista, a minha terra, a Paraíba, se encontra desde ontem em convulsão, pelas justas exaltações do meu povo em demonstração de protesto contra o atentado de que foi vítima o Brasil. Sinto a felicidade, nesta hora angustiosa que atravessamos, de falar a voz da Paraíba diante deste pugilo de bravos do Exército Brasileiro para expandir os sentimentos de nossa indignação contra a atitude covarde dos inimigos da civilização, ou melhor, da Humanidade, para com os quais não devemos ter condescendências e agir com ferro em brasa para mostrar-lhes que não somos um país de escravos! (A União, 22 de agosto de 1942, p.6)

A matéria é explicitada no periódico no mesmo dia em que o Brasil declara estado de guerra. Com isso, podemos ver a intencionalidade do interventor em alertar a população e mais do que isso, apelar para que ela esteja pronta para o embate que se anunciara. Buscando sensibilizar a população, Ruy Carneiro fala em nome da Paraíba e usa as manifestações ocorridas dias antes como sinônimo de convulsão e revolta popular.

Após a declaração oficial de entrada do Brasil na guerra, o interventor Ruy Carneiro apressou-se para demonstrar seu apoio à causa da guerra e em entrevista ao Diário da Noite, proferiu calorosa mensagem:

Desde o primeiro instante, desde que vimos os Estados Unidos covardemente apunhalados pelas costas, que nos pronunciamos contra a borda sanguinária dos países totalitários. Dessa atitude nunca nos afastamos, tendo sido sempre veementes, decisivos e desassombrados os nossos pronunciamentos. [...] Agora, quando a suprema covardia dos piratas eixistas levou a morte a centenas de patrícios, envolvendo em luto inúmeros lares brasileiros, outro não podia ser o caminho a seguir. Nunca quisemos a guerra, e sempre nos colocamos distantes dos países em luta. Mas, dentro do conflito, todos nós brasileiros, saberemos ser dignos dos exemplos que nos legaram os nossos maiores. De que vale a vida si para usufruí-la tivermos que abdicar os nossos sentimentos de honra, liberdade e justiça? Antes a morte honrosa nos campos de batalha que a vida miserável de escravos. Mas, venceremos. E com a vitória das forças democráticas contra as potências do mal o mundo verá abrir-se uma nova era, um novo ambiente em que não mais medrarão as doutrinas fascistas. (A União, 23 de agosto de 1942, p.3)

O pronunciamento de Ruy Carneiro, cuja matéria no periódico trazia como título os dizeres “Antes a morte honrosa nos campos de batalha do que a vida de escravos” carrega uma complexidade de sentidos para a discussão da política brasileira delineada no período. Como podemos perceber, o interventor da Paraíba faz questão de enfatizar o fortalecimento das relações entre Brasil e Estados Unidos, e mais do que isso, parece não querer deixar dúvidas quanto ao posicionamento do Brasil pró Aliados, embora logo em seguida, enfatize a neutralidade brasileira (que duraria até o estopim, com os ataques aos navios no litoral baiano).

Outro ponto importante a atentarmos diz respeito às palavras de efeito utilizados pelo representante do estado paraibano, que fazem menção a sentimentos nobres a uma nação que se preze, como “justiça” e “liberdade”, imagem pretendida para a nação brasileira. Discursos com esse intento serão notórios nos periódicos e as pesquisas nos mostram que as representações da imprensa paraibana serão cruciais para a propagação de ideais nacionalistas. O jornal oficial do estado, mais do que informar, educava para/sobre a guerra. E juntamente com matérias de destaque acerca de manifestações escolares e propagandas patrióticas, o governo procurava construir um ideal de brasilidade, como nos mostrará o último capítulo deste trabalho.

Capítulo III

COMO SE CONSTRÓI A PÁTRIA AMADA? REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA PARAIBANA PARA PROPAGAÇÃO DOS IDEAIS NACIONALISTAS

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas nos de tendência totalitária ela adquire uma força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula. O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e simbólica. Tenta suprimir, dos imaginários sociais, toda a representação de passado, presente e futuro coletivos, distintos dos que atestam sua legitimidade e caucionam seu controle sobre o conjunto da vida coletiva (CAPELATO, 2009) ⁵¹.

Para se pensar a História da Paraíba durante a conjuntura de guerra e vivendo em pleno regime ditatorial varguista, é de crucial importância que atentemos para o papel que a imprensa exerceu sobre a sociedade paraibana nesse período. Como destacada pela autora Capelato na citação acima, o poder político estatal, em virtude do controle dos meios de comunicação, foi decisivo para a propagação dos ideais nacionalistas. O jornal oficial do estado, serviu, deste modo, de disseminador de valores, notícias e ações patrióticas. O jornal educava seus concidadãos, disseminava práticas e valores, corroborando assim, com a construção de um ideal nacional que se pretendia para o momento. Acerca disso, cabe a reflexão de Ângela de Castro Gomes (2010) quando salienta que:

[...] processos de construção de identidade envolvem sempre dimensões simbólicas e práticas, ou seja, envolvem a “invenção”, a divulgação, a imposição e a adesão de um grupo, a ideais, valores, crenças, ideologias, etc., que são operacionalizados e/ou materializados em instituições, rituais, festas, símbolos, etc. (p. 148)

Dentro dessa perspectiva, podemos elencar diversos elementos que contribuíram com esse projeto ideológico do Estado, evidenciados pelos periódicos: relatos de manifestações de civis, propagandas de cunho nacionalista, pronunciamentos fervorosos do presidente Getúlio

⁵¹CAPELATO, Maria Helena R. Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Vargas e do seu representante estadual, o interventor Ruy Carneiro, divulgação de ações pedagógicas de apoio à nação e posicionamentos de intelectuais do período foram algumas das diversas práticas recorrentes em meados de 1942, momento decisivo para o Brasil no contexto da guerra. Esse cenário denota a preocupação do governo em comover a população e garantir o apoio geral para o estado de guerra. O jornal *A União* seria o porta-voz central nessa empreitada.

As pesquisas me apontaram diversos momentos em que o periódico serviu como propagador dos ideais nacionalistas e algumas delas serão detalhadas e analisadas neste capítulo. A escolha dos artigos do jornal foi feita com base no recorte temático e temporal a que se propõe este trabalho, ou seja, os que se desdobram em virtude do conflito mundial.

3.1 Construindo a *pátria amada* nas linhas de *A União*

Construir um projeto de nacionalidade não é das tarefas mais fáceis, pois se por um lado, o regime ditatorial determina o que deve ser dito e ouvido, por outro, a população precisa se apropriar do sentimento de amor pela pátria para que se torne conivente com o projeto estatal. Um projeto de nacionalismo bem-sucedido ocorre quando as pessoas de um determinado país criam relações de sentidos com os discursos de nacionalidade emanados pelas diversas esferas que compõem a conjuntura política em questão. É imprescindível que se crie um ideal de nação pela qual se identifique a sua comunidade.

Benedict Anderson (2008) nos lembra que “‘Nações’, mais do que inventadas, são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções. (p.10)”. Ora, no caso do Brasil, o governo pretendia garantir à população uma nação dentro da *ordem* e do *progresso*, projeto que foi introduzido aos poucos no imaginário social e passou a fazer parte do anseio de parte da população brasileira.

Com a instauração do regime republicano, em 1889, muitas marcas do Império permaneceram e mesmo tendo sido pensados vários elementos para darem formato a um novo ideal de nação, a República brasileira teria – em conformidade de pensamentos dos teóricos contemporâneos – roupagens diferenciadas nos dois primeiros quartéis do século XX. Logo,

pensar o ideal de nação no Brasil após 1930 com a chamada “Era Vargas” é pensar um novo projeto de nacionalidade.

Acerca disso, Anderson enfatiza o relevante papel da imprensa para o fenômeno do nacionalismo, pois “O jornal [...] proporcionaria os meios técnicos ideais para ‘re-presentar’ o tipo de comunidade imaginada a que corresponde uma nação. (p.12)”. E neste caso, o jornal *A União*, órgão oficial do estado paraibano será o responsável por construir as representações de uma pátria pretendida: a pátria amada.

Os mecanismos utilizados pela imprensa para tal intento serão diversos. O rádio, meio de comunicação mais popular na década de 1940, se encarregava de propagar as notícias dos periódicos através de sua própria linguagem. Não obstante, os jornais impressos eram lidos nos trens, nas praças e em outros espaços urbanos de circulação de pessoas, de modo que o fato grande parte da população paraibana ser analfabeta nesse período não foi empecilho para a disseminação das manchetes do *A União*.

As notícias sobre a guerra ora chegavam de trem, ora se aglomeravam junto aos transeuntes nas vias públicas ou ainda apareciam de mansinho nas mesas de bares e bodegas da capital. O fato é que esses documentos procuram demonstrar que a população paraibana ouvia, apreendia e mais do que isso, construía relações de sentidos sobre esse momento ímpar de sua própria história. No entanto, essas fontes não falam das possíveis críticas, das resistências ao Brasil entrar na guerra, não se referem em nenhum momento sobre as opiniões que pudessem divergir do tema.

E. P. Thompson (1998) em sua obra “Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional”, analisa o significado do tempo em diversas sociedades (pré-industrial e industrial). O autor enfatiza que ocorre uma nova configuração de tempo pelo capitalismo e o próprio processo de resistência das pessoas às normas desse sistema, o que nos permite pensar sobre como essa dinâmica se dá no contexto específico que estamos aqui tratando. Ou seja, nos suscita refletir de que forma se deu essa nova dinâmica de tempo ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial no estado da Paraíba, onde muitas pessoas tiveram seu ritmo de vida alterado devido ao confronto. Exemplificando mais claramente, podemos citar a corrida em tempo recorde de preparação da FEB⁵², quando teve que se enquadrar aos padrões norte-

⁵²Luciano Bastos Meron (2003) em sua dissertação **Memórias do Front: Relatos de Guerra de Veteranos da FEB**, aborda detalhadamente o processo intenso de preparação militar brasileira no pouco tempo em que lhes restava para o combate na Europa.

americanos em tão pouco tempo; o tempo de ir à praça ouvir as notícias lidas sobre a guerra⁵³; o tempo de ir ao cinema assistir excepcionalmente à filmes com a temática da guerra; o tempo para novos cursos de enfermagem de Emergência; a intensificação do processo de produção da borracha para a guerra⁵⁴ e o novo tempo de dormir (mais cedo) com receio dos ataques aéreos são exemplos de como a dinâmica de tempo foi alterada devido a esse momento específico pelo qual o país passava⁵⁵.

O mês de agosto de 1942 foi de intensa movimentação nas linhas de *A União*, devido a entrada do Brasil no confronto. As pesquisas nos mostraram o processo gradativo da decisão, pois semanas antes da declaração oficial o país já externava cotidianamente suas intenções, com matérias atacando o Eixo e manifestações patrióticas de ordens diversas.

O paraibano Joaquim Mendonça de Sousa⁵⁶ foi umas das vítimas do torpedeamento e seu nome foi utilizado pelo do periódico como forma de sensibilizar a população local. Tripulante do *Baependy* quando do afundamento do navio, a imagem do paraibano é estampada no jornal durante alguns dias, que noticia seu desaparecimento e enfatiza a situação comovente da família do cidadão. Interessante observar também o discurso de ataque das forças nazistas pelo periódico, que agora serão recorrentes: “Mais uma vítima paraibana surge do covarde atentado nazista à Marinha Mercante Nacional” (*A União*, 26 de ago. de 1942; p. 5). Ao pesquisar as páginas de *A União* nos meses anteriores, percebi que o discurso contra o nazifascismo só ganhou forma e dimensão após o rompimento das relações diplomáticas com a Itália e a Alemanha, no início do ano de 1942 e, concomitantemente, o fortalecimento das alianças com os Estados Unidos.

O jornal oficial do estado também evidencia os apelos à população paraibana para o estado de guerra. A notícia do último torpedeamento aos navios brasileiros vem estampada no *Jornal A União*, na tentativa de causar uma comoção popular e suscitar um sentimento de justiça pelas vítimas paraibanas. Com isso, parte da população vai às ruas demonstrar a

⁵³Ver mais em: MELLO, José Octávio de Arruda. Nos tempos de Félix de Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Rdemocratização (1937/1947); João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

⁵⁴María Verónica Secreto (2007) em “Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas” disserta sobre a histórias de muitos nordestinos que participaram da chamada “Batalha da Borracha” durante a Segunda Guerra.

⁵⁵O *Jornal A União* faz várias menções ao processo de produção da borracha, como por exemplo na matéria do dia 08 de maio de 1942 (p.7), bem como ao curso de enfermagem de emergência, que viria a formar enfermeiras para a necessidade do país nesse momento (03 de maio de 1942, p.5).

⁵⁶A notícia explicita informações do tripulante como sendo residente na cidade de Caiçara e com idade de 39 anos. Para efeito de maior comoção, a manchete estampa a fotografia do paraibano, apresenta-o como cidadão estimado e de boa índole e discorre sobre a falta de seu nome na lista dos sobreviventes.

indignação e clamar por justiça e esse momento é externado pelo Jornal como uma prova de patriotismo, sendo narradas detalhadamente as manifestações populares nos dias seguintes ao torpedeamento. É importante atentar para o destaque dado pelo jornal à notícia do torpedeamento: a manchete principal subtende uma ênfase muito maior não explicitada nas páginas seguintes. O que se percebe é a forte entonação para a notícia com o propósito de gerar comoção popular.

Desde ante-ontem aos primeiros momentos da divulgação da dolorosa notícia, formou-se nessa cidade [João Pessoa] um verdadeiro movimento patriótico, de que participaram, todas as classes, vibrantes e cheias de entusiasmo, profligando a selvagem agressão, que fere todos os elementares princípios do direito internacional. (*A União*, 20 de Agosto de 1942, p. 6)

O momento de participação popular é comparado à Revolução de 1930, em coluna em *A União*: “A Paraíba está de pé contra a hora do Brasil. Toda a cidade de João Pessoa⁵⁷ apresenta um grandioso aspecto comparado aos grandes dias de 30” (p.6) A associação ao movimento de 1930 mostra um discurso voltado para as questões de um fato marcante na história paraibana, no que tange às questões de participação da população.

Os periódicos trazem uma representação sobre o estado da Paraíba em consonância com a esfera nacional. A apresentação diária das notícias, dos anúncios publicitários voltados para a temática da guerra e os discursos proferidos por intelectuais que atuam em colunas diárias no *A União* são um conjunto de práticas que reforçam a política nacionalista essencial para o período intenso que foi o da Segunda Guerra Mundial. A comparação do movimento popular (após o torpedeamento dos navios brasileiros) ao Movimento de 1930, por exemplo, é elemento de legitimação de uma tradição, criada e sedimentada nos pilares sociais, como nos apontam HOBBSAWM e RANGER (1995).

Para a invenção dessa tradição, o campo da linguagem é de suma importância, pois constrói uma narrativa baseada nos pilares da experiência e do passado, como nos apresenta Franklin R. Ankersmit (2012). Ou seja, a experiência do Movimento de 1930 é utilizada como reforço para o presente contexto da efervescência do clima de tensão após a entrada do Brasil no confronto mundial. Ankersmit nos lembra ainda que a representação é sempre autorizada por uma tradição e nesse sentido, percebe-se que o órgão oficial do Estado serve de ferramenta para construir a narrativa que evidencie determinada tradição, no caso, a tradição

⁵⁷As citações extraídas do jornal constam da mesma forma, sem alterações na escrita.

de um país patriótico e de uma população preocupada com sua nação, disposta a ajudá-la a vencer o combate.

O sentimento de patriotismo vai sendo fortalecido cada vez mais em vários espaços da sociedade brasileira. A escola, por sua vez, será um desses espaços fundamentais e terá papel preponderante para a construção dessa pátria amada, criando manifestações cívicas, de cunho fortemente nacionalista⁵⁸. E dentro desse panorama, a imprensa se utilizará desse aparato educacional para sua narrativa diária, exibindo uma coluna específica da atuação das escolas públicas paraibanas no sentido de propagação desse nacionalismo específico que se delineou no país.

O estopim para a entrada oficial do país, que até então tentava manter-se neutro no conflito, como já foi dito, foi o afundamento de seus navios no litoral baiano, em 18 de agosto desse mesmo ano, pelos submarinos alemães. E é importante perceber a ênfase dado pelo jornal, que trazia estampada a notícia:

Desta vez nas suas próprias águas perde o Brasil vidas preciosas, ceifadas pela pirataria nipo-nazi-fascista em quebra dos mais comensais princípios do direito internacional.

A posição do nosso país – é oportuno historiá-la – nesta segunda guerra que enluta a humanidade foi de uma neutralidade a toda prova, reconhecida e proclamada pelos próprios beligerantes. Envolvidos os Estados Unidos no conflito mundial, pela calculada traição japonesa de Pearl Harbour, os interesses americanos viram de repente ligados à sorte da Inglaterra e das outras nações que combatem pela democracia. (A União, 18 de Ago. 1942, p.1)

É interessante atentar para a forma como o periódico apresentava as notícias sobre esse momento de tensão. Pode-se perceber um tom dramático na escrita, o que ocasiona uma comoção popular muito mais enfática. A ênfase dada à neutralidade do Brasil no conflito em contrapartida com o exemplo da luta pela democracia das nações aliadas parece justificar a iminente entrada do país na Guerra.

Contraditório à situação política vivida pelo Brasil – numa ditadura simpatizante com os países de regime totalitários – o presidente Getúlio Vargas declara apoio total às nações democráticas já que as relações entre Brasil e Estados Unidos eram bastante intensas. Os jornais faziam questão de externar essa relação de “irmandade” entre Estados Unidos e Brasil

⁵⁸A historiadora Vânia Cristina da Silva, em sua dissertação intitulada *Ó pátria amada, idolatrada, salve!salve! Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)* traz uma abordagem relevante que corrobora com o intento dessa pesquisa, pois analisou como as festas escolares e as manifestações cívicas se processaram na Paraíba durante o Estado Novo (1937-1945) e como tais práticas foram usadas como ferramentas de educação nacional.

a todo o momento. Por sua vez, o interventor paraibano Ruy Carneiro fazia questão de evidenciar discursos patrióticos em apoio à decisão política federal de entrada na Guerra. Não bastasse isso, ele enviou telegramas ao presidente Vargas externando sua solidariedade e conclamando movimentos nas ruas de exaltação da nação. E mesmo estando no Rio de Janeiro, em suas atividades de governo, não deixou de acompanhar as atividades do interventor interino, o Sr. Samuel Duarte.

No dia 20 de Agosto de 1942, dois dias após o torpedeamento dos cinco navios brasileiros no litoral baiano, parte da população paraibana, em especial cidadãos da capital e da cidade de Campina Grande⁵⁹, se mostra ofegante para lutar pelas causas da pátria. A coluna no jornal intitulada **A Paraíba de pé contra os agressores nazistas** aborda as manifestações populares, com passeatas, comícios e o fechamento do comércio e dos cinemas da Cia Exibidora de filmes S/A, em luto pelo afundamento dos navios brasileiros.

O governo, com a sua política ditatorial, em pleno vigor do Estado Novo fazia sentir os efeitos de suas ações em diversas esferas da sociedade. O Jornal oficial é um típico exemplo, pois tinha como prioridade externar uma imagem da Paraíba de apoio à nação e de sentimento de brasilidade. O Jornal *A União* sensibilizava a população com as fotografias dos paraibanos que viajavam a bordo nos navios torpedeados e estavam desaparecidos. Uma secção era reservada para apresentar os paraibanos desaparecidos e narrarem, inclusive, suas trajetórias de vida, como fez com Jaime, João Dias júnior e Gilberto Costa.

Em 22 de agosto, quatro dias após o torpedeamento, o governo declara estado de guerra e a partir de então se sucedem várias manchetes de apelo popular, com discursos do próprio presidente e de outras figuras influentes no cenário político e intelectual brasileiro. Na Paraíba, o grande destaque será o interventor Ruy Carneiro que externará por diversas vezes seu sentimento de apoio à pátria.

No dia seguinte à entrada do país no confronto mundial, o discurso proferido pelo Jornal era em tom de pesar, suscitando a comoção popular, em face da desumanidade com que os alemães atingiram os navios brasileiros: “O covarde torpedeamento dos nossos navios pelos agressores do ‘eixo’ trouxe o luto a inúmeros lares brasileiros, contando-se entre as vítimas do ignominioso atentado vários paraibanos.” (*A União*, 23 de ago. de 1942, p. 5). O jornal ainda fazia questão de relatar os nomes dos familiares das vítimas, bem com suas atividades profissionais, o que transparecia uma apelação, na tentativa de sensibilizar a

⁵⁹Encontramos nos periódicos relatos de manifestações cívicas ocorridas nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

população. A ideia do luto pela perda dos paraibanos é a estratégia utilizada pelo governo, na tentativa de induzir o povo ao patriotismo.

O discurso proferido pelo Jornal era em tom de pesar, suscitando a comoção popular, em face da desumanidade com que os alemães atingiram os navios brasileiros. O jornal ainda faz questão de relatar os nomes dos familiares das vítimas, bem com suas atividades profissionais, o que transparece uma apelação, na tentativa de sensibilizar a população.

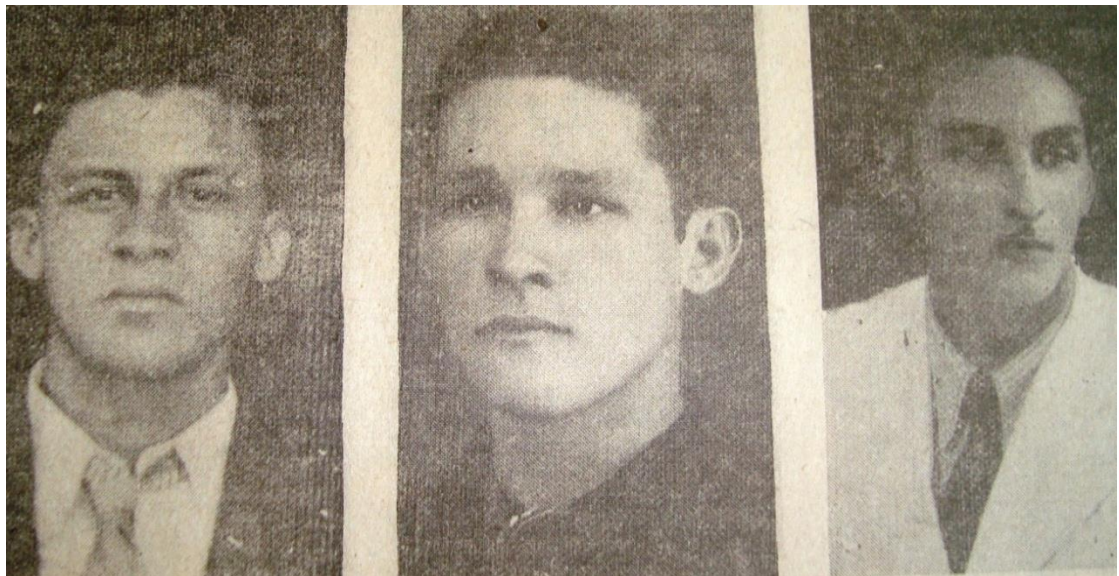


Imagem 05: Fotografia extraída e adaptada do Jornal A União, em matéria do dia 23 de agosto de 1942, p.5.

A declaração da entrada do Brasil na Guerra, em reunião no gabinete ministerial do Palácio Guanabara, no dia 22 de agosto é estampada em primeira capa no Jornal, no dia seguinte. Se antes a população paraibana vivia em estado de alerta com receio de agressões do Eixo e atenta ao andamento da guerra no outro continente, agora tinha de conviver com o clima tenso de preparação militar do Brasil.

O sentimento patriótico apresentado nas seções do jornal procurava contagiar a população paraibana e convencer o maior número possível de pessoas para o apoio à causa da guerra. Com a declaração de entrada do Brasil na guerra, noticiada rapidamente pelo Rádio e pelos *Placards*⁶⁰ que a União fez colocar em vários pontos da cidade, parte da população da cidade de João Pessoa sai às ruas em mais manifestações patrióticas. O Ponto de Cem Réis era palco dessas manifestações cívicas pela democracia. Tal euforia não passa despercebida pelo órgão oficial e é evidenciada dia-a-dia através de matérias de destaque no periódico.

⁶⁰Espécies de murais colocados em pontos estratégicos de João Pessoa para informar a população sobre a entrada do país na Guerra.

Entretanto, é importante levarmos em consideração a carga de parcialidade e de intencionalidade caracterizadas por jogos políticos que se estabeleciam dentro desse meio de comunicação. Dessa forma, podemos extrair, inclusive, as dissonâncias e afinidades de elementos políticos do período estudado.

Desde ontem assumiu o Brasil participação direta na luta em que se empenham as forças da Democracia contra os inimigos da liberdade humana. A posição do nosso país, agora expressa firmemente, foi ditada pelos princípios de honra, que assistem a um povo livre. Precisamente há uma semana, indefesas embarcações brasileiras eram covardes e criminosamente atacadas dentro de nossas próprias águas, com perda de vidas preciosas. A esse ultraje a nossa bandeira, só podíamos reconhecendo o estado de beligerância entre a nação brasileira e as nações agressoras. A decisão do govêrno é assim, uma expressão dos sentimentos nacionais, horrorizados diante daquela sucessão de atentados a nossa soberania, que culminaram em requintes da mais torpe selvageria e deshumanidade. (A União, 23 de ago. de 1942 p.1)

Um ponto contraditório do governo Vargas é refletido na escrita do próprio jornal. Em plena ditadura, a mensagem de entrada na Guerra foi de luta em favor da democracia: “Desde ontem, assumiu o Brasil participação direta na luta em que se empenham as forças da Democracia contra os inimigos da liberdade humana.” (A União, 23 de ago. de 1942, p1.) O discurso exibido representava um país livre, que aclamava a liberdade e a Democracia. No entanto, a realidade do povo brasileiro era de repressão e controle da ordem.

As relações amistosas entre o Brasil e os Estados Unidos também foram destaque nas matérias do *A União* e se intensificaram durante a II Guerra Mundial. Com a Política da Boa Vizinhança⁶¹, o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) irradiou apoio ao país latino-americano, com empréstimos financeiros e palavras de pesar e solidariedade diante dos atentados do Eixo no litoral brasileiro.

O Jornal fez questão de apresentar todos os relatos de declarações de apreço e solidariedade que eram emitidas ao governo dos Estados Unidos, bem como a reciprocidade norte-americana. Esses relatos aparecem em diversos momentos no jornal, principalmente após a entrada dos Estados Unidos no confronto, quando o Brasil se viu na obrigação de tomar partido e sair da sua neutralidade. Após isso, as relações entre os dois países se

⁶¹Segundo artigo *A política externa dos Estados Unidos: Uma análise da doutrina Nixon*, de Sandro Heleno Moraes Zapelão, a política da Boa Vizinhança se configurou em medidas de boas relações com os demais países da América Latina, diferentemente do que ocorria até então. A partir do governo de Franklin Delano Roosevelt, essa política foi posta em prática e a imagem dos Estados Unidos como um país democrático e se intensificou durante a II Guerra Mundial.

estreitaram ainda mais, com empréstimos concedidos ao Brasil para a construção da Usina de Volta Redonda.

Intensificam-se também os acordos econômicos entre os dois países, como pode ser visto em relato intitulado “Firmados mais seis acordos econômicos entre Brasil e Estados Unidos”

Ao comício de segunda-feira à noite sucederam-se as manifestações públicas de ontem, que se realizaram durante todo o dia. Pela manhã, realizou-se uma grande passeata, ostentando os manifestantes cartazes com as fotografias dos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos. Uma multidão calculada em cinco mil pessoas constituiu o patriótico cortejo em que se viam, de mistura, elementos de todas as classes sociais, inclusive alunas dos nossos principais educandários numa unânime demonstração de sentimento de brasilidade. (A União – 20 de Agosto de 1942, p.1)



Imagem 06. Comício no Palácio da Redenção. Retirada do Jornal *AUnião*, em coluna do dia 20 de ago. de 1942

A imagem 6 acima é apresentada pelo jornal como a fotografia do comício realizado em frente ao Palácio da Redenção. O evento é tratado pelo periódico como uma grande manifestação de apoio ao “irmão da América”, os Estados Unidos, celebrando os acordos recém firmados. No entanto, nosso questionamento sobre esse momento representado pela fotografia, é se, de fato, havia a consciência da população sobre o teor desses acordos. Apenas

figuras masculinas compõem a cena fotográfica e esse já é um elemento importante de questionamento acerca de que representatividade paraibana se estava tratando.

É notória a preocupação do governo paraibano em demonstrar a irmandade com os Estados Unidos, onde a população de forma geral participava desses apreços, com manifestações nas ruas e declarações diversas. A inquietação que se coloca aqui é com relação à dimensão dessa participação das pessoas: movidos por quais sentimentos e por quais ideologias se empenhavam nessa demonstração de irmandade? O que os Estados Unidos representavam no imaginário social desses paraibanos? Responder a esses questionamentos não parece tarefa simples, quando se analisa as entrelinhas de um órgão oficial do governo. O que transparece é a intenção do governo brasileiro na construção do apoio maciço da população em relação as ações bélicas de defesa da pátria. Mas isso não pode ser afirmado somente pela consulta dessas fontes. Segundo o jornal o estado da Paraíba acompanhava os intuitos da federação e por sua vez, a população paraibana absorvia essa responsabilidade. É sabido que grande parte da população brasileira, na década de 1940, não possuía instrução escolar, e a maioria dos soldados que foi rumo ao combate não dispunha de níveis de formação. Essa constatação me provoca diferentes reflexões acerca da consciência (ou da falta dela) política que se tinha nesse momento.

As relações amistosas entre Brasil e Estados Unidos se intensificaram ainda mais em vista dos atentados contra o litoral brasileiro e o *A União* explicitava as trocas de telegramas entre os dois presidentes, Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt. Um exemplo a ser destacado é a matéria de 23 de agosto de 1942, onde o periódico traz como manchete principal **“O Brasil em estado de guerra com a Alemanha e Itália”**, com a imagem do presidente do Brasil, discurso patriótico por parte do jornal exaltando a decisão do país e o pronunciamento do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, em telegrama enviado a Vargas:

Fui informado de que os Estados Unidos do Brasil reconheceram hoje, que existe o estado de guerra entre o Brasil de uma parte e a Alemanha e a Itália de outra. Em nome do govêrno e povo dos Estados Unidos expresso a V. Excia. a profunda emoção com que este país recebeu êsse valoroso ato.(p.1)

O que se percebe é que o periódico prezava por destacar a figura do presidente Getúlio Vargas como um governante preocupado e zeloso da nação, bem como enfatizava a aclamação patriótica do povo brasileiro e a relação de irmandade entre Brasil e Estados Unidos. Como já foi destacado em matérias anteriores, diversos foram os momentos em que

essas manchetes eram evidenciadas nos jornais, especialmente quando o governo buscava justificar a entrada na guerra, o apoio aos Estados Unidos e a necessidade de cooperação da população para a causa da defesa nacional.

3.2 Publicidade e propaganda em favor da guerra

A utilização da publicidade e propaganda foi elemento fundamental para a política nacionalista implementada pelos países durante a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que anúncios foram pensados intencionalmente como um discurso a ser propagado no cotidiano das pessoas, revelando as diferentes ideologias de uma sociedade e de um determinado contexto, no caso, o contexto da guerra. Ícones publicitários dos mais diversos foram disseminados em muitos países, especialmente nos Estados Unidos, como nos apontam os estudos de Kátia Iracema Krause (2006, p.16)

Para o caso específico o Brasil, que entrou na guerra no ano de 1942 após o atentado aos navios brasileiros pelos alemães e sob a pressão e influências das relações com os Estados Unidos, pode-se perceber que a política nacionalista de Getúlio Vargas, intensificada no contexto da guerra, estabeleceu pilares fortes de ações patrióticas que atingiriam boa parte a população brasileira, onde a propaganda política foi instrumento fundamental para a construção desse projeto de nacionalidade.

Muitos foram os esforços de diversos países beligerantes em veicular informações e mobilizar a população para o esforço de guerra. Alguns ícones publicitários, inclusive, tornaram-se famosos no mundo inteiro e até hoje figuram no imaginário coletivo como memórias históricas ressignificadas ao prazer atual da necessidade mercadológica ou nacional, como é caso do cartaz norte-americano com os dizeres “*I Want You for U.S. ARMY* (Eu quero você para o exército dos EUA)”, que apesar de ter sido criado para a Primeira Guerra Mundial, somente na Segunda tornou-se amplamente divulgado e perdura até hoje em novas roupagens.

Outro nítido exemplo é o cartaz britânico com a mensagem “*Keep calma and carry on* (Fique calmo e siga em frente)”, que apesar de não ter sido demasiadamente conhecido durante a guerra, foi criado com a intenção de acalmar a população inglesa em virtude dos confrontos bélicos e possíveis ataques alemães.

Interessante atentar para o simbolismo de que detém esses ícones publicitários e a força que exercem sobre o imaginário coletivo, onde essas imagens históricas são reapropriadas

aleatoriamente (ou não!) em um sentido alegórico e passam a fazer parte de uma nova conjuntura social e cultural. Mesmo no momento em que foram criadas, sutilmente elas penetraram no cotidiano da sociedade e estabeleceram relações de sentido e valores múltiplos, como a análise dos ícones publicitários específicos para o contexto do Brasil na Guerra nos mostrará neste tópico.

Pode-se perceber que esses anúncios foram pensados intencionalmente como um discurso a ser propagado no cotidiano das pessoas, relevando as diferentes ideologias de uma sociedade e de um determinado contexto, no caso o contexto da guerra. Segundo Gabboggini (2007) “As ideias presentes na publicidade são relevantes para o estudo, por refletirem tendências e influenciarem na formação da opinião pública e, em especial, a respeito de um produto, instituição ou serviço. (p.6)”.

A figura do personagem cinematográfico da Walt Disney, *Mickey Mouse*, por exemplo, foi amplamente utilizada pelos Estados Unidos nos anos 1930 para propagar um ideal de nacionalidade americana, como nos apontam os estudos de Kátia Iracema Krause (2011). Para a autora de *O rato vai à guerra: como o Mickey Mouse se tornou uma imagem de poder dos EUA, 1928-1946* é possível perceber:

Como [...] os desenhos da Disney, e mais especificamente o Mickey Mouse, podem ter produzidos discursos e funcionado ativamente na propagação de uma imagem da América ideal e na reafirmação de uma nacionalidade e de um patriotismo que se desejava projetar interna e externamente, firmando-se como mais uma representação da nação.



Imagem 07: Cartaz norte-americano de propaganda da guerra.

Fonte: <http://www.universohq.com/>. Acesso em: 30/04/2016.

O ícone do *Mickey Mouse* popularizou-se não apenas nos Estados Unidos, mas em diversos países do continente americano, sendo transmitido como um símbolo da América. No entanto, além deste, muitos outros ícones publicitários foram disseminados durante a guerra e por vezes adaptados ao contexto de cada país. No Brasil, a figura do Zé Carioca, símbolo de identidade da cidade do Rio de Janeiro, era evidenciada como uma homogeneidade para a representação do Brasil. O personagem, criado pela Walt Disney em 1942, possuía uma função política de integração do Brasil ao contexto da América Latina, na “Política da Boa Vizinhança”. Segundo os estudos de Roberto Elísio dos Santos (2002):

O personagem dos quadrinhos mistura a simpatia e a cordialidade que possui nos desenhos animados à malandragem, à esperteza, que, se não chega a se tornar crime, tampouco pode ser considerada ética. Zé Carioca harmoniza o paradoxo de cordialidade e malandragem, não como contradição, mas como condição intrínseca de sua personalidade: sua cordialidade suaviza a malandragem, evitando que ele (e, por extensão, o brasileiro que representa) se torne o vilão da história. Sua malandragem reveste-se de função narrativa – é ela que impulsiona suas desventuras. (p.4)



Imagem 08: Cartaz do filme “Olá amigos”, da Walt Disney. Fonte: <http://felipesouzasoares.blogspot.com.br/2014/08/vargas-e-segunda-guerra-mundial.html>. Acesso em: 30/04/2016.

As feições do personagem Zé Carioca corroboram com o estereótipo de malandro que se pretendia apresentar sobre a personalidade brasileira. Essa construção identitária, criada durante a guerra foi ressignificada com o tempo, mas permaneceu no imaginário popular essa imagem de uma identidade atribuída ao carioca como um povo malandro. No Brasil, os anúncios de propagandas nos jornais também se ajustaram no enredo da Guerra e faziam parte da coluna diária do *A União*. O exemplo mais notório é o anúncio de combustíveis e pneus, em virtude da racionalização desses produtos. O apelo era economizar e se preparar com marcas que estavam lutando em prol da vitória das nações unidas.



Imagem 09: Anúncio da Texaco, (Posto de combustíveis e lubrificantes norte-americano) presente no Jornal *A União*, 9 de julho de 1944, p.3).

É importante atentar na imagem, que o título do anúncio enfatiza a preocupação da marca com a causa da Guerra. Ainda mais fortemente é o apelo dirigido aos leitores chegando a declarar que a Texaco está ajudando a vencer a Guerra:

Presente em muitas fontes de combate, alimentando tanks, aviões e uma série enorme de veículos motorizados. Texaco está ajudando a vencer a guerra. Apesar desse esforço, seus produtos continuam chegando para abastecer as nossas forças armadas, indústrias e transportes. Não obstante, Texaco continuará a fazer todos os suprimentos destinados a atender as mais urgentes necessidades civis. (A União, 9 de julho de 1944, p.3)

O texto para o anúncio sugere uma sensibilidade de quem se preocupa com os destinos do país. Mais uma vez, o apelo é feito com o intuito de angariar credibilidade. Comprar os combustíveis Texaco⁶² seria estar colaborando para a vitória.

Outro anúncio destacado pelo periódico diz respeito aos suprimentos de petróleo, onde é destacada a importância da cooperação de todos para a causa de defesa nacional. O petróleo recebe a adjetivação de “munição para a guerra” e por isso deve ser economizado.

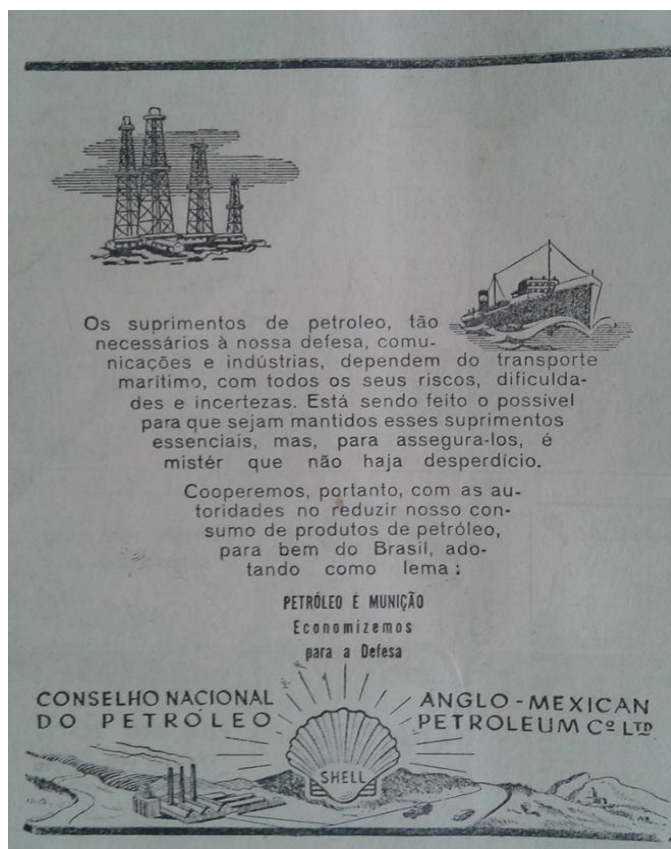


Imagem 10 : Anúncio sobre os suprimentos de petróleo.
Foto extraída do *A União*, em 14 de junho de 1942, p.4.

⁶²Empresa de combustíveis e óleos lubrificantes, fundada no início do século XX, no Texas (EUA) e que teve destaque durante a II Guerra Mundial na venda e exportação de combustíveis.

Os anos seguintes a 1942 serão palcos de articulações e estratégias em prol de manter a imagem de um país dentro da “ordem e do progresso”, lema da nação, durante esse momento de tensão. A economia brasileira passou por mudanças, com os tabelamentos de preços de alimentos e produtos de outras necessidades; os setores de exportação e importação também sofreram alterações; houve racionamento de combustíveis e diminuição no consumo de carne no país.

Acompanhando essas alterações, o Jornal **A União** enfatizava dia-a-dia as medidas tomadas pelo governo e relatava as palavras de conforto dadas aos brasileiros, justificando como sendo necessária essa cooperação para o futuro do país.

Nesse sentido, torna-se destaque a atuação do Banco do Brasil no campo econômico brasileiro. Após pouco mais de um ano da entrada do Brasil no confronto **A União** apresenta o relatório do presidente do banco Marques Reis com o título **O Banco do Brasil e o esforço de guerra nacional**:

O Banco do Brasil desempenha um papel excepcional na articulação das forças produtoras do país, assume uma importância cada vez maior em face dos grandes problemas de ordem econômico-financeira que o estado de beligerância veio acarretar.

Perfeitamente aparelhado e em condições de enfrentar galhardamente por intermédio de suas carteiras, os diversos problemas precipitados ou agravados pela Guerra, o Banco do Brasil está cooperando eficientemente junto ao governo federal no esforço ingente pela vitória da grande causa em que nos empenhamos (A União, 18 de Outubro de 1943, p.8).

Esse discurso parte da atuação do Banco do Brasil no âmbito nacional. Todavia, ainda resta ao jornal relatar a situação do estado da Paraíba, enfatizando a sua honrosa participação nos destinos nacionais:

Na Paraíba, como em todos os Estados, a ação do Banco do Brasil tem sido de maneira a merecer os melhores aplausos.

Deve-se à presidência do Sr. Marques dos Reis a instalação de diversas filiais no interior do Estado, proporcionando assim, maiores possibilidades ao progresso de nossa terra. (A União, 18 de Outubro de 1943, p.8)

O que se pode perceber a partir desses discursos é a preocupação do governo em se utilizar dos meios de comunicação para externar uma situação de controle e de estabilidade apesar da efervescência de estado de beligerância em que se preparava o país. Outro ponto interessante a destacar é a forma como o jornal apresenta as notícias, sendo extremamente

superficial (o relatório não apresenta efetivamente as medidas de ordem econômico-financeira), buscando emocionar o público leitor, com discursos patrióticos e genéricos.

Em 22 de agosto de 1942 o Brasil declara guerra ao Eixo e a partir de então os meios de comunicação dão ainda maior ênfase às notícias da Guerra. Se antes o jornal *A União* apresentava cotidianamente uma coluna com o panorama da guerra dos principais países beligerantes, agora o Brasil entrava na lista da coluna, sendo acompanhado o desfecho da sua participação efetiva no confronto:

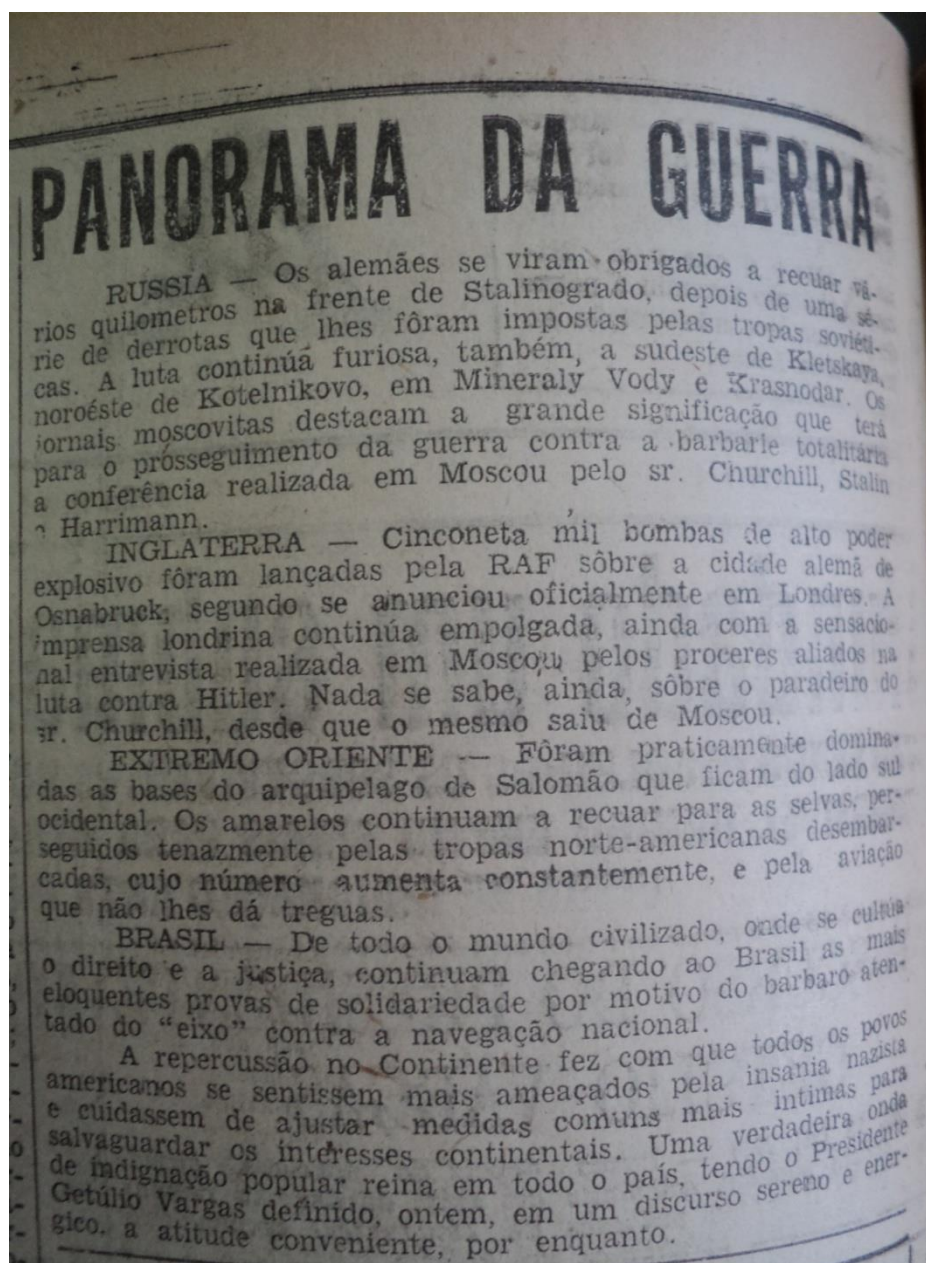


Imagem 11: Imagem da coluna do dia 19 de Agosto de 1942, do Jornal A União. Foto: Autora.

A coluna apresentada acima que evidencia a situação dos países envolvidos no confronto bélico é explicitada no jornal diariamente. E a reflexão que se faz em torno da inserção do país na lista é de mais um elemento que serviria para a construção dessa imagem nacionalista, onde o Brasil agora seria protagonista no combate mundial. O DIP será responsável por criar essas ferramentas de propaganda nacionalista e o órgão oficial do Estado, por sua vez, teria como função sistematiza-las em forma de matérias diárias no periódico.

A busca de comoção da população paraibana também será feita através de imagens com conotação patriótica. A propagação de manifestações cívicas pode ser interpretada como ferramenta do governo visando o apoio necessário à nação brasileira para esse momento de tensão, sobretudo porque as manifestações traziam ícones de representatividade da nação, como a imagem abaixo nos mostra:



Imagem 12: Manifestação Cívica. Extraída do jornal *A União*, 19 de agosto de 1942. p.3.

A manifestação cívica ocorreu após o último atentado aos navios brasileiros e a fotografia do evento traz como legenda: “Flagrante passeata cívica de ontem em que o povo paraibano manifestou a sua indignação pelos atentados do Eixo a nossa soberania.”. A notícia evidenciou a demonstração de amor à pátria que os paraibanos exerceram nesse momento e discorreu ainda sobre as vítimas paraibanas que estavam a bordo do navio torpedeado.

É interessante atentar na manifestação para a utilização da imagem do presidente Getúlio Vargas, pois o cartaz com a fotografia do presidente vai aparecer em diversos momentos de comícios e passeatas. Além disso, ela aparece também estampada nas páginas dos jornais em momentos importantes, como de discursos do presidente e pronunciamentos diversos acerca da nação. Provavelmente, esta é a fotografia escolhida para a propagação da imagem do representante do país, em uma pose séria e calorosa:



Imagem 13: Foto tirada do Jornal A União, de coluna do dia 23 de ago. 1942, p.1.

Vale ressaltar que essa imagem do presidente Getúlio Vargas aparece em diversos momentos estampada no Jornal, em seus discursos proferidos para a nação e também em notícias que abordavam a ligação entre Brasil e Estados Unidos. A iconografia como meio de apelação social colabora para a disseminação da imagem do presidente zeloso da nação no imaginário social. A repetição da mesma fotografia sugere a intenção de fixar essa imagem simbólica.

Importante atentar também para o uso dos símbolos nacionais para intensificar o patriotismo do país durante o Estado Novo, pois ele vai ser ainda mais evidenciado durante a

guerra. Em agosto de 1942 foi assinado um decreto-lei que estabelecia o uso da bandeira e a execução do hino nacional:

Haverá nos Estados Maiores das forças armadas federais, na Casa da Moeda, na Escola Nacional de música, nas embaixadas, legações e consulados do Brasil, nos museus históricos oficiais, nos quartéis-generais das Regiões Militares, nos comandos de unidades de terra, mar e ar, capitânicas de portos e alfândegas, e nas prefeituras municipais uma coleção de exemplares padrões de símbolos nacionais a fim de servirem de modelo obrigatório para a respectiva feitura, constituindo um instrumento de confronto para a comprovação dos exemplares destinados à apresentação, procedam ou não da iniciativa particular (A União, 02 de agosto de 1942, p.4).

Para a construção de uma imagem positiva de encorajamento aos pracinhas brasileiros também foram criados símbolos próprios, característicos da participação na Guerra: os slogans *A cobra vai fumar* e *Senta a Pua!* marcaram a participação da FEB e da FAB, respectivamente:



Imagem 14: Slogan “A cobra vai fumar” que simbolizava os soldados da FEB. Foto extraída do livro **Trinta anos após a volta** (1976, p.36) e adaptada pela autora.



Imagem 15: Slogan Senta a Pua! Era o grito de guerra da FAB. Foto extraída do livro **Trinta anos após a volta** (1976, p.36) e adaptada pela autora.

A utilização desses símbolos serviu de incentivo e de caracterização à força militar brasileira. Os soldados da Força Expedicionária eram reconhecidos pelo distintivo de “A cobra vai fumar”, fazendo menção à ida do Brasil à Guerra e “Senta a Pua!” era o grito de guerra dos aviadores brasileiros: a imagem de um avestruz faz referência à velocidade e estômago dos pilotos brasileiros, que tinham que adaptar-se à comida estrangeira; a cor vermelha faz menção ao céu de guerra, a nuvem simboliza o “chão” do avião e o escudo representa o Brasil.⁶³

3.3 Educação e Patriotismo em tempos de guerra: Ritos e manifestações cívicas na Paraíba

Durante o Estado Novo muitos foram os rituais simbólicos e as manifestações cívicas ocorridas de diferentes formas e lugares no Brasil. O ambiente escolar, por sua vez, foi um espaço forte de sedimentação da ideologia nacionalista do regime ditatorial, de modo que houve a distribuição de diversos materiais pedagógicos que serviram a tal intento. Sejam cartilhas cívicas, livros didáticos, ritos patrióticos, dentre outros, faziam parte do cotidiano escolar. Deste modo, o que se pode perceber que a busca por uma identidade nacional esteve presente é a construção de um ideal de nacionalidade. Para Carmen Nava (2007):

A ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas criou uma versão de nacionalismo nos moldes de sua “nova” ideologia política, e lições cívicas como *A sagrada união* transmitiam esse conteúdo aos estudantes brasileiros. [...] O autoritarismo que marcou o Estado Novo (1937-1945) oferece um caso um caso fascinante para a investigação desse processo de reinventar – ou re-imaginar – uma nação onde raça e gênero funcionavam como componentes tanto literais como figurados do discurso nacionalista. (p.106/107)

O exemplo destacado na citação acima da lição cívica “A sagrada união” é um dos muitos que podem ser analisados sob a ótica dos interesses do governo brasileiro no sentido de inculcar, desde muito cedo, na mentalidade das crianças dentro do ambiente escolar noções de patriotismo. A lição destacada pela autora diz respeito a uma peça cívica onde é apresentada uma atriz vestida com trajes simbolizando a bandeira nacional, onde os pequenos alunos deveriam apreender os sentidos de amor pela pátria, onde “os personagens da peça,

⁶³Segundo documentários **A cobra vai fumar** (2000) e **Senta a Pua!** (1999), de direção de Erick de Castro, que apresentam relatos de veteranos da FEB e pilotos da FAB.

bem como os alunos da plateia, eram escolhidos como atores em uma encenação da ideologia política nacionalista de Vargas. (p.106)”.



Imagem 16: Lição Cívica “A sagrada união”. Fonte: LAUERHASS, Ludwig Jr. **Brasil uma identidade em construção**. São Paulo: Ática, 2007. p.106.

É sabido que o período varguista se propôs a reorganizar o país dentro de um projeto de brasilidade específico e a educação foi, neste conjunto panorâmico, um dos ramos que o governo procurou observar e reformar com minúcia, afinal de contas, a partir do ensino seria possível incutir na população estudantina os conceitos e formas de perceber o mundo de acordo como estava sendo pensado às estruturas superiores de poder. Nesse sentido, Tomaz Tadeu da Silva (2013) afirma que “a escola seria espaço de transmissão ideológica, através de

seu currículo, ou das matérias mais suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais⁶⁴ (p.31)”.

Importante destacar ainda que as comemorações festivas escolares possuíam um caráter forte de conscientização patriótica e nacionalista durante o regime republicano no Brasil, ao que Marta Maria Chagas de Carvalho (1989) enfatiza:

A eficiência pedagógica das comemorações festivas escolares, era, no currículo educacional, a razão da existência de tais práticas [...] Educando “pela representação ou evocação de fatos dignos de ser imitados”, as festas forneciam às crianças “oportunidade de gravar, indelevelmente, muitas lições proveitosas”. Nelas, a criança começaria a “sentir o efeito da sanção social sobre seus atos, pelos aplausos ou sinais de enfado e de crítica que percebe: sente que há um público, um conjunto de pessoas que louvam ou reprovam”. Em muitos casos, as festas poderiam “ter também uma influência direta sobre o espírito dos pais”. Quando isto não ocorresse, as festas teriam pelo menos influência indireta sobre eles, “elevando a escola e o papel do professor” (p.76/77).

Estudando os anos 1920, a autora nos faz refletir sobre como a educação foi pensada durante os primeiros anos da República brasileira. Mas nos mostra também que as estratégias de utilização da escola como espaço de propagação e disseminação ideológica continuou forte durante a Era Vargas, especialmente no regime ditatorial.

Na Paraíba, a iniciativa do governo em solicitar apoio do federal para uma reforma no ensino do estado foi algo de grande relevância. Tanto é que o ministro da educação Gustavo Capanema declarou em telegrama enviado ao interventor Ruy Carneiro, apoio ao plano de reforma do ensino na Paraíba. (PARAÍBA, Estado da. *Jornal A União*, 12.03.1942, p. 3).

Acerca do Plano Nacional de Educação nesse período, é importante destacar a obra *Tempos de Capanema* (2000), de Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Ribeiro Costa, pois apresenta um intenso panorama político e social de como se delineou a reforma na educação em 1942. Destacando diversas esferas da construção desse projeto de educação, as autoras abordam aspectos diversos da sociedade brasileira, que foram afetadas pela reforma no campo educacional e destacam acerca do Plano Nacional de Educação de 1937:

⁶⁴A nossa intenção não é adentrar na discussão sobre o currículo escolar e seu papel político para a construção de identidade e no caso, de consciência para o contexto em que está sendo abordado essa pesquisa. O que nos propomos é refletir como as leis e a organização da política educacional serviram à conjuntura de Guerra, ou seja, como foi possível incentivar e disseminar ações patrióticas que seriam cruciais para a entrada do Brasil no confronto.

A educação nacional era definida como tendo por objetivo “formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas”, sendo tarefa precípua da família e dos poderes públicos. A transmissão de conhecimentos seria sua tarefa imediata, mas nem de longe a mais importante. Fazia ainda parte dos princípios gerais a definição do que se devia entender por “espírito brasileiro” (“orientação baseada nas tradições cristãs e históricas da pátria”) e “consciência da solidariedade humana” (“prática da justiça e da fraternidade entre pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacionais”), termos que a Constituição utilizava para caracterizar os objetivos gerais da educação nacional. (p.198/199).

A ação do Ministério de Educação e Saúde, encabeçada pelo ministro Gustavo Capanema, foi forte e centralizadora. Os objetivos centradas no plano nacional de educação vão ao encontro do regime ditatorial e estreitam cada vez mais as intencionalidades do governo com uma educação patriótica. Para isso, teve destaque a Educação Moral Cívica, onde:

[...] Ela deveria ser ministrada obrigatoriamente em todos os ramos do ensino, sendo que no curso secundário seria uma atribuição do professor de história do Brasil. Ela deveria ter uma parte teórica, que trataria dos fins, da vontade, dos atos do homem, das leis naturais e civis, das regras supremas e próximas da moralidade, das paixões das virtudes; e uma parte prática, que incluiria desde o estudo da vida de “grandes homens de virtudes heroicas”, até o trabalho de assistência social, que ensinassem aos alunos “a prática efetiva do bem”. (SCHWARTZMAN et al, 2000, p.199)

Em onze anos de atuação no Ministério da Educação e Saúde (1934-1945), Gustavo Capanema teve papel preponderante na construção do projeto de educação para o governo Vargas. Aliando seu perfil de político e de intelectual, Capanema elaborou muitas das leis orgânicas de ensino, de modo que a educação foi pensada como elemento-chave para a construção de um novo ideal de homem.

Esse projeto educacional foi pensado minuciosamente, de modo que contemplasse as diversas esferas da educação, apresentando como referências a serem seguidas diversas ações tidas como virtudes. Deste modo, as crianças aprenderiam desde cedo modos de se comportar, bem como modos de pensar.

Fonseca (2006) salienta que a Reforma Gustavo Capanema, de 1942, confirma o objetivo do governo para uma formação moral e patriótica, ao restabelecer a História do Brasil como disciplina autônoma. Por sua vez, o jornal *A União* vai dar destaque as notícias e mudanças referentes a esse novo momento, apresentando discursos de intelectuais do período e propagando as ações pedagógicas patrióticas. O enfoque dado à Guerra nesse período é

bastante perceptível nas páginas do jornal e é possível constatar o objetivo do governo de estímulo e incentivo a uma consciência nacional para o contexto de guerra quando, por exemplo, evidencia a mensagem de apoio aos estudantes da América ao 5º Congresso Panamericano de estudantes contra o Nazismo:

A América, continente novo que se formou pelo heroísmo de seus guerreiros, possui uma civilização que foi inspirada, na sua formação, pelo amor, e não pelo ódio, pela fraternidade, e não pelo egoísmo.

A Europa anda com sua fisionomia espiritual e política conturbada pela guerra; o pulpito e tribuna foram substituídos pelas trincheiras e pelos carros de assaltos. A União, 14 de maio de 1942, p. 3)⁶⁵

Nas edições diárias, o jornal contava com a coluna intitulada “Educação”, onde apareciam notícias sobre todo o estado e também considerações acerca do papel da educação para o povo brasileiro:

A educação é a ação exercida pelas gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (A União, 16 de maio de 1942, p. 5)

É possível perceber a finalidade a que a educação era pensada e promovida no Brasil nesse período, voltada para uma política nacionalista, com caráter patriótico. O estado da Paraíba, por sua vez, fazia seu papel dentro desse intento, inclusive com práticas escolares reforçando o ideal cívico e nacionalista, através de ações patrióticas por todo o estado. Os periódicos apresentaram em diversos momentos matérias sobre manifestações de estudantes, ações que partiam do seio educacional e possuíam viés patriótico, bem como relatos de professores e de outras figuras de destaque para o campo educacional paraibano. Como exemplificação dessas práticas, podemos explicitar três matérias específicas, que serão analisadas a seguir.

O *A União* deu destaque ao discurso do representante dos professores da cidade de João Pessoa, Mário Gama e Mélo, em matéria do dia 09 de setembro de 1942, que externou palavras de encorajamento, patriotismo e engajamento à causa nacional:

[...]Agora o que se quer, o que se exige, é a força e a calma, o que se reclama, é a serenidade do trabalho, a desvelada diligência, a austeridade da ação. O que se deseja é simplicidade das ideias fortes em palavras claras, que

⁶⁵As citações presentes nos jornais estão transcritas de acordo como foram apresentadas no período, sem alteração.

sejam um estímulo para a fé, para o trabalho e para a vitória. Hoje, mais que nunca, maiores devem ser estas homenagens que prestamos á Pátria, pois fomos atingidos por um gesto sacrílego – a nossa bandeira, símbolo da justiça e da liberdade, de concordia e lealdade, de ordem e progresso foi menosprezada, foi ofendida, quando tremulava como nuncia de labor e bondade. Nêste momento a sorte do Brasil está sendo jogada, é que óra presenciamos – dizem na boca e sentem no coração a liberdade; do outro lado os bárbaros, os que querem enriquecer pelo assassinio frio e premeditado dos fracos, pela espionagem e pela rapina.

Levantemo-nos com toda alma, com toda crença, com toda esperança, saudemos o passado glorioso do Brasil que resplandece, o presente do Brasil que está em todos os corações, e o futuro sublime e incomparável do Brasil que viverá para orgulho de todos os seus filhos. Professores da Paraíba, preparando a mocidade, tereis contribuído para a vitória da nossa causa, que é a causa do direito e da liberdade. (p. 4)

O discurso proferido pelo professor durante concentração cívica na Praça João Pessoa possui grande proximidade com discursos de outros sujeitos importantes para a dinâmica político-social do estado da Paraíba e que já foram detalhadas ao longo deste trabalho em momentos anteriores. Mário Gama e Mélo chama a atenção para os atentados contra o Brasil e conseqüentemente, alerta a população sobre a necessidade de união em prol da causa de defesa nacional. Concluindo sua fala, ele aborda ainda sobre a importância dos professores do estado agirem de modo a preparar a juventude para a o que denomina “causa da liberdade”.

Bem sabemos que um discurso proferido em praça pública por um representante de uma categoria possui força simbólica e expressividade, pois este soa como o porta-voz de sua classe. Entretanto, o alinhamento sintomático do discurso de Mélo com a proposta pretendida pelo governo brasileiro, inclusive no que se refere aos termos linguísticos (“ordem e progresso”, “símbolo da justiça e da liberdade”) nos inquieta sobre a real representatividade que essa fala detinha sobre o contingente de professores paraibanos.

Também merece atenção a fala do representante dos estudantes para essa celebração, Baldomiro Souto, pois apresenta uma postura direcionada para a situação do Brasil em estado de beligerância:

O Brasil independente da atualidade representa quase cinco séculos de trabalho honesto e produtivo. Destituído de sentimentos agressivos, o nosso povo elaborou através dos tempos uma civilização de caráter pacífico e humanitário. Somente quando não podemos resolver pacificamente as nossas questões externas, quando o inimigo desrespeita solenemente a nossa soberania é que recorreremos as armas como único método eficaz contra essa insolência. É precisamente o que está acontecendo, nesta hora de supremas

inquietações. Agredidos pelos bárbaros germânicos, soubemos repeli-los como brasileiros dignos.

O presidente Vargas consubstanciando os anseios do povo, escolheu o caminho das trincheiras, porque é o único compatível com a dignidade nacional e que nos conduzirá á grandeza histórica (A União, 04 de setembro de 1942, p. 5)

Não há elementos suficientes para sabermos se o discurso do estudante representa a mentalidade de grande parcela dos estudantes paraibanos, mesmo por que a perfeita consonância da fala de Baldomiro com outros discursos externados pelos jornais nos fazem inquietar sobre a homogeneidade de pensamentos. Contudo, o que nos parece aparente é a ideia que o governo buscava expressar de que toda a população estava consciente e proativa no esforço de guerra.

Continuando a análise das matérias, é interessante destacar que o mês de setembro foi palco de grandes manifestações patrióticas, em virtude das *Comemorações da Semana da Pátria*, primeira semana do mês, em que o Brasil celebrava aniversário de sua Independência. A imprensa oficial do estado encarregou-se de apresentar diariamente notícias sobre a preparação das manifestações em diversas cidades do estado paraibano e ganhou destaque a *Parada da Juventude*, evento ocorrido em 05 de setembro. Com viés patriótico, o evento era apresentado pelo *A União* como mais uma demonstração de civismo e comprometimento da juventude paraibana com a nação brasileira. Dessa forma, a coluna do periódico, *Educação*, apresentava os direcionamentos das escolas que iriam participar do desfile cívico:

Instruções para o desfile de amanhã

Será realizada amanhã a Parada da Juventude. O diretor do Departamento de Educação está solicitando aos diretores e aos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino de qualquer grau, público ou particular, que comuniquem hoje [...] o número de alunos de cada unidade escolar que participará do desfile de amanhã. (A União, 04 de setembro de 1942, p. 5)

O pronunciamento tem sequência divulgando determinações para as escolas e o que se constata é que todo o desfile estava planejando em minuciosos detalhes, inclusive tendo a coluna destacado o pronunciamento de uma palestra de uma professora do “Grupo Escolar Tomaz Mindêlo” a ser explicitada durante a Parada da Juventude.

No dia seguinte ao evento, o periódico explicita fotografias do desfile, ao que denomina “*Três sugestivos aspetos da grande Parada da Juventude* realizada nesta cidade, comemorando o dia da raça. (06 de setembro de 1942, p.4)”



Imagem 17: Parada da Juventude. Fonte: A União, 06/09/1942, p.4.

Execução do hino nacional, hasteamento de bandeira, desfile rumo às ruas centrais da cidade e pronunciamentos de representantes do campo educacional fizeram parte do rito elaborado para a Semana da Pátria. O jornal adjetiva o evento como “grande demonstração cívica da mocidade paraibana (p.2)”.

Durante a Semana da Pátria, ocorreram diversos ritos patrióticos e a culminância se deu no dia 07 de setembro, com atividades cívicas ocorridas em diversas cidades do estado paraibano. Em matéria de destaque, *A União* descreveu brevemente as ações realizadas nos municípios de Cabedelo, Bananeiras, Mamanguape, Santa Rita, Monteiro, Areia, Itaporanga,

Souza, dentre outros. E com destaque, explicitou as manifestações ocorridas na capital João Pessoa e na cidade de Campina Grande.⁶⁶

À frente do governo paraibano, durante viagem de Ruy Carneiro ao Rio de Janeiro, o interventor interino Samuel destaca também se pronuncia acerca da participação do Brasil no conflito:

A concentração cívica da praça João Pessoa foi encerrada pelo sr. Samuel Duarte, interventor interino, que pronunciou de improviso um discurso vibrantemente aplaudido pela multidão. Depois de aludir a posição atual do Brasil, ao lado das nações que lutam pela sua liberdade, o Chef interino de do Govêrnopoz em relevo nosso significado das comemorações da Semana da Pátria, assinalando que através delas mais firme e decidido se vinha mostrando o nosso sentimento de independência. [...] Apelou o sr. Interventor interino para que o povo mantivesse cada vez mais sólido o seu sentimento pátrio, unidos todos os indivíduos na consciência de perigo comum. Precisou igualmente o sr. Samuel Duarte os aspectos de maior expressão moral da luta em que se empenham os povos livres dos Estados Unidos e da Inglaterra, aos quais se aliara o Brasil, para vencer as forças da opressão do terror com que as potencias do Eixo veem afligindo a Europa. (A União, 09 de setembro de 1942, p. 8)

Na fala do interventor interino, ele não perdeu a oportunidade de relacionar o sentimento de independência do Brasil com a necessidade de continuar lutando pela liberdade de seu povo, ao lado das nações aliadas. Citando apenas os Estados Unidos e a Inglaterra, Samuel Duarte deixa transparecer a notável relação do Brasil com esses dois países.

A partir da análise dessas matérias, é possível compreender a relação entre as práticas advindas do campo educacional e o contexto de tensão bélica do país, e desse modo, percebe-se a forma como os jornais representaram essas ações. As manchetes, os discursos e as imagens evidenciadas no periódico dialogam com a pretensão de uma educação nacionalista para o país. E desse modo, cabia ao governo da Paraíba incutir em sua população os valores cívicos, patrióticos e morais necessários ao estado de beligerância pelo qual passava o país. E isso foi sendo feito nos espaços e escolares e nos espaços públicos por onde circulavam as possibilidades de construção da ideia de nacionalismo, que permitissem às pessoas estabelecerem conexões com a realidade em que viviam e mais do que isso, estabelecerem sentidos para seus projetos de vida.

⁶⁶Em matéria dos dias 08 a 10 de setembro, o *A União* divulgou as atividades realizadas em algumas cidades paraibanas. Entretanto, a descrição é breve e não aparecem os conteúdos dos discursos proferidos pelos líderes políticos e representantes das repartições escolares. Essa ausência nos inquieta e inviabiliza uma análise comparativa acerca de como se desenrolaram as manifestações cívicas e em que grau as notícias sobre a guerra protagonizaram as ações patrióticas nessas cidades.

As pesquisas no jornal *A União* apontam que havia manifestações de estudantes de diversas escolas paraibanas em favor da guerra, mesmo antes da declaração oficial de entrada no conflito. O principal objetivo era o apoio aos pracinhas. Algumas matérias do jornal dão destaque a essas manifestações e o que se percebe é a finalidade do periódico do governo de divulgar ações patrióticas das escolas a fim de servirem de modelo para a população paraibana. Acerca disso, o jornal *A União* nos mostra que os meses de julho e agosto serão de intensas manifestações de repulsa aos torpedeamentos dos navios brasileiros que vinham ocorrendo nesse período. Em julho, noticia de comícios antitotalitários ocorrendo em diversos estados do país (10 de julho, p.7). Em agosto, uma embaixada de estudantes é enviada da capital para Campina Grande com a finalidade de apoiar as manifestações que lá ocorreriam contra os atentados aos navios brasileiros:

SEGUE, hoje, com destino a Campina Grande uma embaixada de estudantes pessoenses [...] Naquela cidade a embaixada promoverá manifestações patrióticas de repulsa aos bárbaros atentados contra o Brasil perpetrados pelos submarinos do ‘Eixo’. (*A União*, 19 de agosto de 1942, p. 6)

A criação de uma Brigada Estudantil também é evidenciada pelo periódico como marca da ação patriótica paraibana, que atingia a toda a população, mesmo a quem ainda não tinha idade para os assuntos militares:

A mocidade estudiosa da Paraíba, demonstrando a sua solidariedade à declaração de guerra ao Eixo, e desejando colaborar para a formação cívica e pré-militar dos estudantes sem idade militar ou que escapam ao chamado do Exército, promoverá hoje, as 15 horas, no auditório do Instituto de Educação, uma solene reunião, no decorrer da qual será fundada a “Brigada Estudantil Paraibana” [...] Essa brigada, cuja criação se realiza sob os auspícios da Federação Paraibana de Estudantes e do Centro Estudantil do Estado da Paraíba, já recebeu a adesão da quase totalidade dos estudantes paraibanos. (*A União*, 23 de agosto de 1942, p. 2)

Os estudantes que ainda não possuíam idade para ingressar na força militar brasileira procuravam de alguma forma dar a sua contribuição para a nação. Com esse pensamento, criaram a Brigada Estudantil Paraibana, uma organização com o intuito de fazer movimentos e reuniões para tratar sobre a Guerra. Dessa forma, os estudantes sentiam-se ativos. Nesse sentido, é importante destacar a forma como a Guerra contagiou a população, tendo a classe de estudantes se movimentado a fim de demonstrar o seu amor pela pátria.

Curiosamente, as notícias sobre a Brigada Estudantil se tornam cada vez mais escassas das matérias do jornal, o que nos faz refletir sobre a dimensão desse movimento e questionar, se de fato, havia essa grande quantidade de estudantes envolvidos e se sim, por que o ocultamento de mais ações realizadas por esse grupo?

A coluna “Educação”, responsável por apresentar diariamente no *A União* notícias, incentivos e orientações demonstra a finalidade clara da educação cívica:

A educação cívica visa a formação da consciência patriótica. Deverá ser criado no espírito da criança e dos jovens o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria e de que é dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com o maior esforço e dedicação.” (*A União*, 15 de maio de 1942, p. 5)

As ações para educação cívica e patriótica foram sendo intensificadas em várias cidades do estado paraibano no ano de 1942. No mês de junho, o jornal relata um apelo em tom de exigência moral e cívica, alertando aos brasileiros sobre o seu dever de denunciar ações de espões no Brasil. A Manchete do dia 24 tinha como título “Para que não fiquem impunes os inimigos do Brasil” e apresenta um discurso do procurador geral da República, Temistocles Cavalcanti, com o intuito de mobilizar a população a fim de combater a rede de espionagem que ameaçava a paz da nação: “A cada brasileiro compete reagir e apontar esses sabotadores da pátria para que não fiquem impunes os inimigos do Brasil. (p.3)”

Como podemos perceber, o mês de agosto de 1942 foi palco de muitas tensões em virtude da Guerra, com a população se manifestando de diversas maneiras para demonstrar apoio à pátria. Entretanto, a questão que se coloca é a que se refere à consciência desse patriotismo vigente: que pátria era essa? Onde o estado da Paraíba se consolida nessa condição patriótica?

Nessa perspectiva, é importante destacar que o projeto de brasilidade pretendido pelos grupos dominantes do cenário político brasileiro foi, em certa medida, alcançado mediante grandes esforços nas esferas políticas, culturais e educacionais. Consonante com as pretensões do regime estado novista, as estratégias nacionalistas efervescentes sob a conjuntura de guerra tiveram papel preponderante na consolidação desse regime e, dialeticamente, corroboraram com a composição do que foi o Brasil de meados do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XX foi marcado por tantos processos históricos de complexidade e extremismos tamanhos, que Eric Hobsbawm (1995) já tão bem nos havia alertado. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi, sem dúvidas, um marco intenso para a humanidade, que teve de conviver com a experiência catastrófica de um acontecimento sem precedentes na história das civilizações. Os combates sanguinários, no entanto, são apenas um dos pontos de análise para um momento como esse. Por trás dos *fronts*, diversos foram os desdobramentos que afetaram a vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

Nos bastidores da guerra, muitas pessoas tiveram suas rotinas alteradas e suas perspectivas de vida repensadas em virtude desse conflito. E mesmo para países que estavam distantes dos campos de batalha, suas populações tiveram que conviver com o horror de uma guerra desumana. Os seis anos de duração cronológica não correspondem à dimensão da longa duração em que o tempo histórico é acometido. As consequências se desenrolaram por muito tempo depois e mesmo hoje, setenta e um anos após o término do confronto, vivemos assombrados com a possibilidade de uma nova guerra mundial.

No Brasil, houve muitos desdobramentos em virtude do confronto mundial e como os estudos desta pesquisa nos apontam, o governo brasileiro buscou construir um novo ideal nacional, baseado na ideologia nacionalista que se delineou nesse período, promovida pelo Estado Novo (1937-1945) e intensificada durante a efervescência da guerra. Deste modo, diversos campos de atuação do governo foram espaços de propagação dos ideais nacionalistas e o patriotismo foi utilizado como arma de sensibilização. As formas de se educar a população para esse intento foram diversas, seja nos espaços de educação formal como em outras esferas sociais. O jornal oficial do estado da Paraíba, neste sentido, foi utilizado como ferramenta de propagação patriótica e teve grande repercussão no período.

No primeiro capítulo deste trabalho, foram apresentados os antecedentes que culminaram na entrada do Brasil no confronto mundial, bem como os desdobramentos da guerra no país. A atenção dada ao ano de 1942 se deu, sobretudo, pelo fato de ter sido o ano da declaração oficial de entrada na guerra e consequentemente, o ano em que houve uma intensa preparação ideológica por parte do governo brasileiro. Em pleno regime ditatorial, a eclosão da Segunda Guerra Mundial parece ter sido forte engrenagem para a política nacionalista implementada pelo Estado Novo, pois como os estudos nos apontaram, as políticas culturais foram cada vez mais intensificadas e ajustadas sob o pretexto da guerra.

Cabe destacar a importância das reflexões em torno dos papéis sociais, especialmente no tocante às funções atribuídas às mulheres, quanto ao “lugar” ou o “não lugar” a que muitas eram incentivadas. O Curso de Enfermeiras se constitui como um forte exemplo desta postulação, pois diversas matérias explicitadas no jornal *A União* buscaram apresentar a mulher como detentora de saberes específicos, cuja atuação seria decisiva para a causa de defesa nacional. Discursos que enfatizavam que “enquanto os homens se preparavam para os campos de batalha, as mulheres *honrosas* deveriam colocar o amor à pátria em primeiro lugar” procuravam estipular papéis e determinar lugares.

Trazendo também à tona a questão da identidade, é importante ressaltar que o estado da Paraíba passou por um processo de construção de laços comuns identitários durante o período da guerra, que propiciou a sensibilização de muitos paraibanos em prol da causa beligerante. Ou seja, primeiramente foi essencial que se construísse um sentimento de *paraibanidade*, para que então fosse alcançada o sentimento em esfera nacional, o de brasilidade. Deste modo, este trabalho procurou destacar algumas (dentre tantas) estratégias utilizadas pelo governo que visava sensibilizar o povo paraibano para a causa de guerra, como por exemplo, a propagação de sentimento de luto pela perda de paraibanos que estavam a bordo dos navios torpedeados. A localização geográfica do estado paraibano, compondo o litoral brasileiro, também foi utilizada nos discursos oficiais, que evidenciavam a necessidade de prevenção e alerta da população frente a possíveis atentados contra o país.

Adentrar nas reflexões acerca da conjuntura política do Brasil durante o Estado Novo foi de fundamental importância para o andamento desta pesquisa, pois possibilitou compreender intencionalidades do órgão oficial do estado. O cruzamento das fontes com a historiografia sobre o período permitiu pontos de diálogo sobre a complexidade do processo de construção de projetos de brasilidade e de como o fenômeno do nacionalismo desenvolvido no Brasil teve importância nessa conjuntura.

Importante destacar que a forma que a ideologia estadonovista influenciou o ensino paraibano, tanto no âmbito institucional quanto prático, alcançou uma dimensão relevante na construção de um ideal de “pátria amada”. Os pequenos cidadãos, aprendiam desde cedo o amor pelo país e os valores a serem seguidos que corroborassem com esse ideal nacional. Para além do campo educacional, havia outras formas de se educar a população. Longe do ambiente escolar, o caráter nacionalista do governo de Getúlio Vargas estava presente dentro dos meios de comunicação. E dessa forma, o jornal *A União* serviu para informar e educar a população paraibana. Uma educação nacionalista se fazia necessária e crucial ao governo Vargas que contava com o apoio dos aliados (governos/interventores) na concretização dessa

finalidade. Mediante tal prerrogativa, coube ao governo da Paraíba incutir em sua população valores cívicos, patrióticos e morais. Neste sentido, as representações da imprensa oficial paraibana buscavam a todo o tempo propagar ideais nacionalistas e patrióticos e externar a imagem de um país dentro da ordem e do progresso. E a atuação do interventor Ruy Carneiro foi de grande destaque, pois agiu intensamente na propagação de ideias, visando a construção de um sentimento de *paraibanidade* em favor da guerra.

É possível concluir, a partir de tudo o que foi apresentado ao longo desta narrativa, que o processo de construção da *pátria amada*, imagem buscada pelo governo brasileiro foi contemplado com o auxílio de diversos mecanismos: a publicidade e a propaganda com viés patriótico, os ritos e manifestações cívicas, a penetração ideológica através dos meios de comunicação, fortemente controlados pelo regime ditatorial, os discursos de intelectuais que atuavam como porta-vozes da nação e as práticas pedagógicas escolares.

Importante destacar que ter como fonte de pesquisa um jornal que é porta-voz do governo gera muitos questionamentos sobre a análise desse período, sobretudo pelo teor de intencionalidades que esse órgão oficial alcançava. Todavia, penso que apresentar e discutir sobre a forma como o governo brasileiro agiu (através dessa ferramenta de comunicação) na disseminação de ideais patrióticos e nacionalistas é de crucial importância para os estudos de nossa sociedade, cada vez mais marcada pelo poder dos veículos informativos.

Muitas matérias catalogadas não foram contempladas neste trabalho. Algumas porque mereciam maior tempo de análise e cruzamento de dados com outras fontes. Outras por incitarem maiores campos de debates e merecerem destaques que esta produção historiográfica não comportaria no momento. Intencionalmente, elas foram arquivadas para que, à luz de novas leituras e questionamentos, sejam retomadas em uma nova empreitada.

No limiar do século XXI, em plena era digital, constatamos a força dos meios de comunicação na propagação de ideias, valores e modelos a serem seguidos. Esses mecanismos além de informar, também (des)educam. Sendo assim, enquanto historiadora e professora, penso que é importante atentarmos para a necessidade de incitar à reflexão acerca dessas intencionalidades, para que nossos alunos possam compreender a dimensão dessas ferramentas. E retomar o passado para essa problematização pode ser um caminho viável. Em se tratando do objeto deste estudo, a Segunda Guerra Mundial, vemos o quanto esse assunto faz parte do dia a dia dos estudantes, seja em forma de jogos, filmes, desenhos ou outros materiais informativos e com isso, a curiosidade despertada por essas ferramentas é grande e pode ser útil ao nosso ofício.

Dentro desse cenário, a necessidade de trazer à tona velhos e novos questionamentos acerca desse período de nossa história se faz necessário e urgente. Em tempos em que o mundo parece amedrontado pelos recentes atentados terroristas em países de visibilidade como França⁶⁷ e Bélgica⁶⁸, minhas inquietações ao fim deste trabalho de dissertação permanecem acesas. Sobretudo, porque fico me questionando como nossa trajetória humana é marcada por lutas e embates sanguíneos, que extrapolam os limites da solidariedade humana.

Voltando o olhar para o meu próprio país, enquanto finalizo essa etapa de minha vida acadêmica, o Brasil parece entrar em um novo ciclo político-social, com as incertezas diárias de como caminhará a sociedade brasileira daqui por diante. O transcorrer do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, desencadeado por um tenebroso esquema de jogos políticos, nos dá a insegurança de como solidificar a nossa tão recente democracia. Em um momento de polarização desmedida, a população caminha insegura. Os pronunciamentos de alguns sujeitos que enxergam a volta de um regime ditatorial como a solução para os nossos problemas seculares é motivo de alerta e só comprova que discutir sobre esses processos históricos que constituem as diversas esferas de nossa sociedade é tarefa pertinente no limiar do século XXI. A educação brasileira, arma política para a emancipação dos sujeitos também parece ameaçada. A onda reacionária e conservadora de boa parte de nossa representatividade política luta a cada dia para que nossas vozes, enquanto professores que educam para a autonomia e criticidade, sejam silenciadas.

A sensação frente a tudo isso é que continuamos em constante batalha. As trincheiras reaparecem, reconfiguradas em novos formatos. Os confrontos ideológicos apontam para a urgência do momento e de maneiras diversas. O terror desses tempos sombrios nos assusta e inquieta. Deste modo, acredito que este trabalho pode servir à fomentação de novos diálogos sobre o nosso tempo presente, sem que esqueçamos das marcas do passado e de como as experiências humanas de outrora repercutem no nosso modo de vida hoje. Aqui, tendo a Segunda Guerra Mundial como objeto de estudo, posso perceber a dimensão e a

⁶⁷No dia 13 de novembro de 2015, uma série de atentados ocorreram na cidade de Paris. Fuzilamentos e explosões mataram dezenas de pessoas e deixaram centenas feridas. O Estado Islâmico assumiu a responsabilidade dos ataques, como resposta à intervenção militar francesa na Síria e Iraque. Informações extraídas do site: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/atentado-13-novembro-paris.htm>. Acesso em 30/04/2016.

⁶⁸Em 22 março do corrente ano, Bruxelas, capital da Bélgica, foi palco de mais um atentado terrorista contra a Europa. Em uma ação suicida no aeroporto e na estação do metropolitano da cidade, as explosões mataram milhares de pessoas. Fonte consultada: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/22/internacional/1458645253_307389.html. Acesso em 30/04/2015.

complexidade dos processos históricos engendrados em nossa trajetória política, social, econômico e cultural.

A quantidade de matérias analisadas ao longo desta narrativa historiográfica me possibilitou novas inquietações para trabalhos futuros. Fiquei instigada a adentrar mais no universo das questões de gênero que marcaram esse momento da história brasileira. Também me incitaram a novos olhares as discussões em torno da necessidade de construção de identidades em favor de um ideal nacional. Do mesmo modo, as questões em torno da educação, mais especificamente a necessidade de adentrar em um estudo de caso sobre como atuaram escolas na Paraíba durante a guerra são pauta para novos debates. A Guerra pela Borracha na Amazônia, por sua vez, pouco contemplada pela historiografia, é assunto que merece maior atenção e destrinchamento histórico. Finalmente, a volta dos pracinhas e o processo pelo qual passaram de realocação aos novos tempos chama a atenção, sobretudo pelo esquecimento a que foram submetidos por parte do governo brasileiro, também é temática instigante ao meu olhar de pesquisadora da Segunda Guerra Mundial. Enfim, muitas são as possibilidades de uma nova investigação histórica. E isso dá uma sensação satisfatória de que esta pesquisa não finda no momento em que este trabalho dissertativo termina. Enquanto historiadora, professora e apaixonada por narrativas, fico feliz pela pretensão de alçar novos voos.

Devo admitir que muitos dos questionamentos aqui lançados não foram possíveis de responder. No entanto, mais do que respostas, acredito no poder que as dúvidas exercem para nossos campos de diálogo, pois é ponto de partida para futuras interpretações históricas. No mais, se este trabalho conseguir inquietar outras mentes e corações (da academia e principalmente fora dela), afim de que voltemos a refletir sobre esse peculiar momento de nossa experiência humana, terá ficado em mim a certeza de que o conhecimento histórico pode servir à vida prática e à construção de novas pontes de diálogos entre os seres humanos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis, **Sobre a Reprodução**; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2008.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**; tradutores: Jonathan Menezes...[et al.]. – Londrina: Eduel, 2012.
- AZÉMA, Jean-Pierre. **A guerra**. IN: RÉMOND, Rene. (Org). **Por uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 3 ed., 1987.
- BERSTEIN, Serge. BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. **Culturas políticas e historiografia**. In: AZEVEDO, Cecília et all (orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Pátria, Civilização e Trabalho: O ensino de História das escolas paulistas (1917-1939)**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- BURKE, Peter. “História como memória social”. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.
- CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. In: **Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007. <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/chelotti.htm> (acesso em 08/05/2016).
- CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Tradução Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- _____. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- COSTA, Octávio. **Trinta anos depois da volta: O Brasil na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

CURY, Cláudia Engler. **“Abrindo o Baú de Memórias”**: *políticas Culturais no Brasil – subsídios para construção de brasilidade – (1930-1990)*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

DE LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e ensino de história**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GARBOGGINI, Flailda; CARUSO, Adagilsa. **História da Propaganda brasileira em revista no período da Segunda Guerra Mundial**. *Um estudo exploratório*. V Congresso Nacional de História da mídia; São Paulo: Intercom, 2007. p.6.

GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. IN: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). **Culturas políticas. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. PP.21-44.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos da economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80. Março de 2008, 115-147.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: UFPB, 1994.

HAESBAERT, R. *Identidades territoriais*. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.169-190.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra; 1998.

KRAUSE, Kátia Iracema. **O rato vai à guerra: como o Mickey Mouse se tornou uma imagem de poder dos EUA, 1928-1946**. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Instituto de História: Rio de Janeiro, 2011. p.16.

LAUERHASS, Ludwig Jr. **Getúlio Vargas e o trunfo do nacionalismo brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

_____. **Brasil Uma identidade em construção**. São Paulo: Ática, 2007.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência**. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIRA, Silvano Fidelis de. **Memórias e sensibilidades, as poéticas do contar-se: uma história dos campos e motores de agave (Cubati, PB 1950-1980)**. João Pessoa: UFPB – Programa de pós-graduação em História, 2015.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Nos Tempos de Félix Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937/47)**; João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

MERON, Luciano Bastos. **Memórias do Front: Relatos de Guerra de Veteranos da Guerra**. Dissertação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá; “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.” In: MOTTA, Rodrigo Pato Sá (org). **Cultura Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, pp.13-37.

OLIVEIRA, José Carlos de. A Cultura Científica e a Gazeta do Rio de Janeiro. Revista da SBHC, n.17, p.29-58, 1997.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto de. **Escola como ícone de modernidade: Leitura de crônicas dos meados do noventa na Paraíba**. UNICAMP, 1997.

PARAÍBA, 1936-1946. **Leis e Decretos**, João Pessoa, Imprensa Oficial.

PARAÍBA. Departamento de Educação, 1942. **Revista do Ensino**, João Pessoa, ano X, nº 17.

PEREIRA, Flávia de Sá. **Carnaval em tempos de guerra**. São Paulo (SP): Proj. História (28) p. 59-79, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **Zé Carioca e a cultura brasileira**. Salvador, BA: INTERCOM – sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; 2002.

SECRETO, María Verónica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve!: festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)**. Dissertação; João Pessoa: [s.n.], 2011.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVEA, Maria de Fátima Silva. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

REMOND, René. (Org). **Por uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.1995.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O salvador, o realizador e o democrata: a construção do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945).** In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatrino; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos & GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz (orgs.) **Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana.** João Pessoa: Editora Universitária – UEPB, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Jean Patrício. **Práticas políticas durante a interventoria Ruy Carneiro: o populismo e solo paraibano (1940-1945).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **História, poder e identidade nacional em Gilberto Freyre.** Universidade de Caxias do Sul: Métis: história & cultura, 2006. P.159-177.

VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. **História das Mentalidades e História Cultural.** In CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** São Paulo: Cia das Letras, 1997.

VIDAL, Diana Gonçalves. FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.** In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WASSERMAN, C. Identidade: conceito, teoria e história. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.7, n.2, 2001, p. 7 a 19, jul/dez. 2001.

ZAPELÃO, Sandro Heleno de Moraes. **A política externa dos Estados Unidos.** Paraná: Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2008.

Documentários:

A Cobra Fumou. Eric de Castro. 2000.

Senta a Pua!. Eric de Castro. 1999.

Revista:

FIGUEIREDO, Luciano. **Nossa História.** Rio de Janeiro: Editora Vera Cruz, 2005.

FONTES:

Jornal **A União.** Maio, Junho, Julho e Agosto de 1942/ Julho de 1944

SITES CONSULTADOS:

<http://cine-espresso.blogspot.com.br/2014/11/tempestades-dalma-1940.html>

ANEXOS

Anexo 01: Cartaz de divulgação do filme *The Mortal Storm*



Anexo 02: Joaquim Mendonça, paraibano tripulante do *Baependy*.